



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Câmpus Universitário de Três Lagoas
Programa de Pós-Graduação em Letras



MARESSA GARCIA URBANO

**CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA FEMININA:
CORPOS VIOLENTADOS, VOZES
SILENCIADAS**

TRÊS LAGOAS - MS
2022



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Câmpus Universitário de Três Lagoas
Programa de Pós-Graduação em Letras



MARESSA GARCIA URBANO

**CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA FEMININA:
CORPOS VIOLENTADOS, VOZES
SILENCIADAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Letras, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.
Área de concentração: Estudos Linguísticos.

Orientadora: **Prof^ª. Dr^ª. Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento**

TRÊS LAGOAS - MS
2022

BANCA EXAMINADORA

Presidente e orientadora: Prof^a. Dr^a. Celina Aparecida Garcia de Souza

Nascimento -Orientadora

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Membro interno – Titular: Prof^a. Dr^a. Silvelena Cosmo Dias

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

Membro externo – Titular: Prof^a. Dr^a. Valdeni da Silva Reis

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Membro interno – Suplente: Prof^a. Dr^a. Claudete Cameschi de Souza

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

Membro externo – Suplente: Prof^a. Dr^a. Ilka de Oliveira Mota

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

TRÊS LAGOAS – MS

2022

Dedico este trabalho a todos que, assim como eu, vivenciaram o período de pandemia (2020-2021) e, (re)existentes, permanecem pulsando e reescrevendo suas histórias de vida a cada novo amanhecer.

AGRADECIMENTOS AD INFINITUM

À CAPES, pelo apoio financeiro, essencial para que pudesse me dedicar aos estudos.

Aos sujeitos pesquisadores, professores e educadores, por tamanha resiliência diante do ofício do saber-ensinar, especialmente, a todos os professores doutores do PPG-Letras UFMS CPTL, e aos membros da coordenação e colegiado do curso, por todo o árduo trabalho e apoio aos discentes.

À Prof^a. Dr^a. Kelcilene Grácia, por todo apoio e amizade, desde a graduação até este momento de defesa da dissertação, que é, para mim, a realização de um sonho e a superação de uma barreira.

À Prof^a. Dr^a. Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento, por toda paciência e esperança depositada em mim, ainda que eu tenha sido uma (des)orientanda ao longo do caminho. Agradeço por cada puxão de orelha e pelos lembretes de que o tempo não anda, ele voa.

À banca examinadora, constituída pelas professoras doutoras Silvelena Cosmo Dias e Valdeni da Silva Reis, por aceitarem fazer parte desse processo de constituição do meu eu pesquisadora, ainda que com prazos reduzidos. Sem a revisão minuciosa e o apoio de vocês, eu não conseguiria lapidar minha dissertação de forma objetiva em tão pouco tempo.

À espiritualidade amiga que me permitiu persistir nessa jornada acadêmica.

Aos meus familiares próximos que me apoiaram nos momentos mais difíceis do mestrado pandêmico, especialmente, minha mãe, Maria Auxiliadora Garcia Martins Cardoso, minha irmã, Monique Garcia Cardoso, e minha companheira de vida e amiga de pós-graduação, Melissa Henrique de Souza.

Aos colegas de pós-graduação (cada um deles), especialmente aqueles que sempre estiveram dispostos a me auxiliar quando mais precisei: Diogo Ayano Braga da Silva, Fabio de Lima Moreira, Sandra Demamann e outros nomes igualmente importantes para mim.

Ao SUS (Sistema Único de Saúde), tão fundamental em nossas vidas, sobretudo na pandemia do Covid-19. Pois, embora não seja uma dissertação na área da saúde, vale lembrar que toda escrita carrega em si um ato político!

A todos, que direta ou indiretamente, fizeram parte dessa etapa da minha vida. Etapa esta que me constituiu, tornando-me um ser humano melhor e mais experiente do que era antes.

“Aqueles que são sábios dizem que se deve começar do começo. Mas dificilmente definem o que é ou onde é o começo...”

(ORLANDI, 1988)

MEMORIAL DESCRITIVO

Por trás das cortinas de palavras do teatro da vida, apresento: meu memorial.

I Ato – Devaneios

Neste exercício de escrita de si, conforme Coracini (2007; 2010), Foucault (2004) e Galli (2010), autores que estudei em disciplinas do mestrado, posso afirmar que falar de si é também falar do outro, e falar de como o outro fala de si, consistindo, portanto, na tentativa de compreensão das determinações de subjetivação dos sujeitos pós-modernos a partir de uma visão do sujeito fragmentado, produzida pelo e a partir do outro em um tempo e espaço (in)determinados. Neste viés, tem-se o discurso como “uma construção fundante de subjetividades e de sentidos múltiplos. A possibilidade de sua existência está na relação com o outro, no laço, na prática social. (...) é um lugar constante de produção de sentidos” (DIAS, 2016, p. 38).

A partir desta visão em que o sujeito se inscreve a partir do outro (e discursos outros; interdiscurso), escrevo, agora, produzindo dobras e englobando diversas vozes e significados, me constituindo como sujeito descentrado, fragmentado, marcado historicamente, e ciente de que o tempo da memória nem sempre coincide com a cronologia. Onde é o começo? Onde está o fim? Para mim, a vida é um constante recomeçar e o “mestrado de pandemia” provou essa teoria muito bem, com inúmeros ciclos trocando de roda igual ciranda; uma das crianças sou eu.

Vejamos, o ano era 2020, não, minto, eu não me recordo qual era o ano. Isso também pouco importa. A verdade é que, diferentemente de grandes escritores, eu não sou boa com as palavras, ou melhor, sou insegura e tenho receio de perdê-las, então as prendo dentro de mim até que elas me sufoquem e precise regurgitá-las. Somente neste parágrafo já dá para perceber um misto de enrolação com “ceninha teatral”. Pois bem, esta sou eu. Tenho síndrome de Gabriela, nasci e vou morrer assim. (– *Será?*) Obviamente, isso é impossível, sobretudo em uma era de metaverso.

Desde menina, boa memória, testemunha de jeová, sempre me senti diferente das outras crianças. Agora, não mais menina, me sinto invadida, ultrajada, aprisionada e, o pior de tudo, uma bruxa, espírita (– *“Isso lá é coisa de Deus?” Risos.*) e sem memória. É como se toda vez que eu me sentasse para escrever, as palavras ganhassem asas e desaparecessem no horizonte. O lapso me corta ao meio, me divide, me torna insegura e com medo. (– *Será que sempre foi*

assim ou seria este um reflexo da pandemia?) Em todo caso, encontrei na arte de comunicar minha forma particular de não sucumbir frente às mazelas do mundo não platônico em que vivemos.

Uma pena que ao longo de todo o meu percurso na pós-graduação, eu tenha me sentido a própria impostora de mim, quem sabe o que eu teria escrito? Tantas expectativas... Enfim.

...

II Ato – Agora, do começo

Natural do interior, sempre quis ir além, quando dei por mim, estava eu na capital, acordando às 5 horas da manhã para pegar o ônibus e voltando por volta de quase meia noite, roendo as unhas e remoendo as tristezas da infância, elaborando estratégias para me destacar no mercado de trabalho e acalmando o estômago faminto. Campo Grande – MS, cidade morena, clareou (*– Ah! A ilusão das ideias claras!*) meus horizontes fazer a faculdade que não era meu sonho, mas que me fez sonhar. No ano de término da graduação de publicidade e propaganda (Anhanguera/UNAES) até prêmio ganhei, era o auge, mal sabia que o auge seria o que viria.

Ao retornar para Três Lagoas, cidade das águas, me banhei em lágrimas, não sabia que decepções amorosas faziam chorar tanto quanto as decepções fraternais. Ainda bem que sou filha, nascida e criada, na capital da celulose, enxuguei os prantos e fui atrás do que me faltava: as Letras (UFMS/CPTL). Foram nelas que encontrei o amor, o próprio. Entreguei-me de corpo e alma para fazer a diferença, deixei de lado um pouco dos meus lapsos e egoísmos, tornei-me professora. Imaginei que compartilhar e trocar conhecimentos fosse meu propósito, aquele que sempre busquei.

Eu me dediquei, trabalhei, suei... De PIBID à PIVIC, de Gramática à Sociolinguística, de noites em claro a dias cinzentos, eu vivi, eu senti, me formei e sobrevivi. E algo em mim pulsava, querendo mais. Renunciei ao emprego fixo, carteira assinada, ou melhor, adulterada, duas vezes, me libertei. Estudei e vim parar aqui, em um programa de mestrado “nota mil”, o sonho de todo acadêmico recém-formado.

Como percebido, “é difícil” falar de mim, mas é fácil falar de quem me fez chegar até aqui. Agradeço aos meus mestres e doutores, e aos até então “sem titulação” assim como eu, enfim, a todos os professores que me possibilitaram aprendizados e escolhas. O que é a educação senão a chama da esperança, o futuro do agora e o agora do passado?

Neste momento, de muita confusão, vivo como se estivesse num “brilho eterno de uma mente sem lembranças”, como no filme, “tampano o sol com a peneira”. Entretanto, lembro que sou grata, especialmente à orientadora de Iniciação Científica da graduação que me colocou

neste caminho sem volta, a Profa. Dra. Silvelena Cosmo Dias, e à orientadora neste mestrado, Profa. Dr^a. Celina A. G. de Souza Nascimento, que me guiou neste breu, nesta névoa que é fazer ciência. E o que não falta são vivências, consciências, impaciências, conveniências e todas as “ências” da vida na tentativa de suprir a carência que esta pandemia me fez sentir.

Dado o limite de páginas, encerro aqui este memorial, voltando ao fim, afinal o tempo da memória nem sempre coincide com a cronologia. Quero recordar uma lembrança, um momento da adolescência em que li uma obra de José de Alencar, Cinco Minutos, e minha vida fez total sentido. Existe acaso? Penso que não, acredito que nossas escolhas, ações e as atitudes alheias moldam quem somos e para onde vamos, e às vezes, cinco minutos atrasada que eu cheguei neste mundo me fez andar até aqui, emocionada, grata e nem sempre lúcida. Mas, isso não é um adeus, é apenas um até logo.

...

III E último ato – Dos lapsos e do por vir.

Peço perdão pelos lapsos de memória, me esqueci de mencionar que atualmente nossa¹ pesquisa envereda pelos caminhos dos discursos de gênero, principalmente, pelo que me toca: violência contra a **mulher**². Isso porque, desde muito nova meus caminhos me trouxeram até estas páginas. Quando criança, presenciei cenas de violência doméstica, sobretudo a psicológica, doentia e perspicaz, oriundas de toda uma geração e traumas. Aprendi, desde cedo, que lugar de mulher é onde ela quiser, sim, mas, infelizmente, nem todo mundo pensa assim. É preciso ter coragem para ser quem você é, para se assumir enquanto indivíduo e ser errante.

Quando menina, ainda na escola, sempre fui uma aficionada pelos livros, histórias em quadrinhos, gibis, até caça-palavras e cruzadinhas, o universo das letras sempre me convidou para entrar e ficar um pouco mais, este sempre foi meu refúgio. Na adolescência, me arrisquei a criar pequenos poemas e até algumas poesias, as guardava só para mim. Ler, escrever, falar coisas bonitas que li, hoje penso que era minha terapia, minha forma de lidar com toda a complexidade da minha própria mente.

No ensino médio, último ano, aquele frio na barriga, o que vou fazer da vida? Minha vontade era de ser jornalista, “– *UNESP em Bauru/SP!*” eu dizia, mas minha mãe temia que eu não fosse dar conta do tranco, afinal, nem dinheiro para me mudar e me virar lá sozinha eu tinha. Sem muitas escolhas, migrei para o caminho torto da comunicação, na publicidade e no marketing encontrei uma vocação. Foi, por meio da comunicação social que fiz novas amizades,

¹ Entendo que a “minha” pesquisa é constituída pelas múltiplas vozes que perpassam minha jornada pessoal, profissional e acadêmica. Por isso utilizei o termo “nossa” no texto.

² Grifo meu, apenas para empoderar esses “fonemas de guerra”. Ser mulher é ser resistência.

obtive minhas primeiras experiências no mercado de trabalho e onde descobri, pela primeira vez, a vontade de ensinar. No ano seguinte à minha formatura, passei a dar aulas na AEMS/Três Lagoas – MS, onde permaneci por um curto período, mesma época em que passei a me interessar mais por política e atuar nessa área como assessora parlamentar na Câmara de Vereadores de Três Lagoas – MS.

Em 2016, após findado os contratos anteriores, passei a trabalhar como recepcionista hoteleira de madrugada, no Vila Romana Park Hotel, e *freelance* de telefonista, aos finais de semana em uma pizzaria local, a Pizzaria da Mama, foi quando uma nova etapa surgiu em minha jornada. Iniciei os estudos na casa, no curso de Letras, lugar em que conheci pessoas maravilhosas, inclusive minha esposa, Profa. Melissa Henrique de Souza, antes apenas uma colega de turma. Nessa época, eu não estava bem, emocionalmente, vivia uma fase depressiva e precisava de motivos para voltar a ser feliz. Passei a me apegar em orações, a fé me salvou eu diria. Fui chamada para trabalhar em uma agência de publicidade local, Agência Fiuza, um lugar que foi como uma família, literalmente, com direito a altos e baixos. Eu trabalhava muito e tentava, ao máximo, conciliar o trabalho com todo o resto, mas sempre uma coisa eu tinha que deixar de lado. Dedicava-me mais aos estudos nos finais de semana, dividindo a atenção com a família, meu alicerce, que mesmo com todas as problemáticas, sempre me deu base para seguir em frente.

Com o passar dos anos, me vi praticamente formada, pela segunda vez. Eu fazia parte de uma camada privilegiada da sociedade que teve acesso a dois cursos incríveis de ensino superior, foi quando algo em mim despertou para o interesse na vida acadêmica e decidi tentar o processo seletivo para ingressar no programa de pós-graduação, na área de Linguística. Mas se me perguntarem a verdade, eu sempre tive vontade de seguir pelo viés literário da coisa, não é à toa que minha professora favorita de todas sempre foi a Profa. Dra. Kelcilene Grácia, geminiana nata, uma professora inspiradora e muito humana. Ah, já estava me esquecendo de um detalhe, a respeito disso, eu cursei uma disciplina como aluna especial, porém não deu para conciliar e a experiência foi meio complexa demais para mim. Então, em 2019, com toda a loucura de último semestre, estágios e tudo mais, me inscrevi para o mestrado, seguindo na área da Estudos Linguísticos; Discurso, subjetividade e ensino de línguas, debruçando os estudos sobre os pressupostos da Análise do Discurso.

Para minha surpresa, eu passei! E não só isso, havia a possibilidade de ser bolsista pela CAPES. Era a hora de escolher o que eu queria fazer de fato da minha vida nos próximos anos. Joguei tudo pro ar e entrei de cabeça nos estudos linguísticos, um universo em plena expansão

dentro de mim. Então veio a pandemia do COVID-19 e jogou um balde de água gelada na cara de todo mundo. Cada dia em casa, privada de vida social, acordando cedo para assistir às aulas, lidando com o medo e as incertezas da doença, dormindo mal, tornou-se um conto de horror. 2020 foi um ano super produtivo, participei de muitos eventos e atividades online, mas também um ano que me levou aos sentimentos depressivos novamente, os mesmos de sempre, que de tempos em tempos retorna para me tirar a paz e me levar para cantos sombrios da mente. Aqui cabe um “parêntese” para citar alguns destes eventos, atividades e aulas que cursei/participei.

No primeiro ano de mestrado, no caso em 2020, cursei disciplinas obrigatórias e optativas do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFMS/CPTL), são elas: Teorias da Linguagem; Tópicos de teoria e Análise Linguística; Tópicos Especiais: Linguagem(ns), Cultura(s) e in(ex)clusão; Tópicos Especiais: Introdução à Escrita Científica; Seminários Avançados em Linguística Aplicada; Trabalho de Campo; Estágio de Docência I e Elaboração da Dissertação. Também cursei uma disciplina do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), intitulada Elementos de Análise do Discurso. Ao todo, com relação às disciplinas que cursei, foram mais de 500 horas de dedicação, ao longo de um ano letivo totalmente online.

Além das disciplinas, participei de muitos eventos à distância, eventos estes que não poderia jamais ter participado presencialmente, tanto pelo viés da distância geográfica quanto pelo viés financeiro. Acredito que, apesar da negatividade oriunda da pandemia, houve muitos ganhos nesse quesito participação e aprendizagem online. Alguns dos eventos que participei foram: 68º Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (GEL), no qual apresentei parte da minha pesquisa de dissertação; I Escola de Estudos Linguísticos do GEL (I ELinG); XXXV Encontro Nacional da ANPOLL - ENANPOLL - Letras ao Norte: Linguagens e Pós-Graduação em Chão Vermelho; I SILAR – Simpósio Internacional Língua(ge)m, Ação e Reflexão: novas perspectivas em ensino e em pesquisa; VII SPLM – Seminário de Pesquisas em Letras: (multi)letramentos; I Simpósio Internacional sobre a Escrit(ur)a de Gloria Anzaldúa; V Simpósio Nacional e III Internacional Discurso Identidade e Sociedade (SiDIS); Ciclo de Debates "Políticas Linguísticas e Narrativas" promovido pela Associação de Linguística Aplicada do Brasil – ALAB; VII Colóquio sobre Gêneros & Textos (VII COGITE); Debate “(Super)diversidade, Migração e Colonialidade” do ciclo de debates temáticos “Café Decolonial” (Faculdade de Educação da USP - FEUSP); dentre outros. Já com relação aos cursos, tive a oportunidade de cursar: O Mal-Estar na Civilização (Plataforma Buzzero); ACIEPE Cultura Híbrida e Literatura Digital (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar);

“Estudos da sociedade e da cultura na perspectiva da semiótica discursiva: intolerância e preconceito nos discursos; discursos mentirosos; intolerância e mentira na internet e na escola”, ministrado por Diana Luz Pessoa de Barros, e “Tradições discursivas”, ministrado por Alessandra Castilho da Costa, ambos realizados remotamente como parte das atividades da I Escola de Estudos Linguísticos do GEL (I ELinG) etc. Entre eventos, palestras, cursos e minicursos, foram mais de 450 horas. Sem contar, aqui, as horas dedicadas às reuniões acadêmicas, bancas assistidas e atividades relacionadas ao estágio supervisionado, confirmando a produtividade desta acadêmica, ao longo do curso de mestrado nos anos de 2020 e 2021.

Não posso deixar de agradecer a cada um desses professores que estiveram à frente de tantas disciplinas, cursos e palestras maravilhosas, pois tudo isso contribuiu para que eu chegasse até aqui, neste momento de amadurecimento da escrita acadêmica. No caso das disciplinas de Tópicos de Teoria e Análise Linguística e Tópicos Especiais: Linguagem(ns), Cultura(s) e (in)exclusão, foram ministradas discussões dentro da perspectiva discursivo desconstrutiva, sob a orientação das Profas. Dras. Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento e Claudete Cameschi de Souza. Com relação a ementa destas disciplinas, elas discutiam a respeito dos processos constitutivos pelo viés discursivo e o estudo da linguagem sob a visão da língua e da cultura como processos de constituição identitária; teorias e conceitos que me deram aporte para constituir a discussão e análise da questão identitária do sujeito mulher. Já na disciplina de Estágio de Docência I, sob supervisão da Profa. Dra. Silvelena Cosmo Dias, levantamos as discussões da perspectiva teórica da Linguística Textual e da Linguística Aplicada, versando também sobre a Análise do Discurso Materialista, com os alunos da graduação, e assim, obtivemos uma troca de ensino e aprendizagem exclusiva, boa parte registrada em relatório, uma experiência ímpar em minha trajetória acadêmica.

Entretanto, de lá para cá, as coisas pioraram muito do ponto de vista emocional. E não é para menos, afinal, o que esperar diante de um cenário pandêmico sobrecarregado de mais de 500 mil mortes, aulas em ensino remoto emergencial, internet de má qualidade, estudos em locais improvisados em nossas residências, inflação no valor dos alimentos e itens básicos de sobrevivência humana etc.? Ainda assim, cá estamos em busca de uma formação *stricto sensu*, do fazer científico; um verdadeiro ato de resistência. Enfim, sentimentos de instabilidades até a vontade de deixar tudo para lá e sumir; um assunto doloroso que estou tentando deixar guardado numa caixinha para que eu consiga concluir meus estudos agora, em 2023, e sentir o alívio de encerrar mais um ciclo. Pois, eu acredito muito que todo fim é um recomeço. E eu preciso muito desse recomeço! Este relato, quase que um mero devaneio sobre minha vida,

resumido e simplório, pode não ser o que um memorial acadêmico exige, mas é tudo que posso oferecer, pois ainda que o processo formal de escrita da dissertação tenha sido findado, sigo em um processo mental contínuo, tentando recolher as partes de mim que foram embaralhadas durante os últimos três anos, 36 meses estes que tinham tudo para serem bons o suficiente para serem esquecidos um dia, mas que serão eternamente lembrados. Neste sentido, no palco da vida, a memória que outrora foi apagada, ainda vive e continuará brilhando por meio desta dissertação, e claro, deste memorial tão peculiar.

REFERÊNCIAS

CORACINI, M. J. *Discurso e escrit(ur)a*: entre a necessidade e a impossibilidade de ensinar. In: CORACINI, M. J.; ECKERT-HOFF, B. M. (orgs.). *Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela: alfabetização, formação de professores, línguas materna e estrangeira*. Campinas: Mercado de Letras, 2010, p. 17-50.

CORACINI, M. J. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira)*. Plurilinguismo e tradução. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

DIAS, S. C. *Simulacros desterritorializados: uma análise do discurso sobre as novas tecnologias em materiais didáticos de LI*. Campinas: UNICAMP, 2016. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

FOUCAULT, M. *A Escrita de Si*. In: MOTTA, M. B. (Org). *Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2004 (p. 144-162) (Coleção Ditos& Escritos V).

GALLI, F. C. S. *Escrita: (Re)construção de vozes, sentidos, 'eus'*. In: CORACINI, M. J.; ECKERT-HOFF, B. M. (orgs.). *Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela: alfabetização. Formação de professores, línguas materna e estrangeira*. Campinas: Mercado das Letras, 2010, p. 51-65.

URBANO, Maressa Garcia. **Constituição identitária feminina: corpos violentados, vozes silenciadas**. Três lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2022. (Dissertação de Mestrado)

Esta pesquisa se justifica por surgir “das cinzas”, de caminhos dos discursos de gênero, principalmente, pelo que me toca: violência contra a mulher, por desde criança ter presenciado cenas de violência doméstica, sobretudo a psicológica, doentia e perspicaz, oriundas de toda uma geração de traumas. Hoje, de 2019 a 2023, o histórico-social, envolto de dados presenciados e levantados a partir da pandemia do Covid-19, que funcionaram como um gatilho para abordar tal temática nesse texto, mostra o quanto os índices de violência contra a mulher aumentaram significativamente. Segundo dados levantados pela série de reportagens ‘Um vírus e duas guerras’, projeto desenvolvido de forma colaborativa entre mídias independentes, o estado de Mato Grosso do Sul, por exemplo, tem a terceira maior taxa de feminicídio do país, no período que compreende entre março e agosto de 2020. A série mencionada visou monitorar os casos de feminicídios e de violência doméstica, no período da pandemia no Brasil, em 2020, visibilizando o debate sobre a criação ou manutenção de políticas públicas de prevenção à violência de gênero no Brasil. Nesta toada, tem-se como pressuposto que desde a antiguidade as mulheres são vítimas de maus-tratos e violência, seja ela de forma psicológica, física ou moral. Assim temos como hipótese de trabalho que a violência é parte constituinte do sujeito mulher, implicando em desdobramentos e fazendo com que a mulher assuma papel de subalterna, conforme a própria sociedade lhe impõe. Sendo assim, problematizamos: quais são os efeitos de sentido dos discursos patriarcais/misóginos, sobretudo em relação à constituição identitária do sujeito mulher? As mulheres são, de fato, silenciadas? A análise se dá por meio do aporte teórico-metodológico do filósofo Foucault (1987; 2013), para as noções de discurso, formação discursiva, saber-poder; da analista do discurso francês Orlandi (2003), essencial para as questões relativas às condições de produção; da Linguística Aplicada desconstrutiva, representada por Coracini (2007, 2015), para as noções de sujeito e identidade, numa interface com Lacan (1998), acerca do sujeito psicanalítico. Também recorremos a Butler (2015), Ribeiro (2017), Saffiotti (1987; 1995; 2004), Spivak (2010) e Faludi (2001), acerca das questões de gênero, silenciamento, patriarcado e violência de gênero, dentro das quais esta última autora traz o conceito de *backlash*. O principal objetivo consiste em discutir questões que constituem a identidade do sujeito mulher que esteve em situação de violência. Já os objetivos específicos são: 1) Discutir as principais regularidades como discursos, relações de saber-poder e resistência que constituem a identidade do sujeito mulher; e, 2) Analisar as práticas discursivas que atravessam as noções do medo e do silenciamento. Assim, o olhar dessa dissertação recai sobre constituição identitária do sujeito mulher em situação de violência, constituído a partir de cinco vídeos depoimentos disponíveis na plataforma de domínio público *Youtube*, sendo três deles gravados em 2013, um em 2017 e outro em 2019, mas praticamente todos publicados em 2020 no referido site. A pesquisa foi organizada em três capítulos, os quais problematizam: condições de produção, questões teórico-metodológicas e análise. Por meio da análise, foi possível perceber que os sujeitos mulheres em situação de violência estão nessas situações porque foram assujeitadas a tal, a partir do discurso patriarcal, vigente na sociedade até hoje. Destarte, discutir o assunto da violência de gênero e o efeito *backlash* se faz mister para que se reconheça quais são as tradições políticas, socioculturais e jurídicas que permeiam a sociedade, no intento de escutar, ativamente, o que essas mulheres em situação de violência têm a dizer, sobretudo, mulheres em condição de subalternidade.

Palavras-chave: Identidade, Discurso patriarcal, Violência contra a mulher.

URBANO, Maressa García. **Constitución de la identidad femenina: cuerpos violados, voces silenciadas.** Três Lagoas, Universidad Federal de Mato Grosso do Sul, 2023. (Disertación de Maestría)

Esta investigación se justifica por el hecho de que surge “de las cenizas”, de los caminos de los discursos de género, principalmente, por lo que me toca: la violencia contra la mujer, pues desde niña he sido testigo de escenas de violencia intrafamiliar, sobre todo psicológica, enfermizo y perspicaz, surgido de toda una generación de traumas. Hoy, de 2019 a 2023, la historia social, rodeada de datos presenciados y recogidos de la pandemia de la Covid-19, que funcionó como detonante para abordar este tema en este texto, muestra cuánto han aumentado significativamente los índices de violencia contra las mujeres. Según datos recogidos por la serie de reportajes 'Un virus y dos guerras', un proyecto desarrollado de forma colaborativa entre medios independientes, el estado de Mato Grosso do Sul, por ejemplo, tiene la tercera tasa más alta de feminicidios del país. en el período comprendido entre marzo y agosto de 2020. La serie mencionada tuvo como objetivo monitorear casos de feminicidio y violencia doméstica, durante el período de pandemia en Brasil, en 2020, destacando el debate sobre la creación o mantenimiento de políticas públicas para prevenir la violencia de género en Brasil. En este tono, se asume que desde la antigüedad las mujeres han sido víctimas de maltrato y violencia, ya sea psicológica, física o moral. Así, tenemos como hipótesis de trabajo que la violencia es parte constitutiva del sujeto mujer, implicando desarrollos y haciendo que las mujeres asuman un rol subordinado, tal como la propia sociedad les impone. Por lo tanto, problematizamos: ¿cuáles son los efectos de sentido de los discursos patriarcales/misóginos, especialmente en relación a la constitución identitaria del sujeto femenino? ¿Son las mujeres, de hecho, silenciadas? El análisis se realiza a través del aporte teórico-metodológico del filósofo Foucault (1987; 2013), para las nociones de discurso, formación discursiva, saber-poder; del analista del discurso francés Orlandi (2003), fundamental para cuestiones relacionadas con las condiciones de producción; desde la Lingüística Aplicada deconstructiva, representada por Coracini (2007, 2015), hasta las nociones de sujeto e identidad, en interfaz con Lacan (1998), sobre el sujeto psicoanalítico. También recurrimos a Butler (2015), Ribeiro (2017), Saffiotti (1987; 1995; 2004), Spivak (2010) y Faludi (2001), sobre cuestiones de género, silenciamiento, patriarcado y violencia de género, dentro de las cuales esta última autora aporta el concepto de retroceso. El objetivo principal es discutir cuestiones que constituyen la identidad del sujeto mujer que ha estado en situación de violencia. Los objetivos específicos son: 1) Discutir las principales regularidades como discursos, relaciones saber-poder y resistencias que constituyen la identidad del sujeto femenino; y, 2) Analizar las prácticas discursivas que cruzan las nociones de miedo y silenciamiento. Así, la mirada de esta disertación recae sobre la constitución identitaria del sujeto mujer en situación de violencia, constituida a partir de cinco videos testimoniales disponibles en la plataforma de dominio público Youtube, tres de ellos grabados en 2013, uno en 2017 y otro en 2019, pero prácticamente todos publicados en 2020 en la citada web. La investigación se organizó en tres capítulos, que problematizan: condiciones de producción, cuestiones teórico-metodológicas y análisis. A través del análisis, fue posible percibir que los sujetos femeninos en situación de violencia están en esas situaciones porque fueron sometidas a tal, desde el discurso patriarcal, vigente en la sociedad hasta la actualidad. Así, discutir el tema de la violencia de género y el efecto backlash es fundamental para reconocer las tradiciones políticas, socioculturales y jurídicas que permean la sociedad, en un intento de escuchar activamente lo que tienen estas mujeres en situación de violencia, es decir, sobre todo, las mujeres. en una condición de subalternidad.

Palabras clave: Identidad, Discurso patriarcal, Violencia contra la mujer.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Prints de relatos das mortes violentas de mulheres, tipificadas como feminicídios, ocorridas em Três lagoas – MS no ano de 2021	56
Tabela 2: Descrição dos vídeos	63
Tabela 3: Normas para transcrição dos vídeos	131
Tabela 4: Descrição dos sujeitos	122

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Print de gráfico de motivações do feminicídio	56
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO I – DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO MULHER.....	25
1.1 A mulher na sociedade: breve relato.....	27
1.2 Feminismo e questões de gênero: um olhar sócio-histórico.....	37
1.3 Construção do sujeito mulher: a influência midiática.....	42
1.4 Violência contra a mulher: um olhar contemporâneo.....	46
1.5 Mulheres lobas.....	59
CAPÍTULO II – DOS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: IDENTIDADE, DISCURSO, SABER-PODER E RESISTÊNCIA.....	70
2.1 Identidade, discurso e silenciamento.....	70
2.2 As relações de saber-poder e resistência.....	79
2.3 O efeito backlash à luz de um olhar discursivo.....	81
CAPÍTULO III – UM OLHAR NOS DIZERES DAS MULHERES LOBAS: MEDO E SILÊNCIO.....	88
3.1 A voz do medo.....	88
3.2 Sinais do silêncio.....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS.....	101
APÊNDICES.....	107
APÊNDICE A – TRANSCRIÇÃO DOS VÍDEOS.....	107
APÊNDICE B – DESCRIÇÃO DOS SUJEITOS.....	122
APÊNDICE C – ORGANIZAÇÃO DOS RECORTES.....	124
ANEXOS.....	131
ANEXO A – NORMAS PARA TRANSCRIÇÃO.....	131

INTRODUÇÃO

A principal motivação por esse objeto de pesquisa seguiu pelos caminhos dos discursos de gênero, principalmente, pelo que me toca: violência contra a mulher. Isso porque, desde muito nova, meus caminhos me trouxeram até estas páginas. Quando criança presenciei cenas de violência doméstica, sobretudo a psicológica, doentia e perspicaz, oriundas de toda uma geração e traumas. Aprendi, desde cedo, que lugar de mulher é onde ela quiser, sim, mas, infelizmente, nem todo mundo pensa assim. É preciso ter coragem para ser quem você é, para se assumir enquanto indivíduo e ser errante. Assim, deixo exposto, nestes escritos, minha face acadêmica, com todos meus esquecimentos e escapes.

Vale lembrar que no decorrer desta pesquisa nem sempre minha escrita segue os princípios formais da impessoalidade, como geralmente é exigido no âmbito acadêmico, escapando e fazendo emergir em alguns pontos da dissertação a voz do eu pesquisadora e do eu mulher, constituída de múltiplas vozes e discursos outros, tornando esta pesquisa plural, subjetiva e inacabada, sendo impossível observar os fios discursivos que a atravessam em sua totalidade. Certamente, um percurso árduo e muito gratificante.

A princípio, sem trilhar uma linha metodológica acadêmica rigorosa, pelo conceito do enunciado “misoginia” (sentimentos de aversão, repulsa ou desprezo pelas mulheres e valores femininos), percebe-se que muitas pessoas desconheçam tal significado. Assim sendo, é necessário pouco tempo de navegação pelas redes sociais, *verbi gratia*, para perceber que sua prática está muito mais incorporada no cotidiano do que se imagina ou discute. Grandes pensadores e cientistas renomados, como Aristóteles (1492; 1810), Darwin (1871) e Schopenhauer (1864), já foram considerados misóginos, devido algumas colocações equivocadas e, totalmente, contrárias ao que é, de fato, ser mulher, denotando assim o caráter antigo da misoginia e das muitas vozes femininas silenciadas.

Nesta toada, o filósofo italiano Franco Volpi (2003) publicou um ensaio, que reúne um amontoado de aforismos de Arthur Schopenhauer (1864) sobre as mulheres e sua aversão ao sexo feminino, no qual mostra uma das muitas falácias dita pelo alemão: “a mulher, por natureza, deve obedecer”. Essa repulsa às mulheres, esse ódio, esse complexo de superioridade de homens perante o sexo feminino, a título de conhecimento, é o que se chama de ‘misoginia’³. Do grego, em um sentido mais direto e dicionarizado, significa “ódio/repulsa às mulheres” –

³ Significado a partir dos sites: <https://www.politize.com.br/misoginia> e <https://pt.wikipedia.org/wiki/Misoginia>, com último acesso em 17 de agosto de 2022.

por isso, pode-se dizer que atos de violência (verbal, moral, física, sexual, patrimonial ou psicológica) contra mulheres e atos machistas do dia a dia podem ser considerados como misóginos. Contudo, na atualidade, entende-se que a misoginia pode ir além dos vários tipos reconhecidos de violência contra a mulher, podendo se manifestar também como atos de objetificação, depreciação e descrédito da figura feminina.

Isto posto, tem-se como pressuposto que desde a antiguidade as mulheres são vítimas de maus-tratos e violência, seja ela de forma psicológica, física ou moral. Assim temos como hipótese de trabalho que a violência é parte constituinte do sujeito mulher, implicando em desdobramentos e fazendo com que a mulher assuma papel de subalterna, conforme a própria sociedade lhe impõe. Sendo assim, problematizamos: quais são os efeitos de sentido dos discursos patriarcais/misóginas, sobretudo em relação à constituição identitária do sujeito mulher? As mulheres são, de fato, silenciadas?

A partir das perguntas desdobradas, tal análise se dá, de forma transdisciplinar, por meio do aporte teórico-metodológico do filósofo Foucault (1987; 2013), para as noções de discurso, formação discursiva, saber-poder; da analista do discurso francês Orlandi (2003), essencial para as questões relativas às condições de produção; da Linguística Aplicada desconstrutiva, representada por Coracini (2007, 2015), para as noções de sujeito e identidade, numa interface com Lacan (1998), acerca do sujeito psicanalítico. Também recorreremos a Butler (2015), Ribeiro (2017), Saffiotti (1987; 1995; 2004), Spivak (2010) e Faludi (2001), acerca das questões de gênero, silenciamento, patriarcado e violência de gênero, dentro das quais esta última autora traz o conceito de *backlash*; além de muitas outras vozes que embasam nossa reflexão e possibilitam uma compreensão menos opaca da sociedade atual, marcada por corpos violentados e vozes silenciadas.

O principal objetivo consiste em discutir questões que constituem a identidade do sujeito mulher que esteve em situação de violência. Já os objetivos específicos são: 1) Discutir as principais regularidades como discursos, relações de saber-poder e resistência que constituem a identidade do sujeito mulher; e, 2) Analisar as práticas discursivas que são perpassadas por efeitos de sentido de medo e de silenciamento.

O *corpus* constituiu-se de vídeos⁴ depoimentos de mulheres que já estiveram em situação de violência, disponíveis na plataforma de domínio público *Youtube*, sendo três deles gravados em 2013, um em 2017 e outro em 2019, mas praticamente, todos publicados em 2020 no site. Os vídeos foram selecionados e transcritos por mim, segundo as normas da tabela

⁴ *Links* disponíveis em nota de rodapé na página 69 desta dissertação.

NURC (ver anexo A), conforme Preti (2009), em que se transcreve exatamente o que o falante diz e, ao mesmo tempo, tece “uma primeira análise do texto” na qual o pesquisador transcritor pontua o que “lhe convém”, conforme “seus objetivos” (PRETI, 2009), na busca de investigar se há a presença de discursos patriarcais, misóginos, hegemônicos e perpetuadores do *status quo*, no que tange à violência contra a mulher na sociedade contemporânea, consonante aos objetivos e perguntas de pesquisa.

Essa escolha se deu devido ao histórico-social das condições de produção, e, pelos dados levantados a partir da pandemia do Covid-19, que funcionou como um gatilho para a pesquisa, em que os índices de violência contra a mulher aumentaram significativamente. Segundo dados levantados pela série de reportagens ‘Um vírus e duas guerras’, projeto desenvolvido de forma colaborativa entre mídias independentes, o estado de Mato Grosso do Sul, por exemplo, tem a terceira maior taxa de feminicídio do país, no período que compreende entre março e agosto de 2020. A série mencionada visou monitorar os casos de feminicídios e de violência doméstica, no período da pandemia no Brasil, em 2020, visibilizando o debate sobre a criação ou manutenção de políticas públicas de prevenção à violência de gênero no Brasil.

Em um primeiro momento, após a transcrição, foi feita uma pré-seleção do recorte e, logo em seguida, um recorte mais específico para análise, ambos organizados em temáticas sobre as falas de si e do outro, para facilitar a observação das regularidades enunciativas. Ainda sobre a organização do *corpus* em estado de pré-análise, decidi atribuir nomes de lobos para cada uma das mulheres dos vídeos analisados, no intuito de homenageá-las, conforme minha leitura de *Mulheres que correm com os lobos*, de Clarissa Pinkola Estés, além de que se trata de uma questão ética em preservar o nome real das falantes, já que não foram entrevistadas por mim, uma vez que os vídeos se encontram hospedados em plataforma de domínio público.

Na teoria da Análise do Discurso, aqui referida como AD, o que nos interessa não é só o que está posto, mas também o que não está ali, o não-dito. Entende-se, desta maneira, que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia” (PÊCHEUX, 1997). Sendo assim, um dos conceitos pretensos à essa discussão analítica sobre violência de gênero será o de efeito *backlash*, explicitado por Susan Faludi (2001), jornalista que discorre sobre discursos promovidos/perpetuados/impostos pela mídia, e reflete a quais interesses eles estão servindo, levando os leitores a um processo de desconstrução das falácias que insistem em retroceder a luta contra o sexismo, o machismo e a misoginia. Este conceito se faz relevante uma vez que, nesta pesquisa, entende-se que não há mudança social sem a garantia dos direitos humanos das mulheres, todas elas (brancas, pardas, negras, indígenas, LGBTQIA+ etc.). Logo, a

problematização da relação entre misoginia e os efeitos de sentido causados pelo fenômeno *backlash* (FALUDI, 2001) é fundamental, sobretudo, na atual conjuntura político-social em que me inscrevo enquanto mulher, pesquisadora etc.

Outrossim, para entender e retomar o contexto da misoginia, vale lembrar as marcas históricas desse preconceito, que está enraizado há séculos na sociedade, isto é, de Pandora à Eva⁵, as mulheres sempre foram relacionadas a uma certa fraqueza, leviandade e curiosidade excessiva, sendo tachadas como as causadoras de todos os males humanos. Esta pode ter sido uma das bases para a sustentação, durante séculos, de um sistema de opressão às mulheres, de onde surgiu a misoginia, que, como afirma Holland (2010), é um dos preconceitos mais antigos da história humana.

Devido à força e resistência desse discurso, mesmo com inúmeras mudanças sociais ao longo do tempo, há de se admitir que o discurso misógino se faz presente até hoje, de forma naturalizada ou, talvez, latente. Mesmo assim, espera-se que essa pesquisa contribua para reflexões e discussões em diferentes instâncias, responsáveis por uma sociedade mais justa e que preserve a equidade de gênero, bem como possa revelar a constituição identitária do sujeito mulher considerado assujeitado no prisma do saber/poder (FOUCAULT, 1987).

Para isso, essa dissertação está organizada em três capítulos, sendo que no primeiro capítulo *Da constituição do sujeito mulher*, tem-se subitens que traçam um panorama sócio-histórico acerca do papel da mulher na sociedade e dos aspectos constitutivos desse sujeito, perpassando pelo histórico do feminismo, questões de gênero e tipos de violência sofridas ao longo da história até os dias mais atuais. Neste capítulo, escavamos articulações e rupturas que propiciam a produção do sujeito que constitui nossa pesquisa: a mulher em situação de violência. No segundo capítulo: *Dos pressupostos teóricos: identidade, discurso, saber-poder e resistência*, discorremos sobre as bases teóricas adotadas para constituir as problematizações sobre o sujeito mulher, divididas em cinco subitens que perpassam por noções fundamentais para esta pesquisa, sobretudo, às questões relacionadas à identidade e resistência. No terceiro capítulo: *Um olhar nos dizeres das mulheres lobas: medo, silêncio, olhar para si e para o outro*, trabalhamos com os recortes a partir das condições de produção e pressupostos teóricos expostos nos capítulos anteriores, perpassando pelo *corpus* de forma analítica. Neste último

⁵ As personagens históricas, Eva, criada por Deus, segundo a Bíblia, e Pandora, criada por Zeus, segundo a mitologia grega, têm em comum a questão da misoginia. Ambas foram culpabilizadas pelo mal da humanidade à medida que Eva comeu o fruto proibido e Pandora abriu a caixa proibida. Isso posto, é possível identificar o discurso da misoginia em ambas as narrativas. Referência: Mito e gênero: Pandora e Eva em perspectiva histórica comparada. SILVA, A. C. L. F.; ANDRADE, M. M. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332009000200012>> Acesso em 22 de agosto de 2022.

capítulo, fizemos uma divisão em dois subitens, de acordo com as regularidades de efeitos de sentido emergidos do corpus analisado. É importante frisar que essa organização de capítulos serviu para orientar as estratégias de análise da pesquisadora, sendo necessária para o gesto analítico interpretativo das falas das mulheres em situação de violência.

A respeito do Estado da Arte, foram realizadas pesquisas por meio da plataforma de busca do Google Acadêmico, do Repositório da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), nas quais foram encontradas milhares de pesquisas relacionadas às seguintes palavras-chaves: violência contra a mulher; discurso e patriarcado; violência de gênero e feminismo; feminismo e o efeito *backlash*; discurso, violência e feminismo *etc.* Dentro das muitas pesquisas encontradas, foram selecionadas, prioritariamente, as que mais se relacionavam com a grande área da linguística e os estudos voltados para a Análise do Discurso. A seguir, algumas destas pesquisas que foram selecionadas como referências para a nossa dissertação.

Santos (2008) em *A heterogeneidade do discurso feminino: mulher-efeito e seus desdobramentos* discute teve como objetivo pensar o efeito identitário da mulher a partir do discurso que ela faz circular sobre si mesma, sendo a base teórica e analítica parte dos pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa (AD), sobretudo no que diz respeito aos conceitos de heterogeneidade e de forma-sujeito. Foram escolhidas mulheres de perfis diversificados, ao todo 10 (dez) entrevistadas, para as quais o autor coloca a seguinte questão: “Você gosta de ser mulher? Por quê? A hipótese inicial do projeto era de que a mulher reproduziria em suas falas discursos de origem machista. Isso não se revelou totalmente falso. Entretanto, percebe-se que aparecem outros discursos que também constituem a fala feminina, como o discurso feminista, contraditório ao discurso machista.

O resultado aponta que as identidades são efeitos construídos a partir dos discursos. Dessa maneira, observa-se que as mulheres, como não poderia deixar de ser, estão sob esse “efeito identitário” que é dado pelas práticas discursivas sobre o que é ser mulher e que elas (re)produzem em suas falas, mas também “escapam” a essa determinação, caminhando para outras possibilidades de identificação, o que configura os desdobramentos em relação ao “efeito-mulher”.

Em *o Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil*, Zirbel (2007) tem como tema central do trabalho o debate contemporâneo entre feministas e teóricas do gênero no Brasil acerca dos usos e limites do conceito de gênero. A fim de contextualizar este debate, a autora discute a formação do feminismo brasileiro da segunda metade do século XX (seus espaços de

organização e militância, principais interlocutores, problemas e estratégias) e o seu ingresso nas universidades e centros de pesquisa (as dificuldades, os temas, as elaborações teóricas, a criação de um campo de estudos próprio).

Angelin e Martins (2017) em seu artigo *cultura da violência contra os corpos das mulheres: do feminicídio aos direitos humanos*, analisam como fatores culturais e históricos influenciam na construção identitária de mulheres e como seus corpos são aprisionados, subjugados, violentados e exterminados, sob o véu do patriarcado. E isso chega-se à violência de gênero contra as mulheres, é um fato que permeou grande parte da história humana. Nem por isso, tais atitudes podem ser consideradas um fator natural da condição feminina, como muitos insistem em pregar. As identidades individuais e sociais são resultado de construções culturais e sociais baseadas em relações de poder, não sendo, portanto, fixas, o que remete ao entendimento da possibilidade de uma ressignificação nas relações de gênero, onde a violência contra as mulheres seja erradicada e substituída por processos de equidade e parceria.

Almeida (2019) em *Mulher indígena e a lei Maria da Penha uma análise discursiva transdisciplinar para aprender a constituição da subjetividade fronteriza* teve por objetivo problematizar, mediante recortes discursivos, possíveis efeitos de sentidos em relação à representação da mulher, de etnia indígena, e a constituição de uma subjetividade fronteriza, a partir do texto da Lei Maria da Penha em interface com a obra “Pelos Mulheres indígenas” – idealizada pela ONG Thydêwá em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, publicada no ano de 2015. O autor parte da hipótese de que a lei e a obra, apesar de incluir o gênero feminino na ordem do discurso social, por outro lado marginaliza a mulher de etnia indígena, pela sua posição de vulnerabilidade, por relações (pós) colonialistas e pelo lócus cultural fronteiriço em que ela se encontra, como um dispositivo discursivo que agencia a construção de uma subjetividade periférica.

Resultados da pesquisa apontaram que lei e a obra, embora sejam materialidades discursivas com enunciados que agenciam um convite à emancipação da mulher no seio social, por outro lado funcionam como um dispositivo institucional que (de)marca rastros dos processos de identificação sobre as indígenas e (re)força a permanência do discurso colonial, como um mecanismo subjetivador que busca controlar a representação identitária de sujeitos que (mesmo falando de si) ainda estão submetidos às engrenagens da (in)(ex)clusão da sociedade hegemônica.

Silva (2019) em *Estudo discursivo sobre (in)exclusão de mulheres com dependência química* teve como objetivo compreender a constituição dos processos de (in)exclusão,

hos(til)pitalidade e (a)normalidade nos dizeres das mulheres com dependência químicas. Como objetivos específicos, buscou-se interpretar questões referentes aos discursos, às formações discursivas e efeitos de sentidos advindos dos dizeres das mulheres com dependência química. Também procurou compreender esses discursos no campo de relações de saber e poder, bem como problematizar a relação entre hospitalidade, hostilidade e anormalidade nos modos como a mulher dependente química se vê e acredita que é vista.

Em relação ao resultado, a que a autora notou que seu processo de normalização perpassa o silêncio como interdição no discurso e a corrigibilidade pela correção e disciplinarização do corpo pela norma. Esta dissertação está dividida em três capítulos: “Condições de produção: gênero, representação e arqueogenealogia”, no qual discutiu-se as condições de produção dos dizeres das mulheres que são dependentes químicas e a perspectiva teórico-metodológica da pesquisa; “Um percurso teórico para entender a (in)exclusão”, sobre as noções basilares da Análise do Discurso; e “Mulheres, fronteiras e dependência química”, organizado em três eixos analíticos sobre (in)exclusão, hos(til)pitalidade e (a)normalidade.

Por fim, Fonseca (2016) em *Backlash na mídia brasileira? O discurso da (in)felicidade e a construção do ethos da mulher contemporânea pela mídia impressa e digital* teve como objetivo principal analisar a forma como as mulheres contemporâneas vêm sendo retratadas pela mídia atual, tendo em vista a importância da mídia na emissão e na difusão de diferentes opiniões sobre os comportamentos em nossa sociedade. O objetivo específico e a metodologia de trabalho escolhida, entre possibilidades diversas, foram a busca e a análise de matérias jornalísticas divulgadas em revistas impressas e nos sites eletrônicos das revistas Época e Veja (as duas revistas de maior tiragem no Brasil) que tratassem de uma suposta infelicidade generalizada, sentida por vários sujeitos do sexo feminino, e que pudessem ser relacionadas ao conceito de backlash, tratado pela jornalista norte-americana Susan Faludi em seu livro *Backlash: a guerra não declarada contra mulheres*, publicado em 1990.

Gostaria de destacar que, realizando pesquisas complementares para o desenvolvimento deste trabalho, constatei (com alegria) o grande número de pesquisas e trabalhos que vêm sendo realizados atualmente acerca da imagem da mulher contemporânea e de problematizações relativas ao seu lugar em nossa sociedade, o que consideramos ser de grande importância social em toda e qualquer área do conhecimento.

CAPÍTULO I – DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO MULHER

Uma mulher não nasce, se faz; porque ser é chegar a ser, é ter-se feito tal qual se manifesta. De um modo preciso, todo sujeito se realiza concretamente, através de seus projetos, como uma transcendência que não alcança sua liberdade senão por sua contínua ultrapassagem das liberdades dos demais (BEAUVOIR, 1980, p.9).

Neste capítulo, tratamos a respeito das condições de produção, traçando um panorama sócio-histórico acerca do papel da mulher na sociedade e dos aspectos constitutivos desse sujeito, perpassando pelo histórico do feminismo, questões de gênero e tipos de violência sofridas, ao longo da história, até os dias mais atuais. Além disso, fizemos uma necessária contextualização da escolha do *corpus* de pesquisa, e, escavamos articulações e rupturas que propiciam a produção do sujeito que constitui nossa pesquisa: a mulher em situação de violência.

Para Simone Beauvoir, as mulheres – como qualquer ser humano (qualquer homem) – deveriam definir-se fundamentalmente e de maneira singular como liberdade autônoma. Mas o drama das mulheres consiste, justamente, em sua situação paradoxal: gera-se um conflito entre as reivindicações essenciais dos direitos que ela possui enquanto ser humano e o mundo dos homens que lhe impõe assumir-se como um outro: o que obedece, castrado e submisso. Assim, Simone de Beauvoir escreve: “nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino” (BEAUVOIR, 1980, p. 99). Dessa forma, a sociedade define o gênero de cada ser humano e isso não pode ser tomado como algo natural, biológico, mas sim definido socialmente. A filósofa tenta desconstruir essa ideia de natural e busca a igualdade entre os gêneros, demonstrando que mulheres e homens devem ter os mesmos direitos.

Outrossim, é importante ressaltar as demais questões pertinentes para a pesquisa, como as reflexões de gênero (Butler, 2015), levando a pesquisa a promover momentos suleadores⁶, principalmente, no que tange ao papel da mulher na sociedade do século XXI e sua relação com a violência. Acerca dessa temática, Judith Butler (2015) propõe um deslocamento da discussão de gênero para o campo dos efeitos do poder. Neste sentido, “o que é gênero?” Entender esse

⁶ Termo advindo da obra de Boaventura Sousa Santos. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) Epistemologias do Sul. São Paulo; Editora Cortez. 2010.

conceito é fundamental para a compreensão das relações de poder entre homens e mulheres, bem como as transformações sociais relativas às sexualidades e às identidades de gênero.

As relações de gênero foram instituídas e a partir da questão cultural, o qual engendra o constructo social do masculino e feminino. Dessa maneira, fugir à categoria fundante do feminismo, “mulher”, abre, de acordo com Judith Butler (2015), um leque de opções para lutar contra o silenciamento das mulheres, oprimidas desde os primórdios da humanidade pelo sistema patriarcal, machista e misógino, ainda vigente e constituinte das múltiplas identidades contemporâneas. Portanto, se faz cada vez mais importante a prática da desconstrução de gênero, dentro e fora do movimento feminista, a fim de enfrentar o machismo e a misoginia, diminuindo a violência contra a mulher e conquistando a almejada igualdade para todos.

Como dito na introdução, o gatilho que levou a esta pesquisa foi a violência extremamente marcada em 2020, mais de 600 anos após a inquisição da igreja católica e a caça às bruxas⁷. Um ano supostamente evoluído, tecnologicamente, e *hiperconectado*, em que devido ao acontecimento da pandemia⁸ mundial do Coronavírus, os índices de violência aumentaram consideravelmente, levando-nos a questionamentos sobre qual seria o motivo desse cenário, por qual motivo a violência contra as mulheres ainda é um assunto que precisamos discutir e refletir como a Lei Maria da Penha⁹ se encaixa nesta problemática social. Ademais, retomando o conceito de ‘lugar de fala’¹⁰, discutido por Djamila Ribeiro (2017), esta pesquisa se inscreve a partir de uma mulher, que como a maioria das mulheres, já sofreu assédio, já foi seguida na rua e já teve seu psicológico violentado por um homem misógino; jovem, branca, lésbica, acima do peso “padrão”, de classe média baixa, em condições privilegiadas no

⁷ “O termo caça às bruxas pode ser utilizado para designar historicamente a perseguição ocorrida em qualquer era às mulheres que supostamente possuíam poderes sobrenaturais, mas é usualmente mais usado para se referir aos eventos ocorridos durante cerca de quatro séculos a partir do século XV, quando a Igreja liderou uma grande investida contra mulheres que de alguma forma haviam ferido as expectativas sociais, políticas ou religiosas, normalmente de classe social mais humilde. Atualmente, a expressão caça às bruxas diz respeito especificamente à perseguição sistemática contra algum grupo de mulheres”. (Info Escola, Caça às Bruxas, 2020)

⁸ Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo ‘pandemia’ se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento da escrita dessa pesquisa, ainda existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo.

⁹ Lei 11.340/2006, chamada de Lei Maria da Penha, foi apregoada em 7 de agosto de 2006 e batizada com este nome pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em homenagem a uma vítima da violência e ícone da luta contra a violência doméstica no Brasil, a biofarmacêutica Maria da Penha Maia. BRASIL, Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha). (CARNEIRO, FRAGA, 2012)

¹⁰ “Para descolonizarmos o conhecimento, precisamos nos ater à identidade social, não somente para evidenciar como o projeto de colonização tem criado essas identidades, mas para mostrar como certas identidades têm sido historicamente silenciadas e desautorizadas no sentido epistêmico, ao passo que outras são fortalecidas. (...) O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas”. (RIBEIRO, 2017)

quesito educação; filha de mulher que esteve em situação de violência doméstica; pesquisadora/militante dos assuntos relacionados a gênero.

1.1 A mulher na sociedade: breve relato

[...] pulei do primeiro andar...eu disse ou eu faço isso ou eu vou morrer... (V3, M Loba-do-Himalaia)

Como visto no trecho acima, o sujeito mulher Loba-do-Himalaia relembra quando precisou se jogar do andar em que residia, não para atentar contra sua própria vida, mas sim, para se salvar, o que demonstra a urgência em se discutir a respeito da relação entre violência e gênero. Sendo assim, para dar sentido a este capítulo, a priori, é preciso entender um pouco sobre os caminhos trilhados na história que possibilitaram a chegada até este ponto: meses pandêmicos marcados pela dor, pela morte e pelas discussões das mais diversas ordens, inclusive advindas da disseminação de *fake news* na internet etc. Um momento histórico que uniu (virtualmente) e, ao mesmo tempo, separou o mundo todo (fisicamente, devido ao isolamento social da pandemia). Entretanto, aqui, nestes escritos, é importante lembrar que o foco recai, no decorrer da leitura, sobre as discussões acerca de problemas de gênero, sobretudo, a violência contra a mulher na sociedade contemporânea.

Uma simples busca no site *Google.com*¹¹, inicialmente, é suficiente para aprender, a partir de um suposto olhar etimológico-historiográfico (SPROVIERO, 1998), que assim como a palavra Ocidente está para a palavra Europa, a palavra Oriente está para a palavra Ásia. A partir disso, é possível interpretar que todo o Ocidente está em um modo “vassalagem” frente ao poder do eurocentrismo, o que faz muito sentido, ao menos para o Brasil, considerando que, em termos culturais, foi a partir das referências portuguesas que se deu início à chamada “cultura nacional”. Outro ponto que confirma a ideia anterior é o conceito de nação, exacerbado

¹¹ Interessante ressaltar que no Google há um mar de informações, sendo preciso filtrar aquilo que se busca dentre inúmeras fontes, sejam elas confiáveis ou não. A seguir uma citação que elucida essa questão: “A internet não seleciona a informação. Há de tudo por lá. (...) A internet ainda é um mundo selvagem e perigoso. Tudo surge lá sem hierarquia. A imensa quantidade de coisas que circula é pior que a falta de informação. O excesso de informação provoca a amnésia. Informação demais faz mal. Quando não lembramos o que aprendemos, ficamos parecidos com animais. Conhecer é cortar, é selecionar. Vamos tomar como exemplo o ditador e líder romano Júlio César e como os historiadores antigos trataram dele. Todos dizem que foi importante porque alterou a história. Os cronistas romanos só citam sua mulher, Calpúrnia, porque esteve ao lado de César. Nada se sabe sobre a viuvez de Calpúrnia. Se costurou, dedicou-se à educação, ou seja lá o que for. Hoje, na internet, Júlio César e Calpúrnia têm a mesma importância. Ora, isso não é conhecimento.” GIRON, Luís Antônio. Umberto Eco: “O excesso de informação provoca amnésia”. Revista Época, Milão, 30 dez. 2011. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/ideias/noticia/2013/07/bumberto-ecob-informacao-demais-faz-mal.html>. Acesso em 20 de julho de 2021.

e marcado pelo “nacionalismo” do governo de Jair Messias Bolsonaro¹², presidente da república brasileira durante a pandemia da COVID-19, advindo de uma cultura eurocêntrica já que o país carrega em sua bandeira a frase “Ordem e Progresso”, uma herança inspirada no Positivismo Europeu, corrente filosófica que defendia que o conhecimento científico era a única forma de conhecimento válido. Em se tratando de Brasil, isto soa um tanto quanto contraditório, já que investimentos em ciência e educação nunca foram uma prioridade, fato este que se tornou evidente nos últimos anos.

Por citar a contradição na frase anterior¹³, vale citar como exemplo uma obra de Lima Barreto, intitulada “Triste Fim de Policarpo Quaresma”, em que a falta de nexos brasileira fica evidente a partir da narrativa de uma nação que quer se modernizar, apoiada em um modelo europeu, mas, que ignora suas raízes plurais e seus próprios problemas sociais. Ainda em relação ao Brasil, nota-se também, desde os anos 30, uma forte influência Norte Americana no modo de vida dos cidadãos, sobretudo no que tange ao viés político e econômico. Seria esse, então, um resumo da história de desenvolvimento social da sociedade brasileira?

Com certeza, isso ajudaria a explicar muita coisa, inclusive o porquê, segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), o “país do carnaval” está em 5º lugar no *ranking* Mundial de Femicídio, transformando a alegria em tristeza para inúmeras famílias que fazem parte dessa estatística, sobretudo durante o período pandêmico de 2020 a 2021. Além dessa pavorosa classificação, outros índices da pandemia no Brasil foram publicados, como pelo Datafolha: “uma a cada quatro mulheres, acima de 16 anos, diz ter sofrido algum tipo de violência no último ano, somando cerca de 17 milhões de notificações pelo país”. Ainda, de acordo com o Datafolha, após levantamento encomendado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, verificou-se um aumento significativo dos índices de violência doméstica durante a pandemia de 2020. Esta sequela evidencia um cenário superficial que ainda tem muito a ser estudado e aprofundado, justificando o valor desta pesquisa para além do campo do saber científico, tornando-a, portanto, de utilidade pública; um grito de socorro; um manifesto.

Vale lembrar que as mulheres brasileiras em situação de violência são de todos os tipos, de todas as idades, raças, níveis de escolaridade e classes sociais. Segundo os dados divulgados sobre a pandemia pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), houve aumento dos

¹² Jair Messias Bolsonaro GOMM é um militar reformado e político brasileiro. É o 38º presidente do Brasil desde 1º de janeiro de 2019, tendo sido eleito pelo Partido Social Liberal. Foi deputado federal pelo Rio de Janeiro entre 1991 e 2018. Wikipédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Jair_Bolsonaro>. Acesso em 18 de março de 2022.

¹³ Reflexão disponível em: <<https://anovademocracia.com.br/no-245/16992-intelectualidade-e-marxismo-o-triste-fim-de-lima-barreto>>. Acesso em 23 de julho de 2021.

casos de violência contra a mulher em 483 municípios, ou seja, 20% das 2.383 cidades incluídas na pesquisa. Dados que refletem a violência contra a mulher na sociedade contemporânea vigente. Nesta pesquisa, para o entendimento de sociedade contemporânea (pós-moderna), é preciso entender o que é modernidade. Parece correto afirmar que a sociedade moderna consiste num período histórico que emergiu na Europa, a partir do século XVII, que pode ser definido pela inovação na organização social do Estado, associado à mudança no estilo de vida das pessoas e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência (GUIDDENS, 1991).

Deste modo, são notórias as conquistas e os avanços advindos com a modernidade ao longo do tempo, bem como as mudanças nas estruturas sociais do Ocidente como consequência do desenvolvimento racional vinculado à economia, à política e à cultura, como também o progresso nas áreas tecnológicas e científicas que visibilizaram e contribuíram para a criação de um Estado Democrático de Direito.

De acordo com o exposto, vale trazer as palavras de Bauman (1999, p. 299-300):

[...] chamo de “modernidade” um período histórico que começou na Europa Ocidental no século XVII, com uma série de transformações sócio-estruturais e intelectuais profundas, e atingiu sua maturidade primeiramente como projeto cultural, com o avanço do Iluminismo e depois como uma forma de vida socialmente consumida, com o desenvolvimento da sociedade industrial (capitalista e, mais tarde, também a comunista).

Conforme o entendimento do autor, a modernidade é caracterizada como um período de significativas transformações influenciadas pelas tendências do Iluminismo, na qual o indivíduo é o responsável por moldar a sociedade conforme sua própria personalidade. Desse modo, há sempre uma movimentação em que o indivíduo será definido por tudo que consome, pelo modo como vive, enfim, pelo seu estilo de vida; as pessoas estão sempre em situação de deslocamento. Devido a isso, a modernidade líquida é definida por Zygmunt Bauman (1999) como fluída e imprevisível em contraponto com a modernidade sólida, que eram tempos baseados na forte presença do nacionalismo e da religião, pilares essenciais para nortear o comportamento dos indivíduos frente à sociedade vigente da época. Acerca da fluidez proposta pelo autor, é válido dizer que Bauman (1999), antes de fazer uso do termo “modernidade líquida”, admitia o uso do termo “pós-modernidade”, o que implicava em um suposto fim para a modernidade, ou pelo menos, uma visão total dela enquanto processo de transformação social, fazendo-o optar pelo caminho da fluidez, processo ainda em curso. Ainda, nessa questão da modernidade, para Harvey (2005, p. 23), tem-se que:

Esse projeto equivalia a um extraordinário esforço intelectual dos pensadores iluministas, para desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e as leis universais e a arte autônoma nos termos da própria lógica interna destas. A ideia era usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária. (...) O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como o lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas.

Ao analisar o posicionamento dos renomados autores, verifica-se que na concepção deles há uma interligação de ideias, que caracterizam a modernidade como um período de mudanças e transformações por meio do desenvolvimento das mais diversas formas, seja no âmbito social, estrutural, de organização política e/ou cultural, com o intuito de buscar independência na ordem social e a libertação do uso autoritário do poder, impulsionado pelo movimento intelectual do iluminismo. Além disso, percebe-se a visão de que os indivíduos residem em um mundo fragmentado e cada vez mais incerto.

O pensamento iluminista abraçou a ideia do progresso e buscou ativamente a ruptura com a história e a tradição esposada pela modernidade. Foi, sobretudo, um movimento secular que procurou desmistificar e de sacralizar o conhecimento e a organização social para libertar os seres humanos de seus grilhões (HARVEY, 2005, p. 23).

Verifica-se que o movimento intelectual iluminista possuía como base os conceitos de universalidade, individualidade e autonomia, com o objetivo de atingir a liberdade e a independência da sociedade submissa a organização social autoritária existente. A universalidade tinha como intuito proteger todas as nações, independente de gênero, cultura, raça e etnia, devendo assim desprender-se do modo de socialização existente, buscando obter a individualização de cada pessoa, para assim adquirir sua autonomia intelectual, política e econômica, e, conquistar lugar no espaço público (ROUANET, 1993).

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança,

de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar” (BERMAN, 2000, p. 15).

Berman (2000) entende que a modernidade, assim como leva as pessoas a se unirem e compartilharem momentos, também é contraditória, pois promove também a desintegração. Em decorrência da evolução da sociedade moderna, ocorre um processo que obriga os sujeitos a uma individualização cada vez maior. Uma crescente adaptação das normas e dos rompimentos com tradições, aparentemente, naturais que faziam parte do mundo anterior ao surgimento da modernidade. Berman acrescenta (2000, p. 13-14) que:

ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detém o poder de controlar e, frequentemente, destruir comunidade, valores, vida e, ainda sentir compelido a enfrentar essas forças e lutar para mudar o seu mundo, transformando-o em nosso. É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador: aberto a novas possibilidades de experiência e aventura, aterrorizado pelo abismo niilista ao qual tantas das aventuras modernas conduzem na expectativa de criar e conservar algo mal, ainda quando tudo em volta se desfaz.

Diante da opinião de Berman, referente ao significado de modernidade, é possível verificar o posicionamento, de que o surgimento da modernidade, além de trazer diversos benefícios, também originou riscos para a sociedade diante das incertezas e contradições que ela apresenta. Não há dúvida que a modernidade interferiu no cotidiano da sociedade, bem como, modificou as relações sociais e toda uma cultura já cristalizada, cultura esta considerada como antiquada e distante do projeto de modernização da sociedade, desvalorizando toda uma tradição já consolidada.

Identifica-se que a modernidade possui características de transformações clássicas geradas pelo capitalismo: laços familiares burgueses e comunidades tradicionais foram mudados diante das mudanças sociais. É ao mesmo tempo se sentir fortalecido pelas organizações burocráticas, as quais possuem o poder, que deveriam promover uma sociedade igualitária, mas ao mesmo tempo ter que criar forças e lutar para revolucionar as desigualdades e injustiças. Nesse período, a sociedade se deparava com um Estado regulador, que tinha seu funcionamento muito bem definido e que agia com soberania frente à sociedade. Um Estado que não possuía o livre arbítrio de se manifestar. A família tinha um entendimento clássico do papel do homem e da mulher, assim como os filhos, que deveriam ajudar na manutenção do lar. A religião também sofreu com a fluidez e a grande influência das reformas protestantes. A partir

disso, as perspectivas da modernidade sólida são transformadas nas perspectivas da modernidade líquida.

O período compreendido entre o fim do século XX e o início do século XXI é definido como um período de transição da “modernidade sólida” para a “modernidade líquida” (ALMEIDA, 2009, p. 32), nomenclaturas as quais Bauman prefere utilizar. Com a transição dos períodos da modernidade sólida para modernidade líquida, houve um enfraquecimento das instituições representativas, assim como das propostas utópicas de longo prazo. Esse momento de transição também pode ser identificado como um reflexo cultural, ou uma insuficiência de confiabilidade no potencial universal do projeto iluminista. Este período foi marcado com profundas modificações ininterruptas que afetaram as bases da sociedade ocidental e, de forma simultânea, houve a expansão e a consolidação do capitalismo, vinculada à Revolução Industrial, ocasionando como consequência diversas desigualdades. Para Harvey (2005, p. 132):

As desigualdades resultantes produziram sérias tensões sociais e fortes movimentos sociais por parte dos excluídos – movimentos que giravam em torno da maneira pela qual a raça, o gênero e a origem étnica costumavam determinar quem tinha ou não acesso ao emprego privilegiado. Essas desigualdades eram particularmente difíceis de manter diante do aumento das expectativas, alimentadas em parte por todos os artifícios aplicados à criação de necessidades e à produção de um novo tipo de sociedade de consumo. Sem acesso ao trabalho privilegiado da produção de massa, amplos segmentos da força do trabalho também não tinham acesso às tão louvadas alegrias do consumo de massa. Tratava-se de uma fórmula segura para produzir insatisfação. O movimento dos direitos civis nos Estados Unidos se tornou uma raiva revolucionária que abalou as grandes cidades. O surgimento de mulheres como assalariadas mal remuneradas foi acompanhado por um movimento feminista igualmente vigoroso.

No conjunto amplo de regulamentações na área da política, o Estado tem um novo desempenho e, no entanto, deixa de intervir mais incisivamente na área social para interferir no âmbito econômico, salvando grandes corporações enquanto o indivíduo em si, é deixado à incerteza, proporcionando uma liberdade de individualização de cada um. Em razão desse momento de transição, foi indispensável pensar na viabilização do projeto da modernidade, através da instauração da ordem pública, formada pelo Estado-Nação, bem como pela disposição técnica facultada para a instrução, o conhecimento e a informação da sociedade, indispensáveis nos espaços públicos ou nas relações pessoais. Bauman (1999) entende que nada na história simplesmente termina, e nenhum projeto jamais é concluído e descartado. Fronteiras

nítidas entre épocas são consideradas como projeções da nossa ânsia inexorável de separar o inseparável e ordenar o fluxo. Desta forma, Bauman afirma (1999, p. 287):

A modernidade ainda está conosco. Ela vive como pressão de esperanças e interesses não satisfeitos sedimentados em instituições que se auto reproduzem; como zelo de imitadores forçosamente atrasados, que desejam juntar-se ao banquete outrora desfrutado com orgulho por aqueles que agora o abandonam com nojo; como o formato de mundo que os trabalhos modernos criaram... para nele habitarmos; como “os problemas” que esses trabalhos geraram e definiram para nós, assim como nossa maneira de pensar e reagir aos problemas, maneira historicamente condicionada, mas instintiva a esta altura. É a isto, talvez, que pessoas como Habermas se referem quando falam do “projeto inacabado da modernidade”.

Ao analisar o trecho da obra *Modernidade e Ambivalência* de Bauman (1991), é possível entender que, para o autor, a modernidade é exercida por uma força maior do que uma delimitação de tempo, por uma dispersão de sentimentos e interesses que se reproduzem de forma insistente e rigorosa, ações estas indispensáveis para dar continuidade a um projeto já existente. Para Caldeira (1996), em uma sociedade na qual a autonomia do indivíduo é valorizada, os sujeitos se vêm obrigados a recorrerem a si próprios, imersos em uma busca narcísica de “perfeição e completude”, evitando, dessa forma, um confronto com suas condições marcadas pela falta e pela castração.

No que tange à modernidade, Freud (1930) descobriu uma pequena mudança que talvez tenha representado uma revolução: “o saber não está no outro, não é prévio, mas se faz à medida que o paciente fala, está sempre em construção e, portanto, permanentemente inacabado”. Assim, o mundo pós-moderno ou contemporâneo é, portanto, demarcado pelo consumismo. O que Debord (1997) chama de “sociedade do espetáculo” e Lasch (1983) denomina “cultura do narcisismo”. Em outras palavras, tempos que se resumem à busca pelo prazer inesgotável e compulsão pela imagem ideal, de corpos e almas “perfeitas”, tudo isso reforçado pelas ilusões farmacológicas para regular o mal-estar da civilização (FREUD, 1930).

Devido à grandiosidade dos acontecimentos do projeto racional moderno é possível verificar que muitas instituições não conseguiram exercer o controle para o qual foram criadas, e este enfraquecimento leva ao desequilíbrio e ao descontentamento social. E com isso surge a desproteção do Estado frente às questões sociais. Na constituição das sociedades nos formatos que conhecemos, desde o escravismo até o capitalismo, as mulheres, foram tratadas como inferiores naturalizadamente, o que acabou influenciando praticamente todo o ocidente. Para os grandes pensadores, e filósofos mais antigos, as mulheres não passavam de seres submissos à

vontade da figura masculina. O que é possível perceber, conforme bem expressa Bauer (2001, p. 50-51):

[...] ao contrário do que uma visão ingênua poderia vislumbrar, todas estas transformações e inovações que se produziram neste período não tiveram efeitos progressivos reais para a vida cotidiana das mulheres. Pelo contrário, lenta e gradativamente, a mulher foi sendo excluída do trabalho institucional, dominado cada vez mais por corporações formadas exclusivamente por homens; simultaneamente, o conceito do que era família e qual seria o papel a ser desempenhado pelas mulheres no seu interior foi-se modificando e vulgarizou-se a ideia de que o lugar da mulher era entre as “sagradas paredes do lar”. Aquilo que, talvez, pudéssemos chamar de “prisão domiciliar”, sem exageros.

Conforme descreve Bauer (2001), diante das distintas transições ocorridas na sociedade, é possível verificar que em alguns momentos da história a mulher de certa forma, regrediu na sociedade, desocupando lugares antes ocupados por elas, desde os tempos mais remotos, como é o caso da medicina; e ainda de forma impiedosa foram proibidas de frequentar as universidades, além de serem privadas do sistema sucessório, o que favoreceu de forma clara a consolidação do poder masculino diante da sociedade. A história da mulher na sociedade moderna não foi nada fácil, diversas foram as dificuldades encontradas no decorrer de toda a história, e inclusive, em um determinado período da sociedade, o trabalho feminino foi declarado oficialmente, desonesto e difamante, não somente para as mulheres que o executavam como também para homens que permitiam que este se realizasse (BAUER, 2001).

A inserção da mulher na sociedade pública bem como no desenvolvimento de atividades laborativas foi muito difícil. De primeiro momento, ela foi inserida desenvolvendo pequenos ofícios que podiam ser realizados no próprio lar, como por exemplo, pequenos bordados. Com o tempo, a mulher começou a desempenhar um papel preponderante na atividade manufatureira domiciliar, onde a tecedura era realizada exclusivamente pelas mulheres e todo o trabalho de acabamento do tecido era realizado pelos homens. Normalmente, a mulher combinava o trabalho externo com as tarefas domésticas e os cuidados dos filhos (BAUER, 2001).

Na Era Moderna, em geral, podemos dizer que continuamos observando a presença das mulheres em múltiplas atividades econômicas; verificamos, porém, uma tendência progressiva à marginalização institucional do seu trabalho, uma vez que, até mesmo naqueles ofícios em que haviam conseguido manter-se com plenos direitos, passaram a sofrer concorrência e serem suplantadas pelos homens. Isso não significou que a mulher deixasse de trabalhar, senão que o seu trabalho foi se tornando paulatinamente subsidiário

e teve que se realizar a margem das corporações de ofício e da institucionalidade (BAUER, 2001, p. 56).

Bauer (2001), acentua que com a consolidação do projeto iluminista, novas mudanças sociais ocorreram no que diz respeito à relação das mulheres perante a sociedade. A mulher burguesa abandonou o trabalho externo e passou a se dedicar prioritariamente ao desempenho das tarefas domésticas, da educação e do cuidado dos filhos. O homem era encarregado de “trabalhar fora” para receber um salário e garantir o sustento da família. E com isso ocorreu a divisão entre a esfera “pública”, presidida pelo homem, e a esfera “privada”, protagonizada pela mulher, a “rainha do lar”.

Durante a maior parte da história, o patriarcado foi incontestavelmente aceito por ambos os sexos e legitimado com base nos papéis de gênero diferenciado, nos valores a eles associados e em uma separação sexual entre as esferas pública e privada. A dolorosa batalha, com reflexos físicos e emocionais, travada pelos homens contra as mulheres, segundo o autor Antony Giddens, é resultado da desintegração parcial desse poder patriarcal. Ao homem sempre coube o espaço público, a mulher foi confinada nos limites da família e do lar, o que ensejou a formação de dois mundos: um de dominação, externo, produtor; outro de submissão, interno e reprodutor. Ambos os universos, ativo e passivo, criam polos de dominação e submissão (DIAS, 2012, p. 19).

A autora Maria Berenice Dias (2012) ainda afirma que “a sociedade insiste em outorgar ao macho um papel paternalista, exigindo uma postura de submissão da fêmea. As mulheres sempre receberam educação diferenciada, pois necessitavam serem mais controladas, mais limitadas em suas aspirações e desejos”. Para Sennett (2002, p. 30) “Público” significa aberto à observação de qualquer pessoa, enquanto “privado” significava uma região protegida da vida, definida pela família e pelos amigos. Verifica-se que a realidade encontrada pelas mulheres antes das transformações do projeto iluminista, era muito difícil, onde muitas dificuldades foram encontradas no percurso desta longa jornada. Hanna Arendt (2014) explica que a divisão do domínio público e do domínio privado ocorre entre a esfera da *polis* e a esfera do lar. O que difere a esfera do lar era o fato de que nela os homens viviam juntos em razão das suas necessidades e carências, ao contrário, o domínio da *polis* compreende o âmbito da liberdade.

É possível perceber, no entanto, conforme o entendimento dos autores que a esfera pública é a destinada aos homens por se concentrar em assuntos relacionados à economia e à política, na qual o homem deveria fornecer o sustento da casa, suprimindo as todas as necessidades básicas (necessidades racionais), e a esfera privada, destinada à mulher, a qual possui o dever

de zelar pelos cuidados de casa, dos filhos e do casamento (necessidades emocionais). Com o advento da Revolução Francesa, as mulheres começaram publicamente a intensificar sua atividade política e passaram a reivindicar direitos políticos e legais, tais como o divórcio e o direito de receber uma educação completa e adequada. Embora o feminismo não tenha adquirido uma expressividade absoluta e com poder transformador no cotidiano da vida social no mundo contemporâneo, foi capaz de atingir por um lado, ação política e a difusão planetária de suas ideias e, por outro, a luta por melhores salários e condições satisfatórias de trabalho, articulando-se, neste caso, com o movimento socialista internacional.

Foi com a chegada da Revolução Industrial que a mulher passou a ganhar mais espaço na sociedade, permitindo uma ruptura com a situação social anterior. Quando, enfim podemos dizer que o trabalho da mulher começou a ser valorizado como uma solução para ajudar na colaboração do sustento da família. É importante dizer também que, para Bauer (2001, p. 76), foi graças à Revolução Industrial, que o ensino se expandiu como profissão para as mulheres; porém, o seu reconhecimento também nesta área não foi fácil. “O ensino foi não só a primeira profissão moderna aberta as mulheres, como uma das únicas em que tomar-se-iam, em breve, numericamente dominantes” (BAUER, 2001, p. 79).

Considera-se que o ensino foi uma grande porta para o crescimento da mulher no mercado de trabalho, tornando-se possível conquistar cada vez mais seu espaço na esfera pública da sociedade. Dessa forma, a mulher foi conquistando seu lugar na sociedade contemporânea, em relação ao trabalho e a realidade familiar, de modo que tais mudanças são de grande significado, uma vez que, nos dias atuais, sua mão de obra, por exemplo, está sendo cada dia mais aceita, o que leva à conquista de postos de trabalho antes exclusivos dos homens, como nas áreas de segurança, mecânica, engenharia, agronegócio, nas conquistas almejadas. De forma específica, sobre a realidade da mulher na sociedade contemporânea, destaca-se que existe em curso uma realidade de conquistas que se materializa em prol do sexo feminino, mas que não significa a sua plena realização e distanciamento dos inúmeros problemas enfrentados por elas.

A mulher sempre foi vista como submissa e inferiorizada pela dominação masculina. Mesmo após incansáveis conquistas, e em menor grau nos dias de hoje, ainda é possível verificar a existência do predomínio de dominação masculina, independentemente de qualquer classe social e em todos os sistemas de organização da sociedade. Portanto, a luta feminina por melhores condições de vida familiar e social é desafiadora e muito árdua, e, muito ainda se tem que alcançar para construir condições mais igualitárias e justas entre homens e mulheres. Como

esta é uma pesquisa que pretende explorar o discurso da violência contra a mulher, faz-se necessária uma breve contextualização a respeito do conceito de gênero. Na continuidade, a partir do próximo subitem, serão elucidados alguns conceitos relativos a gênero e feminismo, que serão abordados durante a pesquisa.

1.2 Feminismo e questões de gênero: um olhar sócio-histórico

casei mais rápido porque a cultura não permitia as meninas ficarem namorando outra pessoa... para não ficarem faladas... aí eu casei... (V2, M Loba-Árabe)

No trecho acima, em que a mulher Loba-Árabe resgata uma marca do seu passado, lembrando de quando casou mais rápido para não ficar “falada”, a partir das questões culturais que a atravessavam à época, é possível perceber o discurso do patriarcado, daí a importância de se discutir acerca do movimento feminista e das questões de gênero neste item. Neste entendimento, para o dicionário online Michaelis (2022), em um dos significados acerca da palavra gênero se dá a definição que se trata de “um grupo morfológico ou categoria taxonômica que reúne espécies filogeneticamente relacionadas, diferentes das demais por traços específicos, e que integra a principal subdivisão das famílias”. Tal conceito, sob uma perspectiva biológica de gênero, não é capaz de transmitir o que de fato é gênero para os fins desse trabalho.

Já, sob uma perspectiva histórica-desconstrutiva, tem-se “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e gênero é uma maneira primordial *primary way* de significar relações de poder” (SCOTT, 1986, p. 1067). É notório nesta definição da autora traços de historicidade, na qual as diferenças entre os sexos são historicamente constituídas, percebidas como uma relação de disputa do poder, conferindo um peso político à palavra gênero e possibilitando um novo olhar, oposto à binaridade e ao caráter biológico que até então constituía e definia o que é gênero bem como subsidiava as relações de poder entre homens e mulheres na sociedade.

Nesta pesquisa, assimila-se gênero como a “institucionalização social das diferenças sexuais; é um conceito usado por aqueles que entendem não apenas a desigualdade sexual, mas muitas das diferenciações sexuais, como socialmente construídas” (OKIN, 2008, p. 306 *apud* JOHN; COSTA, 2014, p. 217). Desta forma, compreende-se gênero como uma construção social que diferencia a identidade feminina da masculina, não restringindo-se a configuração biológica dos corpos. Salienta-se que a frequente associação das expressões sexo e gênero como sinônimos é errônea, pelo fato de que, neste paralelo, gênero é entendido como o sexo biológico

sendo o único fator diferenciador entre homens e mulheres. Neste viés, o conceito de sexo está intimamente ligado aos conhecimentos biológicos e à natureza do corpo humano, no qual a utilização do corpo físico, pelos homens como arma de dominação, e pelas mulheres como objeto de opressão, levam-nos às discussões das terminologias e constante construção do ideário de gênero.

Entende-se que gênero não é um conceito com “normas” fechadas e imutáveis; e que existem várias formas de viver e expressar as diferentes configurações de gênero e identidade. De acordo com Butler (2015, p. 26), o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, “não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. [...] A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, no qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito” (BUTLER, 2015, p. 26). A perspectiva não-binária de Judith Butler (2015) é fundamental para o movimento feminista, uma vez que a multiplicidade de interpretações da sexualidade e disjunção entre os termos “sexo” e “gênero” possibilita desenvolver uma fuga do determinismo biológico presente no discurso patriarcal a respeito do “papal lógico e natural” da mulher e do homem na sociedade.

Para Bourdieu (2003), é desde cedo que ocorre a formação da identidade feminina, e, em decorrência, as mulheres internalizam “normas” de conduta, que as fazem aprender a agir de forma a serem aceitas e terem o comportamento aprovado pela sociedade. Como as identidades e construções sociais masculinas e femininas são contrastantes, muito do que é permitido e incentivado aos homens é “proibido” ou pouco incentivado às mulheres e, por ser uma construção muito resistente em nossa sociedade, ocorre um processo de naturalização destes comportamentos específicos voltados a um ou a outro gênero, como: vestir meninos de azul e meninas de rosa; destinar o papel de cuidar dos filhos somente à mulher, desconsiderando sua identidade que vai além da maternidade; desresponsabilizando o homem deste papel de cuidador do lar; ignorando a tripla jornada de trabalho a qual as mulheres são submetidas etc.

O ambiente cultural à que as mulheres estão expostas desde novas, é um importante influenciador na formação da identidade de gênero e de comportamento. Sabendo que as condições biológicas não são os únicos fatores influenciadores, é coerente citar os elementos culturais, sociais e comportamentais na discussão entre a distinção de feminino e masculino. John e Costa (2014, p. 217) concordam neste aspecto, quando dizem que “levando-se em conta, então, que as relações e as identidades de gênero não são naturais, e sim construídas social e

historicamente, o discurso atua decisivamente na construção das representações quanto ao mundo e quanto às atribuições de papéis a homens e a mulheres”.

Durante muito tempo, as mulheres estiveram à margem da sociedade, tendo seus direitos restringidos em muitos aspectos, como direito a voto e trabalho. Elas eram oprimidas pela classe masculina, para que desempenhassem o papel de mãe e esposa, além de ter sua ocupação restringida aos trabalhos domésticos. Esta situação só começou a mudar nos países ocidentais em decorrência dos esforços das mulheres em busca de igualdade de direitos entre gêneros e garantia de participação de forma equivalente à dos homens na sociedade. Na formação do feminismo, questionava-se o fator social desencadeador das desigualdades e suas origens culturais, além da busca pela igualdade entre gêneros, com olhar voltado, principalmente, para a garantia de direitos iguais entre homens e mulheres.

No decorrer do século XX, algumas metas haviam sido alcançadas, as mulheres já tinham o direito ao voto e ao trabalho, porém, mesmo executando tarefas fora do ambiente familiar, como contratadas de empresas, eram, em sua maioria, controladas por homens, que as tratavam como secundárias em relação aos outros homens, inclusive aos que executavam tarefas exatamente iguais. O movimento feminista ganhou força em um momento histórico em que outros movimentos estavam em curso, como os movimentos dos Direitos Civis, direitos dos homossexuais e de igualdade racial, dentre outros. Esses militantes perceberam que suas vidas estavam sendo marginalizadas e invisibilizadas, desencadeando no despertar, sobretudo das mulheres, com relação a classificação de gênero, como sendo parte das relações sociais de poder, por se tratar de uma artimanha política.

A desvalorização do trabalho feminino era um dos motivos desencadeadores das diferenças salariais entre homens e mulheres, fenômeno que ainda ocorre atualmente. Porém, com a popularização dos ideais feministas e lutas para que eles fossem efetivados, ocorreu uma mudança na sociedade e os papéis femininos e masculinos passaram por uma série de transformações. Não envolveram uma troca de papéis, mas sim, uma reorganização política, econômica e social.

A maior mudança está, sem dúvida, no fato de que a dominação masculina não se impõe mais com a evidência de que algo é indiscutível. Em razão, sobretudo, do enorme trabalho crítico do movimento feminista que, pelo menos em determinadas áreas do espaço social, conseguiu romper o círculo do reforço generalizado, esta evidência passou a ser vista, em muitas ocasiões, como algo que é preciso defender ou justificar, ou algo de que é preciso se defender ou se justificar (BOURDIEU, 2003, p. 106).

Na origem do movimento feminista, os objetivos das mulheres eram ligados ao direito ao voto, ao trabalho e igualdade entre gêneros. Estes objetivos ainda não foram alcançados por completo de forma globalizada, pois em muitas sociedades, especialmente as do Oriente Médio, é discrepante a forma de tratamento para homens e mulheres. Enquanto ainda há luta pelos direitos básicos das mulheres no que se refere ao setor público, também, estão sendo criadas discussões que permeiam a sexualidade feminina e que estão recém entrando na pauta das discussões envolvendo questões de gênero. É necessário compreender que mesmo que muitos direitos tenham sido conquistados pela classe feminina, ainda sobrevivem conceitos e hábitos culturais intrínsecos em nossa sociedade, que são contrários aos ideais que buscam a igualdade de direitos entre homens e mulheres. O movimento feminista, além de reivindicar por questões tangíveis, que podem ser mensuradas e medidas, ainda demanda por outra coisa, que não é necessariamente representação, mas sim, o reconhecimento em sociedade (MARTÍN-BARBERO, 2006).

Um bom exemplo da relação de gênero e construção da história das mulheres brasileiras consiste na história de Conceição Evaristo, mulher de origem pobre e de etnia negra. A escritora nasceu em Belo Horizonte, em 1946, viveu na favela Pendura Saia que, contraditoriamente, está situada próximo a uma área nobre da cidade. Concluiu os estudos em escolas públicas da capital mineira, mudando-se para o Rio de Janeiro por volta da década de 70, lugar em que passou no concurso público para o exercício do magistério e ingressou na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no curso de Letras. Em meados de 1996, defendeu a dissertação de mestrado na área de literatura, intitulada “Literatura Negra: uma poética da nossa afro brasilidade”, pela PUC-RJ (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro). Já no doutorado, pela UFF (Universidade Federal Fluminense), migrou para a literatura comparada, trabalhando a produção de autores africanos de língua portuguesa em confronto com a literatura afro-brasileira. E foi a partir dos anos 90, aproximadamente aos 40 anos de idade, que Conceição publicou sua primeira produção poética. Desde então, Conceição pratica em suas obras uma abordagem acerca do empoderamento feminino, em especial o da mulher negra.

Em 1972, em Belo Horizonte, a gente já ouvia os ecos do Movimento Negro dos Estados Unidos, porque em 1972 eu já usava o cabelo *black power*, influenciada por Angela Davis. Quando eu vim pro Rio fazer o concurso pro magistério, eu já usava o cabelo *black power*. Então, nesse momento em Belo Horizonte eu já recebo ecos de movimento negro. É essa questão do famoso lema, *Black is beautiful*. Então naquele momento lá em Belo Horizonte, agora que eu estou me recordando, eu já compactuava com esse ideal. Agora, em

termos de militância mesmo, de Movimento Negro, assim, como luta coletiva, eu venho conhecer melhor é no Rio de Janeiro¹⁴ (EVARISTO, 2010)

Das vozes que ecoam de suas obras, surge o incentivo a nós, mulheres, para ressignificar a experiência de opressão e marginalidade e valorizar nossa memória ancestral. Duas das obras principais de Conceição Evaristo, “vozes-mulheres” e “olhos d’água”, por exemplo, retratam a história de mulheres negras em um viés genealógico, fazendo enxergar a questão da relação familiar que mulheres negras tem com a ancestralidade, em que às vezes tentar reconstruir o passado pode ser doloroso quando refazer a linha genealógica se torna impossível, em decorrência do período da escravidão, no qual famílias foram dissipadas e separadas de diversos modos e nomes foram modificados, impostos ou até esquecidos. Conceição Evaristo lançou, em 2011, o volume de contos “Insubmissas lágrimas de mulheres”, obra em que está presente as relações de gênero marcadas pelo sexismo e racismo.

Com versatilidade, a escritora contempla a poesia e a ficção na sua escrita, trazendo à tona a formação de uma identidade negra que reivindica os direitos em uma sociedade marcada pela hegemonia da democracia racial. Em consonância a isso, vale ressaltar a ideia do termo “escrevivência”, que a autora emprega em sua escrita e o define como o entremeio entre um corte de cunho biográfico e a (re)construção de vida por meio de pontes metafóricas que são peças literárias e biográficas simultaneamente. A autora chama de escrevivência, a escrita de um corpo, de uma condição e de uma experiência negra no Brasil, é a leitura que antecede e nutre seus escritos, tanto na sua vida pessoal quanto na dos seus personagens, que geralmente são excluídos socialmente, assim como mulheres negras, garotas de programa, mulheres que estão à margem da sociedade, pobres, dentre outros, razão pela qual enfrentam o sistema e (re)existem em meio a condições sociais desfavoráveis.

Por meio das descrições e caracterizações físicas, psicológicas e socioeconômicas das personagens, especialmente de personagens que representam mulheres negras, Conceição Evaristo faz ecoar de suas obras vozes e discursos da subalternidade. Neste viés, Spivak (2010) traz à baila a questão do silenciamento do sujeito subalterno, nos permitindo refletir, em correlação com a escrevivência de Conceição Evaristo, a respeito da condição de subalternidade das mulheres brasileiras desde o período escravagista até o momento mais atual. Refletir sobre essa questão, focando nas mulheres afro-brasileiras, por meio da escrita, adquire uma

¹⁴ EVARISTO, Conceição. Depoimento. Entrevista concedida a Bárbara Araújo Machado. Rio de Janeiro, em 30-09-2010. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=343>>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

significação coerente no que diz respeito às relações de poder-saber, a partir do momento que se assume que a linguagem é um mecanismo de dominação e, também, de resistência que ocupa lugar de prestígio em sociedade.

Bem, para fechar este item, lembremo-nos de que atualmente a sociedade está em um movimento transitório, onde não existem mais, em princípio, “coisas de mulher” e “coisas de homem” e “nada mais fixa imperativamente seu lugar na ordem social, impedindo a de definir inteiramente sua própria vida” (SCOFIELD, 2007, p. 20). Dessa forma, a participação efetiva de pautas com viés feminista em produtos midiáticos é muito importante, pois, desta forma, os conceitos atrelados a luta das mulheres têm a possibilidade de serem apropriados pelos sujeitos. Neste sentido, o movimento feminista em pauta na mídia, atrai e converte cada vez mais homens e mulheres a favor da desconstrução social do papel da mulher na sociedade, deixando de ser apenas privado e limitado para alcançar patamares que ainda não foram descritos nos livros de história, mas que já sabemos serem de grande valia para o empoderamento e protagonismo feminino.

1.3 Construção do sujeito mulher: a influência midiática

[...] há onze anos desde que foi criada as mulheres têm recorrido a lei maria da penha em busca de garantir a própria defesa e a punição do agressor..., mas a fragilidade provocada pela violência que as impede de quebrar os () imediatamente pode fazer com que as provas desapareçam...ainda mais quando a agressão não é física [...] (M, Repórter de telejornal).

Entende-se que as representações são visões de mundo, que se utilizam dos meios de comunicação como forma de propagação de diferentes versões da realidade e pontos de vista. Kellner (2001) defende que os meios dominantes de informação têm o poder de criar e reciclar significados para as situações do cotidiano, ao passo em que os valores relacionados a elas forem sendo modificados. Assim, no trecho em que a mulher, repórter de telejornal, traz em sua fala que a lei Maria da Penha está a serviço das mulheres em situação de violência e o que as impede de denunciar o agressor é a fragilidade provocada pela violência sofrida, entende-se que há, como pano de fundo, um discurso sensacionalista, emotivo, que molda o senso de interpretação dos sujeitos telespectadores, indicando que a mídia não se isenta de opiniões, não é parcial, nem inocente. Isto posto, corrobora com Kellner (2001), quando afirma que:

Numa cultura contemporânea dominada pela mídia, os meios dominantes de informação e entretenimento são uma fonte profunda e muitas vezes não

percebidas de pedagogia cultural: contribuem para nos ensinar como nos comportar e o que pensar e sentir, em que acreditar, o que temer e desejar – e o que não (KELLNER, 2001, p. 10).

Desta forma, as diferentes formas de representação, aliadas a centralização de poder dos meios de comunicação, podem influenciar o posicionamento da sociedade em relação a diferentes situações, para uma perspectiva mais positiva ou mais negativa. “A visibilidade midiática pode ser entendida como espaço de negociação de sentidos da sociedade e as instituições midiáticas ligam os indivíduos desta sociedade lançando temas a serem discutidos, que poderão produzir sentidos, sentimentos e mudanças sociais” (SILVEIRA, 2012, p. 360). De acordo com Martín--Barbero (2006), a comunicação tem grande relevância em novos modelos de sociedade e, hoje, o direito à expressão na mídia, majoritariamente, nas massivas e comunitárias, permite a propagação de diversas culturas e sensibilidades, possibilitando a ampliação e diversificação que compõe a sociedade.

O que os novos movimentos sociais e minorias - as etnias e as raças, as mulheres, os jovens ou os homossexuais - demandam não é tanto ser representados, mas, sim, reconhecidos: fazerem-se visíveis socialmente em sua diferença. O que dá lugar a um novo modo de exercerem politicamente seus direitos. E, em segundo lugar, nas imagens que se produz um profundo descentramento da política, tanto sobre o sentido de militância quanto do discurso partidário (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 18).

Se analisarmos a história da humanidade e os registros que retratam uma parte desta história, percebemos que pouco foi creditado às mulheres e escassos são os registros a respeito delas e de suas ações. Foi somente na década de 1970, segundo Teixeira & Valério (2008) com a popularização do movimento feminista, que alguns estudiosos perceberam essa deficiência dos registros históricos e um processo de recuperação da representação feminina em documentos históricos e na mídia passou a mudar.

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança (PERROT, 2007 *apud* TEIXEIRA; VALÉRIO, 2008, p. 8).

Uma construção social que está presente na mídia e, “entendesse a mídia como um tipo de instituição, [...], formando uma rede, que ocupa uma determinada posição na constituição

da sociedade através da qual acessamos o mundo social como um todo” (ESCOSTEGUY, 2013, p. 144), majoritariamente, nas mídias tradicionais: televisão, revista e cinema, é a representação das mulheres com viés opressor. Nela está intrínseco o discurso de legitimação de desigualdades entre homens e mulheres, onde elas muitas vezes são submetidas a opressão dos estereótipos de beleza e comportamento.

Em relação as mulheres, Teixeira e Valério (2008, p. 28) acrescentam que “ao representar a figura feminina, constrói-se, projeta-se e estabiliza-se a identidade social, em processos definidos *internet*”. Rosário (2007) reforça a ideia ao expressar que “os corpos representados por essas mídias e que, em função disso, adaptam-se às suas linguagens, tanto nos aspectos culturais quanto semânticos. Ou seja, o corpo eletrônico se constrói a partir de normas e regras próprias das técnicas e estéticas audiovisuais”.

De acordo com Adelman e Ruggi (2006), é estabelecida uma dicotomia entre o que os sujeitos externalizam e o que eles são e que essa relação de crítica ou aceitação não ocorre somente internamente ao sujeito, também envolve o outro, que estabelece, com o que vê, uma relação de aprovação ou reprovação, ou seja, o sujeito não existe para ele mesmo, e sim, para a visão dos outros que o cercam. Em janeiro de 1970, por exemplo, segundo Soihet (2005), fora publicado pelo jornal Pasquim (edição nº 28, p.22) um texto de “humor”, escrito por Pedro Ferreti, de caráter misógino, que dizia: “Se a mulher quiser ser igual ao homem, ela que, basicamente, é passiva no sexo, vai trocar de sexo. Não estou recriminando as lésbicas, estou tentando expor um fato psicológico e biológico”.

Tal publicação exposta no periódico, uma mídia de impacto da época, reforçava o discurso de que as mulheres eram “naturalmente” seres inferiores, restando-lhes o papel de objeto sexual e submissão frente às necessidades e desejos dos homens. Em falas mais recentes, na mídia do século XXI, não se percebe muita diferença no que tange a comentários misóginos e falácias que perpetuam discursos desse tipo. Não é raro, inclusive, homens famosos e líderes políticos fazerem uso desses discursos misóginos a favor da deterioração do sujeito mulher. O atual presidente, Jair Messias Bolsonaro, quando ainda era integrante parlamentar da câmara de deputados, afirmou em 2017, em uma palestra, a seguinte frase: “Eu tenho 5 filhos. Foram 4 homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”. Essa é apenas uma das muitas falas que são vistas e reproduzidas cotidianamente em jornais, revistas, telejornais, mídias sociais, dentre outros canais midiáticos.

A partir dos exemplos acima, entende-se que estamos expostos à representação midiática do outro cotidianamente, a partir do momento em que ligamos uma televisão ou

reproduzimos um vídeo no *YouTube*. Esse fenômeno possibilita maior interatividade no cotidiano coletivo, expandindo as relações sociais e a configuração dos corpos; surgem aí as relações ressignificadas, nas quais a corporeidade dos indivíduos se torna objeto de representações e imaginários (LE BRETON, 1953). Por esse viés, a contemporaneidade permite que o modo de agir, pensar e interagir da sociedade sejam influenciados pelas mídias e pelos meios, os quais atuam não só como um produto de mudanças sociais como também atuam como o próprio agente dessas mudanças, sobretudo pelo caráter “transpassante” e efêmero. Para Rosário (2008), o corpo pode ser considerado como eletrônico, constituindo-se a partir das tecnologias e representações midiáticas. A autora afirma que o objeto central de muitas das imagens veiculadas midiaticamente, o corpo humano assume na contemporaneidade novas construções sógnicas, ressignificações constantes e suporta outros tipos de apropriações. Conforme a autora,

[...] é um corpo que tem seu DNA formado por séries numéricas, bem como é capaz de se reproduzir instantaneamente; se, por um lado, em sua herança genética encontram-se traços do mundo moderno, por outro lado, percebe-se mutações genéticas fruto do avanço tecnológico e da diversidade midiática que o tornam híbrido, caleidoscópico e multifacetado (Rosário, 2008, p. 11-12).

A partir desse entendimento, segundo Hjarvard (2012), percebe-se uma sociedade cada vez mais midiaticizada, em outras palavras, “cada vez mais dependente e sujeitada à mídia e sua lógica”. Dessa forma, os *corpos midiaticizados* são impactados em todas as esferas sociais, sofrendo alterações em suas representações de si e do outro. Os *corpos midiaticizados* adaptam-se as linguagens dos diferentes meios em decorrência dos aspectos culturais e sociais que permeiam esta representação. Para comunicar efetivamente, os corpos adaptam-se e incorporam a linguagem do produto midiático e do veículo de comunicação. Ao estudar as representações a partir de *corpos midiaticizados*, é importante entender os processos e as interações que ocorrem nos textos audiovisuais, “sobretudo porque, a princípio, elas são reproduções equivalentes àquelas ocorridas no cotidiano. É essa forma de reprodução que torna possível estabelecer sentidos e significação aos discursos” (ROSÁRIO, 2008, p. 9).

Segundo Kellner (2001), as novas e múltiplas formas de representações podem alterar a forma com que sociedade interage com diferentes situações. “A experiência audiovisual e tecnológica propõe novos modos de relação com a realidade, incluindo nossas percepções do tempo e do espaço” (BRIGNOL, 2014, p. 40). Os produtos midiáticos são formas de ligação entre diferentes realidades e sujeitos, que tendem a apropriar-se e dar significados a conceitos

neles presente. Com esse objetivo, surgem várias propostas de enfrentamentos aos modelos hegemônicos de representação feminina. Entre eles, alguns projetos com viés feminista e que tem o poder de desencadear o movimento de empoderamento feminino, desta forma, contribuindo para uma visão mais justa e igualitária da sociedade em relação as mulheres e seus papéis na sociedade. Ao passo que a mídia abre espaço para processos de resistência, ela ainda é vastamente utilizada para a propagação do corpo feminino idealizado e estereotipado, explorando a imagem da mulher como “objeto sexual”.

Essas imagens não circulam sozinhas: há uma complexa organização sociocultural que propicia e fomenta seu consumo. Assim constata-se que as imagens do corpo feminino adquiriram, ao longo da tradição ocidental, tanto formas como significados e usos diversos (BARRETO, 2012, p. 2).

Porém, a partir da segunda metade do século passado, com a popularização do movimento feminista, as mulheres passaram por um “despertar” que possibilitou uma maior reivindicação de direitos. No âmbito de representação e empoderamento do corpo, a declaração da ideologia de autonomia e liberdade contribuiu para a desconstrução da imagem do corpo feminino perfeito, e o verdadeiro passou a ganhar espaço e representatividade na mídia. Segundo Garcia (2015, p. 104), “foram desmascaradas as armadilhas da linguagem, a enviesada visão dos meios de comunicação, a ultrajante representação das mulheres nos anúncios publicitários, as diferenças salariais e a exclusão da história”. Seguindo esta lógica, entende-se que as temáticas envolvendo os corpos de mulheres comuns e o empoderamento feminino vêm sendo trazidas à pauta nos últimos anos, sobretudo no ambiente midiático virtual.

Para romper com a construção social do corpo idealizado, muitos projetos são concebidos como tentativa de transformar este cenário, como já abordado anteriormente. Com a facilidade de produção e compartilhamento de mídia atualmente, simplificou-se o processo de gerar conteúdos, sem a necessidade atrelamento a um grande veículo de comunicação. E isto potencializou a liberdade criativa e inventiva de traduzir visualmente os mais diversos ideais. “Precisamos reconhecer que a imagem da mulher se transformou, gradativamente, até chegar à complexidade atual, que inclui a visibilidade destas mulheres “reais e possíveis” (BARRETO, 2012, p. 2).

1.4 Violência contra a mulher: um olhar contemporâneo

A lei Maria da Penha ela ... criou um impacto... assim:: um pouco de impacto na:: mas não foi criada... pensando em nós mulheres indígenas... né... ela... ele deveria ter trabalhado mais a questão... da da mulher indígena porque muitas vezes a mulher quando é violentada... ela tem:... ela quer denunciar mas ela não se sente segura [...] (V2, M Loba-Negra).

A mulher Loba-Negra, no trecho acima, manifesta em seu discurso que a lei Maria da Penha, ao contrário do discurso midiático, discutido no item anterior, nem sempre está ao alcance de todas as mulheres, sobretudo a mulher indígena. A partir do momento que o dispositivo da lei não pode ser alcançado por uma mulher, em uma aldeia, devido às barreiras da distância, por exemplo, essa indígena se vê coagida a não denunciar, no intuito de proteger-se de uma possível retaliação ainda pior, por parte do seu agressor. Devido a isso, neste item, estabelecemos uma discussão em torno da temática da violência, a fim de entender o que é a violência e quais efeitos de sentido ressoam sobre a constituição do sujeito mulher, assujeitada a essa relação de poder-saber. Dito isso, há que se delinear os entendimentos do que é a violência.

A violência é considerada uma manifestação tipicamente masculina, decorrente dos ensinamentos distintos que meninos e meninas recebem dos pais e das regras impostas pela sociedade a estes desde a infância. De modo geral, os meninos são ensinados a reprimir as manifestações positivas de emoção, como amor, afeto e amizade, ao passo em que são estimulados a exprimir emoções como raiva, agressividade e ciúmes. Desse modo, similar aos antepassados *vikings*, para alguns homens, ser cruel é sinônimo de virilidade, força, poder e *status*, servindo como forma de se impor como homem, ensina a antropóloga Alba Zaluar (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2002).

A especialista ainda acrescenta que existem pesquisas que procuram explicar a relação entre masculinidade e violência através da biologia e da genética, buscando demonstrar que, além da constituição física masculina ser mais forte que a das mulheres, atribui-se uma mutação genética à capacidade dos homens de manifestar extremos de brutalidade e até sadismo. Buscando uma explicação histórica nos primórdios da civilização, Camargo, Dagostin e Coutinho (1991), entendem que a violência contra a mulher parece ser originária de um trabalho ideológico, realizado ao longo do processo de hominização, resultando na subordinação do poder feminino ao poder masculino, já que, historicamente, o homem era responsável por produzir condições complementares à natureza para a manutenção da vida humana.

Os autores acreditam que a necessidade de mobilidade dos povos primitivos pode ter influenciado no desenvolvimento do processo de dominação e subordinação entre os gêneros

humanos. Parecendo ainda que a base da violência entre os sexos repousa na hierarquização das diferenças de gênero, da qual decorre a violência contra a mulher. Nesta toada, Almeida e Saffioti (1995) lembram que o cotidiano é marcado pela dominação de gênero, pois, nas atividades mais triviais, a situação privilegiada do homem é percebida no salário inferior concedido à mulher por trabalho equivalente ao do homem, nas regras morais severas impostas à mulher disfarçadas de normas de conduta para uma “dama” ou uma “moça de bem”, no estupro outrora utilizado como estratégia militar, quando a violação das mulheres do inimigo significava afronta aos homens daquela nação e o desrespeito à raça oposta, considerando que, do abuso sexual, nascem crianças etnicamente híbridas.

O termo gênero encontra respaldo no seu modo particular de ser, apresentando numa face o caráter biológico do indivíduo e, na outra, a interferência da cultura, ideologia, religião, história da sociedade e a conotação de seu caráter biológico. Desta forma, Muraro e Boff (2002 p. 18) anotam que “o gênero possui uma função analítica semelhante àquela de classe social; ambas as categorias atravessam as sociedades históricas [...] e definem formas de representar a realidade social e de intervir nela”. Torres (2002, p. 52) constata, que “[...] gênero é uma categoria relacional que só pode ser captada na trama das relações sociais e no processo histórico”. Conforme o tempo e o lugar analisado as relações divergem, dependendo da atuação e dos distintos papéis de cada realidade observada.

Analisando a estreita ligação entre o termo gênero e o movimento feminista contemporâneo; busca-se compreender todo o processo constituinte desse movimento: suas lutas, implicações, conquistas e a incorporação na sociedade (LOURO, 1999). Analisar as questões de gênero “implica perceber um conjunto de elementos que envolve divisão social do trabalho, relações entre os papéis produtivos e reprodutivos das mulheres, relações de poder e as relações sociais que se efetivam no âmbito da cultura e representações simbólicas” (TORRES, 2002, p. 192). Ainda, segundo o autor Torres (2002, p. 192), essas relações “aparecem permeadas por relações de poder e pelas representações subjetivas do mundo imaginário, cuja simbologia e abstração transcendem à mera representação dos papéis sociais”.

Diz Louro (1997, p. 22) que “[...] a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas”. Por sua vez, Torres (2002, p. 63) explica que “a própria contemporaneidade impõe a necessidade de se avançar nos estudos sobre o gênero, buscando articular essa categoria a um universo mais abrangente de diretrizes filosóficas já existentes, sem excluir as possibilidades de construção de novos

paradigmas”. Remetendo-se o discurso ao campo social, seio da produção das relações e de desigualdades, observa-se que no interior das sociedades as concepções de gênero divergem, pautadas nos diversos grupos étnicos, religiosos, de classe e racial, não somente entre sociedades e momentos históricos (LOURO, 1999)

As correntes tendenciais apresentadas por Muraro e Boff (2002, p. 18), em relação ao gênero, explicam que em uma primeira corrente, “o homem e a mulher possuem memória sexual própria, fundada no longo processo de evolução da vida”. Então, os comportamentos eram realidades moldadas por matrizes biológicas previamente estabelecidas e com características psicológicas próprias, trazendo à tona a importância da aprendizagem e da socialização. A segunda corrente anota que “as diferenças sexuais, de personalidade, de papéis e de exercício de poder resultam de condicionamentos sociais”. Aqui, igualmente, o ser pode ser dotado de violência, agressividade, cooperação, criatividade, dependendo então da forma de construção social operada, não existindo seres - homem e mulher - concretos *in natura* (MURARO; BOFF, 2010, p. 19).

A terceira vertente prioriza em dialetizar as posições das correntes anteriores e recolher o momento de verdade em cada uma delas. O “homem”, espécie mais complexa dos mamíferos, possui característica própria e se coloca distanciado, permitindo intervir na natureza e trabalhar/alterar segundo seus propósitos. Sugere ainda que “os conflitos surgem quando rompemos esse equilíbrio dinâmico, um polo prevalecendo sobre o outro, dominando-o ou subalternizando-o, como historicamente sempre ocorreu” (MURARO; BOFF, 2010, p. 20). Primordialmente, somos herança de uma tradição sociológica que trata a mulher, em sua essência, como desinteressante e irrelevante, conforme Rosaldo (1979, p. 33) explica: “aceitando como necessário, natural e profundamente problemático o fato de que, em toda a cultura humana, a mulher de alguma forma é subordinada ao homem”. A carência originária, comparando ao homem de mesma idade ou *status*, é a valorização e reconhecimento cultural, razão pela qual a mulher sente dificuldade em ser importante, apoderar-se ou ser influente.

Em suma e de acordo com Torres (2002, p. 59), “os papéis masculinos associam-se aos atributos como perspicácia intelectual, pensamento lógico e racional, além do aspecto de virilidade, vinculado à responsabilidade de multiplicação e perpetuação da espécie humana”. O gênero então, possui de um lado o indivíduo; natural e particular e, de outro, sua caracterização com o meio social, que agrega outras feições, como a cultura, religião, a colonização e toda sua forma de expressão e supressão com o meio no qual está inserido. É nesse cenário histórico - social que faz presente a herança, traduzida em tradição, que mistifica a mulher e a desvaloriza.

Bourdieu (2005) expõe que a consequência de tais representações sociais torna quase consenso que a mulher é o ser menos capaz, o sexo frágil, que precisa de proteção e, assim, ainda hoje é relegada ao papel de reprodutora, enquanto a virilidade e os atributos considerados masculinos, como forte e protetor, são preferidos em detrimento daqueles tidos como feminino, por serem estes considerados superiores. Azevedo (1985 *apud*, CAMARGO; DAGOSTIN; COUTINHO, 1991) destaca a invisibilidade da violência, a criminalização não-específica deste tipo de ação, a impunidade para o agressor e a opinião pública favorável a certa violência contra a mulher como os principais artifícios da sociedade para neutralizar o desenvolvimento igualitário da mulher. Bergesch (2004) atribui a violência contra a mulher a sua condição sexual e, para ela, a compreensão do significado da violência de gênero perpassa pelo entendimento de certos pressupostos que embasam as relações de poder e submissão entre o sexo masculino e o feminino. Na visão da autora, o universo de desigualdades induz relações violentas entre os sexos e indica que a prática da violência de gênero não é fruto da natureza, mas, sim, do processo de socialização das pessoas.

Caracterizado como um crime de ódio, a violência de gênero se apropria dessa relação de poder estabelecida na sociedade patriarcal, de modo que é caracterizado como todo ato que resulte em lesão física, sexual ou psicológica de mulheres ou a morte. Entre tais atos de violência, podem ser apontados estupros, violência doméstica, assédio sexual, coerção reprodutiva, infanticídio feminino, aborto seletivo e violência obstétrica, bem como costumes ou práticas tradicionais nocivas, como crime de honra, feminicídio relacionado ao dote, mutilação genital feminina, casamento por rapto, casamento forçado e violência no trabalho, que se manifestam através de agressões físicas, psicológicas e sociais. Algumas formas de violência são perpetradas ou toleradas pelo estado, como estupros de guerra, violência sexual e escravidão sexual durante conflitos, esterilização forçada, aborto forçado, violência por autoridades, apedrejamento e flagelação. Formas de violência contra a mulher como o tráfico de mulheres e a prostituição forçada, muitas vezes, são perpetradas por organizações criminosas.

Francisquetti (2010) sintetiza que as mudanças nos modelos de relações familiares e relações de intimidade têm provocado alteração nos lugares reservados a homens e mulheres. As divisas da feminilidade modificaram-se e confundiram-se e, com isso, as diferenças entre os sexos foram afetadas e houve o deslocamento dos significantes masculinos, o que desnordeou homens e mulheres, provocando uma crise de identidade, além de diversas outras reações, dentre elas, a violência. Tal hipótese é confirmada por Martins (1997), o qual atesta que o

crescimento da violência no plano das relações privadas e conjugais está associado à desintegração dos modelos familiares dominantes, que, com seu término, tem provocado vários efeitos, como o surgimento de novas figuras de homem e de mulher, formas de se relacionar, sexualidades, conflitos, medos, ressentimentos, inseguranças e situações de violência, quando o respeito ao outro e a suas escolhas não é possível.

Neste contexto, a fronteira entre o eu e o outro se transforma, com isso, a violência e a intolerância passam a habitar como consequência da diminuição e apagamento das diferenças. Por isso, o autor diz que a violência é entendida como uma forma de defesa e ataque de algumas destas novas figuras de homem e mulher surgidas após a extinção dos antigos modelos. Independentemente de sua origem, nos dias de hoje, a violência acontece porque, infelizmente, muitos homens ainda acham que ela é o melhor jeito de resolver um conflito e que são mais fortes e superiores às mulheres, podendo impor-lhe suas vontades (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2002). Após este introito, a seguir serão apontados números relacionados à violência contra a mulher. Estudos confiáveis da Organização Mundial de Saúde (2015) demonstram que entre 10% e 50% das mulheres relatam terem sofrido abusos físicos, e aproximadamente 12 a 25% sofreram ataques ou foram violentadas sexualmente por seus parceiros ou ex-parceiros em alguma ocasião em suas vidas.

A violência contra a mulher causa sérias consequências para a saúde física e mental. No que se refere à morbidade, as consequências para a saúde são risco aumentado para dores crônicas, doenças mentais, doenças sexualmente transmissíveis, como AIDS, gravidez indesejada, aborto, doença pélvica inflamatória, abuso de drogas, distúrbios gastrointestinais, entre outros, citados por Francisquetti (2010). A Organização Mundial de Saúde (2015) confirma que mulheres que sofrem abuso estão mais aptas a sofrer de depressão, ansiedade, sintomas psicossomáticos, problemas de alimentação e disfunções sexuais. No entanto, como destacam Garbin et al. (2006), os resultados da violência doméstica vão além da saúde e da felicidade individual, já que implicam riscos à saúde de seus filhos, que, ao presenciar a violência contra sua mãe, podem apresentar depressão, ansiedade e retardos em seu desenvolvimento. Sendo assim, a violência tem efeitos indiretos na sociedade, representando um escoamento na força de trabalho produtiva e gerando um clima de medo e insegurança.

Neste quadrante, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (2000), um levantamento nacional realizado no Canadá sobre a violência contra a mulher constatou que 30% das esposas atacadas tiveram que interromper suas atividades e 50% que deixar o trabalho porque o dano persistiu. Enquanto uma pesquisa desenvolvida na Manágua e Nicarágua

mostrou que 46% das mulheres que sofreram abuso são menos remuneradas que as não vitimadas, mesmo depois de serem controlados os fatores que afetam os rendimentos. No mesmo contexto, observa-se que, conforme dados do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (*apud* INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2002), 1 em cada 5 dias de falta ao trabalho no mundo é devido à violência sofrida pelas mulheres dentro de suas casas; a cada 5 anos, a mulher perde 1 ano de vida saudável, se ela sofre violência doméstica, enquanto que, nos países em desenvolvimento, este índice fica compreendido entre 5% a 16% de anos de vida saudável perdidos pelas mulheres em idade reprodutiva como resultado da violência doméstica.

Quanto aos custos da violência contra as mulheres, estatísticas dão conta que, no Canadá, 1 bilhão de dólares canadenses por ano são gastos em serviços, incluindo polícia, sistema de justiça criminal, aconselhamento e capacitação. Nos Estados Unidos, este custo varia entre US\$ 5 e US\$ 10 bilhões ao ano. E, no âmbito geral, um estudo realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento estimou que o custo total da violência doméstica oscila entre 1,6% e 2% do PIB de um país (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2002). Porém, as perdas maiores e consequências mais graves da violência doméstica são o homicídio e o suicídio e, de acordo com a literatura internacional, estes crimes são cometidos pelos próprios companheiros das mulheres em 60% dos casos (FRANCISQUETTI, 2010), o que, para Fadigas (2010), certamente, é a mais cruel e humilhante de todas as formas de violência contra a mulher, já que o agressor mantém uma relação de afetividade com a vítima, seja pelo vínculo sanguíneo ou pelo parentesco de afinidade.

Francisquetti (2010) esclarece que as fases da violência doméstica compõem um ciclo que pode se tornar vicioso, repetindo-se ao longo de meses ou anos, cuja primeira fase é a da tensão, representada por atritos, insultos e ameaças, muitas vezes, recíprocos. Em seguida, vem a fase da agressão, com a descarga descontrolada de toda aquela tensão acumulada, através de empurrões, socos e pontapés, ou, às vezes, usando objetos, como garrafa, pau, ferro e outros. Depois, vem a fase da reconciliação, em que o agressor pede perdão e promete mudar de comportamento, ou finge que não houve nada, fica mais carinhoso, bonzinho, presenteia e faz a mulher acreditar que aquilo não vai mais voltar a acontecer. Segundo a fonte em questão, é muito comum que este ciclo se repita, com cada vez maior violência e intervalo menor entre as fases, terminando, muitas vezes, em tragédia, com uma lesão grave ou até o assassinato da mulher.

De acordo com a psicologia, a força da repetição se origina muito cedo na história do indivíduo e se assemelha ao que foi traumático e à história singular de cada um. Para tanto, a fim de romper este ciclo de violência, repetição diabólica, estase de vida, é preciso que alguém, em geral, a mulher, saia em busca de ajuda e aliados. A busca de ajuda pode abrir uma brecha para uma alteração mais consistente no mundo interno da pessoa e provoca mudanças mais significativas no quadro da violência, apresenta a autora. Não foram encontradas na literatura dados do Brasil com base nos mesmos critérios que permitissem uma análise comparativa. Todavia, uma pesquisa inédita sobre violência contra a mulher, encomendada pelo Instituto Patrícia Galvão ao Ibope Opinião, com apoio da Fundação Ford, realizada de 9 a 14 de setembro de 2014, com uma mostra representativa da população adulta brasileira, identificou dados impressionantes sobre a violência contra a mulher.

Para a realização desta pesquisa, foram entrevistadas 2.002 pessoas, homens e mulheres de 16 anos ou mais, com diferentes níveis de escolaridade e renda, em 140 municípios, incluindo todos os estados brasileiros, capitais, regiões metropolitanas e cidades menores selecionadas probabilisticamente. Segundo tal levantamento, os principais motivadores da violência são: 81% dos entrevistados apontam o uso de bebidas alcoólicas como o fator que mais provoca violência contra a mulher; em segundo lugar, mencionadas por 63% dos entrevistados, vêm as situações de ciúmes em relação à companheira ou mulher; 37% dos entrevistados citaram o desemprego; 31% problemas com dinheiro; 18% problemas familiares; 16% a recusa da mulher em fazer sexo; 16% a desobediência da mulher; 14% dificuldade no trabalho; 13% citam a eventualidade de falta de comida em casa e 4% a gravidez (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2002).

A violência contra a mulher é uma questão central que preocupa os entrevistados e, quando agrupados os três problemas mais importantes, esta tornou-se a opção de 50% dos respondentes, enquanto a violência fora de casa e o assédio sexual passaram a ser citados por 36%, igualando-se a doenças como câncer de mama e de útero, que registraram a adesão de 39% dos pesquisados (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2002). Na opinião de outros autores como Langley, Levy e Carina (1980), os principais motivadores da violência doméstica são doença mental, álcool e drogas, aceitação da violência por parte do público, falta de comunicação, sexo, uma autoimagem vulnerável, frustração, mudanças, violência como recurso para resolver problemas. Santin *et al.* (2002) complementam que o sentimento de posse do homem em relação à mulher e seus filhos, entendendo que estes situam-se em um plano inferior ao dele e a impunidade são fatores que fomentam a violência contra a mulher.

Muitas mulheres adoecem a partir de situações de violência dentro de suas próprias casas e recorrem aos serviços de saúde, com reclamações de enxaquecas, gastrites, dores difusas e outros problemas. Conseqüentemente, a ligação entre a violência contra a mulher e a sua saúde tem se tornado cada vez mais evidente, apesar da maioria das mulheres não relatar que viveu ou vive em situação de violência em casa. Desse modo, é indispensável que os profissionais de saúde estejam aptos a identificar, atender e tratar as pacientes que se apresentam com estes sintomas e que podem estar relacionados a abuso e agressão. Cabe salientar que, segundo o Instituto Patrícia Galvão (2002), aproximadamente mais da metade das mulheres agredidas sofrem caladas e não pedem ajuda, pois muitas sentem vergonha ou dependem emocionalmente ou financeiramente do agressor, ou acham que “foi só daquela vez”, ou que elas são as culpadas pela violência, outras não falam nada por causa dos filhos, porque têm medo de apanhar ainda mais ou porque não querem prejudicar o agressor, que pode ser preso ou condenado socialmente ou ainda por imaginarem que pode ser pior sem ele.

Quando agredidas, a maioria das mulheres se sente sozinha, com medo e vergonha e, se pede ajuda, em geral, é para outra mulher da família, como a mãe ou irmã, ou alguma amiga próxima, vizinha ou colega de trabalho. Assim, ainda hoje, o número de mulheres que recorrem à polícia é pequeno, em especial, em casos de ameaça com arma de fogo, de espancamentos com fraturas ou cortes e ameaças aos filhos. E, normalmente, quando a mulher opta pela denúncia formal contra o agressor em uma delegacia especializada, logo depois, retira a queixa. De acordo com Bandeira e Thurler (2010), estima-se que, em mais de 50% dos processos abertos, as mulheres desistem da ação, pois têm medo deles, sentem-se constrangidas em denunciá-los e temem não conseguir dinheiro para viver sós e/ou com seus filhos.

Os principais motivos que fazem muitas mulheres desistirem da denúncia ou de seguir com a ação penal, conforme Garbin *et al.* (2006) é o fator financeiro, a impunidade, o medo, a dependência emocional e o constrangimento de ter a sua vida averiguada.. Além disso, o preconceito e o despreparo das autoridades e funcionários em atender a mulher violentada, também são barreiras que dificultam o acesso destas à justiça. Em alguns casos, elas não só retiram a queixa, como acabam por perdoar seus agressores. Isso ocorre porque há a interpretação de que elas são as culpadas e causadoras da situação que gerou a violência. Há casos também que as agredidas fogem para uma casa abrigo levando consigo as crianças por temerem por suas vidas e, algum tempo depois, voltam ao lar, para o convívio com o agressor. Nestes casos, acaba prevalecendo a dependência emocional, ou seja, há uma forte ligação de afeto entre a vítima e o agressor.

Segundo dados estatísticos levantados pelo Datafolha, "Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil", de 2021, 5 em cada 10 brasileiros (51,1%) relataram ter visto uma mulher sofrer algum tipo de violência no seu bairro ou comunidade ao longo do último ano. Ainda segundo a pesquisa, as mulheres em situação de violência doméstica estão entre as que mais sofreram com desemprego na pandemia. A partir do relatório do Fórum Brasileiro de Segurança em parceria com Datafolha, foi traçado os perfis das mulheres em situação de violência, prevalecendo no topo da lista as mulheres jovens, negras e separadas/divorciadas. A pesquisa indica que aproximadamente 50% dos atos de violência ocorreram no ambiente familiar, ou seja, dentro do próprio lar, que em tese é considerado um ambiente seguro. Dos atos de violência sofridos pelas entrevistadas da pesquisa, os principais números indicam que 18,6% das mulheres sofreram com abusos verbais, cerca de 16,5% sofreram violência psicológica como ameaças, amedrontamentos e perseguições e pelo menos 11,7% foram vitimizadas pela violência física e/ou sexual.

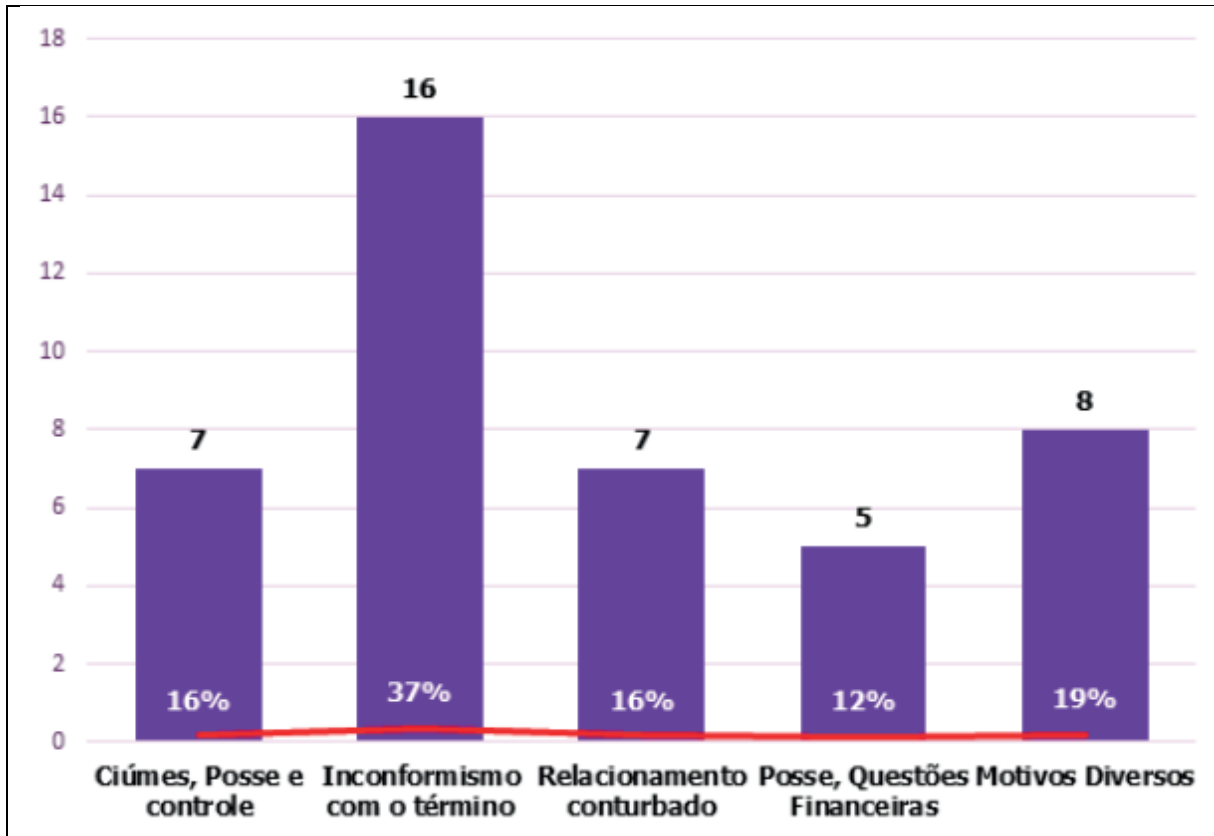
Os dados revelam que mulheres mais jovens, entre 16 e 24 anos, negras, são mais atingidas pela violência do que mulheres brancas de mesma idade ou acima. Certamente, esses dados não são mero acaso, mas sim herança sócio-histórica. E o que mais assusta é que os agressores são, em sua maioria, de "dentro de casa", justamente àqueles que deveriam, a partir de um senso comum, amar e respeitar as mulheres com quem convivem. Nota-se, então, que se trata de situações complexas, que envolvem sentimentos, forças inconscientes, fantasias, traumas, desejos de construção e destruição, de vida e de morte. Sendo assim, na visão de Francisquetti (2010), a mulher não deve ser vista apenas como uma vítima da violência sofrida, mas, muitas vezes, como elemento integrante de uma relação com o agressor.

Acerca do feminicídio, assassinato de mulheres pelo simples fato de serem mulheres, em que o autor do crime despreza a identidade de gênero da agredida, a pesquisa revelou um aumento de 22% em 2020, nos três primeiros meses de pandemia. Em Mato Grosso do Sul (2ª maior taxa de feminicídio do país), segundo dados do Mapa do Feminicídio¹⁵ (2021, p.10), elaborado em 2020 pela Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres, 17.286 mulheres registraram boletim de ocorrência por algum tipo de violência doméstica; 1.424 registraram o B.O. por estupro, uma média de 118 por mês; e dos casos enquadrados e registrados como feminicídio, 40 mulheres foram cruelmente assassinadas. Ainda segundo o Mapa do Feminicídio de Mato Grosso do Sul, as agressões acontecem, geralmente em ambiente familiar

¹⁵ Mapa do Feminicídio. Disponível em: <<https://www.naosecale.ms.gov.br/mapa-do-femicidio-2/>>. Acesso em 23 de maio de 2021.

e em horário noturno/madrugada. Entre as cidades com maior índice de violência está Campo Grande, Dourados e Três Lagoas, no qual na maioria dos casos a motivação do crime se dá por ciúmes ou rejeição amorosa como visto na figura 1. Em um dos casos relatados pela mídia¹⁶ local de Três Lagoas, uma mulher de 28 anos, foi morta a facadas pelo ex-companheiro que não aceitava o fim do relacionamento.

Figura 1: Print de gráfico de motivações do feminicídio



Fonte: Mapa do Feminicídio de Mato Grosso do Sul.

Tabela 1: Prints de relatos das mortes violentas de mulheres, tipificadas como feminicídios, ocorridas em Três lagoas – MS no ano de 2021

<i>Print 1</i>	<p>Judete Aragão de Oliveira, 21 anos, de Três Lagoas – MS, morta no dia 03 de fevereiro de 2021, estava em sua residência quando seu ex-marido disparou 4 tiros nela e fugiu em seguida. O casal estava separado há 3 meses, o ex-marido não aceitava o fim do relacionamento e alegou suposta traição. Judete foi encontrada morta pela ex-sogra que reside ao lado de sua casa. O autor encontrado escondido em um barraco foi preso em flagrante.</p>
----------------	--

¹⁶ “Em Três Lagoas, ex-marido mata a ex-mulher com facadas por não aceitar separação”. Jornal online Perfil News. Notícia disponível em <<https://www.perfilnews.com.br/em-tres-lagoas-ex-marido-mata-a-ex-mulher-com-facadas-por-nao-aceitar-a-separacao/>>. Acesso em 18 de julho de 2022.

<i>Print 2</i>	Darcy Abadia dos Santos, 80 anos, de Três Lagoas – MS , dona de casa, faleceu dia 11 de fevereiro de 2021 devido a maus tratos e espancamento cometidos pelo filho. Darcy chegou no hospital no dia 05 de fevereiro de 2021 com várias lesões pelo corpo, no olho, pescoço, orelhas e peito, devido a violência doméstica e familiar cometida pelo filho. Além das agressões sofridas, Darcy apresentava desnutrição. Lutou pela vida 7 dias no hospital, mas não resistiu ao espancamento e morreu no hospital.
<i>Print 3</i>	Veruska Portela Balota da Silva, 47 anos, de Três Lagoas – MS , foi morta a pancadas pelo irmão mais novo dia 10 de julho de 2021. Vizinhos escutaram uma discussão, agressões entre os irmãos e em seguida silêncio, tempos depois o vizinho foi até a casa da vítima e a encontrou caída na frente da residência. Veruska morta a pancadas com afundamento de crânio na nuca. Na casa da vítima os moveis haviam sido quebrados e estava bastante bagunçado. A polícia encontrou o irmão dormindo ao lado da mãe, idosa acamada em recuperação de uma cirurgia, o irmão assassinou e foi dormir. Foi preso em flagrante. O irmão havia saído há pouco dias da prisão, tinha um pedido de internação compulsória em tramite judicial, era violento. Testemunhas contam que o pai da vítima morreu alguns anos antes, da mesma forma, com traumatismo craniano, semelhante a Veruska, contudo foi atribuído a um acidente.
<i>Print 4</i>	Iraci Francisca da Silva, 55 anos, de Três Lagoas – MS , morta a tiros no dia 21 de dezembro de 2021. O ex-marido de Iraci foi até sua casa e a matou com 3 tiros na nuca, perna e braço, em seguida suicidou-se. O casal estava separado a 45 dias, depois de um relacionamento de 3 décadas, o ex-marido de Iraci não aceitava o fim do relacionamento. A vítima havia registrado B.O por violência doméstica e familiar, perseguição contra o autor e pedido medida protetiva. O autor suicidou-se com um tiro na cabeça após o crime.

Fonte: Mapa do Femicídio de Mato Grosso do Sul.

Conforme tabela 1, nota-se que os dados da figura 1 se confirmam, no qual as mulheres continuam sendo mortas em suas próprias casas, lugares que deveriam proporcionar conforto e segurança. Os agressores são aqueles que deveriam acolher, cuidar e amar: maridos, ex-companheiros, irmãos, filhos etc. “Se não for minha, não vai ser de mais ninguém”, frase comumente proferida pela grande maioria dos agressores, segundo dados do mapa do feminicídio, que constituem a mulher como objeto, que pode ser aniquilado em qualquer tempo se não for controlado e submetido conforme o imaginário do agressor. Aqui cabe justificar que o motivo pelo qual trouxemos dados da cidade de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, para exemplificar a ocorrência de casos de violência de gênero, se deve ao fato de que a voz do meu eu pesquisadora emerge desta localidade, no qual gatilhos são acionados e o acesso às informações são mais fáceis, escapando traços identitários que me constituem e me atravessam.

Em continuação ao pensamento anterior, tem-se que embora as mulheres em situação de violência possam contar com o apoio de algumas entidades como CRAM – Centro de

Referência de Atendimento à Mulher, Delegacia da Mulher, PROMUSE - Programa Mulher Segura, Defensoria Pública, CMDM – Conselho Municipal de Direitos da Mulher, associações e coletivos etc., é possível notar a necessidade de movimentos político-sociais no intuito de promover mais avanços que garantam a proteção legal e efetiva dessas mulheres a fim de minimizar os índices que comumente são relatados neste trabalho. Para enriquecer este percurso acerca da violência contra a mulher na sociedade contemporânea, é válido refletir sobre a evolução das leis brasileiras que contribuíram para a liberdade e proteção da mulher, direitos que lhes foram negadas por muito tempo.

Uma das primeiras leis em favor da autonomia feminina surgiu em 1977, influenciada pelo movimento feminista, a lei nº 6.515, conhecida como Lei do Divórcio, permitindo a dissolução do casamento que antes não era possível se não houvesse uma justa causa. Adiante, em 1988, foi abolida a restrição com relação ao matrimônio, permitindo que a mulher pudesse se casar e se divorciar quantas vezes quisesse. Dezoito anos depois, em 2006, a lei nº 11.340, Lei Maria da Penha, promulgada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, surgiu após muita luta e sofrimento, objetivando a proteção da mulher com relação a violência doméstica. Lei essa reconhecida pela ONU (Organização das Nações Unidas) como uma das mais importantes conquistas jurídicas, abrindo espaço para mais discussões em torno da temática. Outras leis vigoraram e ganharam relevância após a Lei Maria da Penha, como o caso da Lei Carolina Dieckmann, de 2012, que ampara a mulher contra vazamentos de fotos e outros dados íntimos sem consentimento.

Em 2015, foi promulgada pela primeira presidente mulher do país, Dilma Russel, a lei nº 13.104, Lei do Feminicídio, visando punir o agressor pelo crime em razão da questão de gênero. Mais recentemente, em 2021, a lei nº 14.188, inclui no Código Penal o crime de violência psicológica contra a mulher, um grande avanço, já que muitas mulheres sofrem com esse tipo de violência sem nem mesmo assimilarem a gravidade e o perigo dela no ciclo da violência. Em suma, as leis acima citadas são necessárias à evolução social e ao combate da violência de gênero, demonstrando, a partir de um ponto de vista histórico-social, que a sociedade contemporânea bem como sociedades passadas estão em constante movimento; tais leis representam marcos sociais de desnaturalização da violência contra a mulher, evidenciando o jogo social das relações de poder em que se embriçam gênero, classe e etnia.

Para clarear tal entendimento, é a partir de uma ordem patriarcal vigente que se dá a produção e reprodução global de discursos que subsidiam e perpetuam a violência de gênero, sendo, portanto, necessária a intervenção da instituição jurídica como reguladora das forças

opostas que se confrontam, se atravessam e se dialogam em campo. Com relação à essa noção de poder, não há como não trazer à baila o pensamento de Foucault (1981), no qual há a compreensão de um *poder in fluxu*, que não está localizado em um indivíduo ou instituição nem está fixo, mas se organiza segundo esse “campo de forças sociais”. Sob à luz do pensamento trazido pelo autor é possível (des)construir as ditas verdades universais e desigualdades de gênero baseadas em uma perspectiva biologizante da diferenciação entre os sexos feminino e masculino; entre os sujeitos macho e fêmea. Posteriormente, no item 2.3 do capítulo II, engendramos um entendimento acerca dessa problematização, a partir da teoria do efeito *backlash*, de Susan Faludi (2001). A seguir, no item 1.5, faz-se necessária uma breve contextualização acerca das mulheres que foram nomeadas como lobas.

1.5 Mulheres lobas

As mulheres desenharam portas onde não houver nenhuma. E elas as abrirão e passarão por essas portas para novos caminhos e novas vidas. Como a natureza selvagem persiste e triunfa, as mulheres persistem e triunfam. Aguarde. Confie. Faça sua parte. Você descobrirá seu próprio caminho (ESTÉS, 1999, p. 142-143).

Este item se faz necessário a fim de explicar o porquê dos nomes das mulheres nos trechos analisados receberem nomes de espécies de lobos. Por uma questão do sigilo e ética na pesquisa, adotamos tal procedimento por orientação da Profa. Dra. Celina a fim de criar designações às mulheres, evitando assim de citar letras iniciais de nomes ou números, pois também ficariam vagos, dada a riqueza dos dizeres desses sujeitos. Assim tive a inspiração da pesquisadora ao atribuir tais nomes, que surgiu da obra clássica *Mulheres que correm com os lobos*, da escritora junguiana Clarissa Pinkola Estés.

Na obra de inspiração, a autora Clarissa trabalha os mitos e histórias do arquétipo da Mulher Selvagem, instigando mulheres a reencontrarem a própria natureza livre e selvagem. Ela recorda lendas folclóricas e conto de fadas, remetendo a diversas culturas, para exemplificar essa origem do feminino como um ser livre. No primeiro capítulo, por exemplo, tem-se “La loba”, a história de uma mulher de idade avançada que é capaz de dar vida aos mortos, por meio dos ossos recolhidos. Um dos possíveis efeitos de sentido da narrativa de “La loba” é a respeito da ressignificação da mulher, transformando dores em cura, a partir de olhares outros.

Sendo assim, é natural o questionamento acerca do que é ser mulher. Possivelmente, a resposta mais óbvia seria definir o que é ser mulher a partir de ideologias cristalizadas – a

mulher é a mãe, a filha ou a esposa de alguém ou de um homem (a figura masculina no centro de tudo; patriarcalismo). No entanto, a partir das reflexões que a obra propõe, é possível romper com a estrutura patriarcal vigente, deslocando as mulheres para o centro de tudo, sobretudo aos seus lugares como sujeito dono de si e de seus anseios. A mulher que antes era vista como pura, recatada e do lar, a partir da obra passa a ser vista como um lobo, animal selvagem e difícil de domesticar.

A partir dessa visão em que a mulher pode e deve ocupar espaços outrora proibidos é que surgiu a necessidade de ressignificar as histórias analisadas, passando de mulheres em situação de violência a mulheres empoderadas de coragem, força e afeto por si mesmas. Para diferenciar uma mulher da outra, foram nomeadas pela pesquisadora, na tentativa de conectar suas histórias e seus estereótipos com as espécies¹⁷ de lobo citadas: Lobo-Guará, Lobo-Vermelho, Lobo-Negro, Lobo-Árabe, Lobo-Cinzenta, Lobo-Dourado-Africano, Lobo-do-Himalaia, Lobo-Etíope, Lobo-da-Tundra, Lobo-Dingo, Lobo-Ibérico, Lobo-Occidental, Lobo-Europeu.

Ao nomear estas personagens femininas como lobas, a intenção é homenageá-las e trazer o tom de empoderamento¹⁸ feminino para esta pesquisa, fazendo-as emergir e falar, um propósito que vai pela contramão do efeito *backlash* como *ethos*¹⁹ do discurso que permeia a construção da mulher na sociedade contemporânea. Como se vê “Não se esqueça violência se faz por ciclos, procure alguém que te ajude, ajude esse ciclo terminar na primeira etapa.” (M, Representante Promotoria de Justiça)

Para uma compreensão maior a respeito da constituição dos recortes analisados, julga-se necessário fazer aqui alguns apontamentos acerca do *corpus* escolhido para a problematização/reflexão, levando em consideração o fato de o gênero textual curta-documentário ter se tornado um importante instrumento de propagação do discurso analisado. O *corpus* é constituído por cinco curta-documentários baseados em depoimentos atuais, produzidos a partir de 2013 e publicados em plataforma de domínio público a partir de 2017, que foram transcritos para a análise logo após a seleção deles, fazendo, desde o início, interface com os pressupostos teórico-metodológicos desta pesquisa. Todos os cinco vídeos passaram

¹⁷ Tipos de lobos e suas características. Disponível em: <<https://www.peritoanimal.com.br/tipos-de-lobos-e-suas-caracteristicas-23134.html>> Acesso em 18 de maio de 2021.

¹⁸ Empoderamento, segundo Martins (2003), vem do termo inglês “empowerment” e significa “(...) Por seu prefixo, empoderamento significa ação e, no senso comum, empoderamento significa a transformação de um sujeito em ator ativo, por meio de processos que variam de acordo com a situação e o contexto (MARTINS, 2003).

¹⁹ De acordo com Aristóteles (2005), Ethos trata-se de um aglomerado de costumes essenciais, na esfera comportamental (instituições, afazeres etc.) e cultural (valores, ideias ou crenças), característicos de uma determinada coletividade, época ou região.

por um processo de seleção²⁰ baseado em critérios que valorizam a visibilidade e a repercussão dos mesmos, bem como uma vasta diversidade étnico-racial, contendo histórias e depoimentos de mulheres que já estiveram, alguma vez em sua vida, em situação de violência.

No intuito de encontrar vídeos que fossem únicos, conforme os objetivos dessa pesquisa, ou seja, que fossem mais próximos da realidade local da cidade²¹ da pesquisadora, visando não a qualidade técnica audiovisual, mas sim na relevância dos discursos e das condições de produção desses vídeos. De forma geral, a escolha do *corpus*, o recorte, se deve à relevância deles aos objetivos e perguntas de pesquisa desta dissertação. Utilizou-se como palavras-chaves no campo de busca termos como “mulher e violência”, “violência contra a mulher” e “lei maria da penha e violência” etc.; e, como resultado tivemos: o número de visualizações dos vídeos; a descrição disponibilizada em cada vídeo; a duração dos vídeos; as narrativas contadas e as personagens envolvidas.

Foram escolhidos, dentre os vários vídeos assistidos entre agosto de 2020 e outubro de 2020, os curta-documentários menos longos e com linguagem acessível/popular. São eles: 1) Uma lei para todas²²; 2) Pra gente não funciona – Mulheres indígenas e a Lei Maria da Penha²³; 3) Trajetórias marcadas pela violência²⁴; 4) Cidade Alerta - Penha neles: a eficácia da lei²⁵; 5) “Sílvia”²⁶. Todos os curtas-documentários estão disponibilizados na plataforma *Youtube*²⁷, o qual a escolha dessa plataforma se deve ao fato da facilidade em acessá-la; por ser uma mídia de massa e cultura popular contemporânea, sobretudo porque durante essa pesquisa ocorreu a

²⁰ De acordo com os termos de uso estabelecidos pela Câmara de Deputados, os vídeos estão sob a licença *Creative Commons CC BY-NC-ND*. Esta licença permite o *download* e compartilhamento dos vídeos desde que seja atribuído o devido crédito de publicação à Câmara de Deputados, não sendo permitido alterá-los ou utilizá-los para fins comerciais. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/tv/562840-termos-de-uso>>. Acesso em 24 de agosto de 2022.

²¹ Três Lagoas, interior do Estado de Mato grosso do Sul (MS), divisa com o Estado de São Paulo (SP), cidade localizada na região Centro-Oeste do Brasil, caracterizada principalmente por traços culturais regionais como ruralismo e agronegócio, cultura indígena, presença de animais pantaneiros em meio às paisagens urbanas, miscigenação racial, discursos políticos de direita fortemente enraizados nas mais diversas esferas sociais etc.

²² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SBf4X1hTtLI>>. Acesso em 01 setembro de 2020.

²³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sGbElqZpON0>>. Acesso em 01 setembro de 2020.

²⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=odjxYdicVXM>>. Acesso em 01 setembro de 2020.

²⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=izeQkvdUbNo>>. Acesso em 01 setembro de 2020.

²⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YmUTH5pnUHE>>. Acesso em 01 setembro de 2020.

²⁷ Segundo o site Wikipédia – A enciclopédia livre, o *YouTube* é uma plataforma de compartilhamento de vídeos com sede em San Bruno, Califórnia. O serviço foi criado em fevereiro de 2005. A Google comprou o site em novembro de 2006; desde então o *YouTube* funciona como uma das subsidiárias da Google. Antes do lançamento do *YouTube* em 2005, havia poucos métodos simples disponíveis a usuários normais de computadores que queriam colocar seus vídeos na Internet. Com sua interface de fácil uso, *YouTube* tornou possível a qualquer um que usa computador a postar na Internet um vídeo que milhões de pessoas poderiam ver em poucos minutos. A grande variedade de tópicos cobertos pelo *YouTube* tornou o compartilhamento de vídeo uma das mais importantes partes da cultura da Internet.

pandemia do Covid-19, não sendo viável a coleta de *corpus* presencial, como no caso de entrevistas em campo.

No dia a dia, em tempos contemporâneos, graças ao advento e a revolução da internet, as informações ultrapassaram barreiras geográficas, campo fértil para diversas atividades e conteúdos que, por sua vez, exigem das pessoas um certo grau de transitoriedade e múltiplos posicionamentos. No caso dos vídeos, formato cada vez mais crescente nas redes, observa-se a circulação de discursos em constante movimento, os quais ora são produzidos, ora são consumidos. E é, a partir desse jogo e das práticas sociais de linguagem, que se dão as representações sociais, inclusive a representação da mulher, dentro e fora do *ciberespaço*. Lévy (2009) apresenta a seguinte definição do que é o *ciberespaço*:

No limite, só há hoje um único computador, um único suporte para texto, mas tornou-se impossível traçar seus limites, fixar seu contorno. É um computador cujo centro está em toda parte e a circunferência em nenhuma, um computador hipertextual, disperso, vivo, pululante, inacabado, virtual, um computador de Babel: o próprio ciberespaço.

Ainda sobre o ambiente virtual, não se pode deixar de citar o termo *cibercultura* (LÉVY, 2010), que define a internet como um mar aberto de infinitas possibilidades, um verdadeiro “oceano” de informações, fazendo-se mister filtrar, dentre tantos dados e discursos, aquilo que de fato soa relevante num determinado espaço-tempo-razão. Dessa forma, o conceito de cibercultura está relacionado à pluralidade e à universalidade, sendo um “espaço de comunicação aberto” (LÉVY, 2010, p. 92). Ao levar isso em conta, naturalmente, surgem dúvidas acerca do que é procedente e “real” daquilo que se chamam “*fake news*”, ou seja, notícias falsas; informações que não são verídicas. Isso posto, foram escolhidos vídeos de canais no *Youtube* que tenham credibilidade, autoridade ou influência, como, por exemplo, o da Câmara de Deputados, por tratar-se do discurso político-oficial²⁸.

Os vídeos são relatos/depoimentos que se assemelham com o gênero documentário, daí o termo curta-documentário, utilizado acima. Entretanto, quando se fala em definir o gênero documentário, pode-se falar que tal definição perpassa a própria noção do estatuto de imagem, isto é, que papel ocupa, de que lugar fala (simbólico e ideológico) e o que significa. Logo, é possível dizer que há uma relação do documentário com a realidade, ou seja, a imagem expressa não passa por uma ilusão de transparência e sim passa por um efeito de sentido constituído pela

²⁸ Não entraremos na discussão da questão do verdadeiro versus falso, conforme Coracini (2007), Dias (2016) e Foucault In: M. Nietzsche, Marx e Freud – theatrum filosoficum. Trad.: Jorge Lima Barreto. São Paulo: Editora Princípio, 1997.

materialidade da narrativa. Assim, nesta pesquisa, foi possível trabalhar com duas premissas diante do gênero documentário: 1- sua materialidade (estratégias narrativas); 2- sua comunicabilidade (processo de produção de sentido, levando em conta a noção de “lugar de fala”).

Tal perspectiva é abordada nas disciplinas da interpretação, a qual é fortemente defendida como o conceito fundamental da construção de sentido: o não-dito, no qual o silêncio também significa. A interpretação, para a AD, deixa de ser a compreensão de um texto ou fala, um ato consciente, para ser um gesto intrínseco dos sujeitos em relação. De acordo com Eni Orlandi (1996, p. 147), “a forma de interpretação – leia-se da relação dos sujeitos com os sentidos – é historicamente modalizada pela formação social em que se dá, e ideologicamente constituída” e daqui decorre a necessidade de pensar “lugares de fala”.

Acerca dos vídeos coletados, antes de entrar no levantamento e discussão das regularidades, foi criada, estrategicamente, pela pesquisadora, por uma questão da escrita acadêmica, a seguinte tabela, sobretudo para fins de melhor organização da leitura, escrita e interpretação, facilitando o gesto de interpretação, a partir da diversidade de fala das mulheres:

Tabela 2: Descrição dos vídeos

NOME DO CANAL	TÍTULO DO VÍDEO	DURAÇÃO E DATA DE PUBLICAÇÃO	DESCRIÇÃO
Câmara dos Deputados	V1: "Uma Lei para Todas", de Ana Patrícia Nassar [2013]	10m:01s 17/08/2020	Em 2013, a Lei Maria da Penha completou sete anos de existência. Para comemorar o feito e lembrar a importância da norma, a Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados e a Procuradoria Especial da Mulher, com o apoio do Banco Mundial, promoveram o 1º Concurso de Curta Documentário sobre a Lei Maria da Penha, que premiou as cinco melhores produções audiovisuais com histórias relacionadas ao tema. O concurso, que selecionou 22 produções inéditas para a fase final, recebeu documentários produzidos em todo o Brasil. São filmes que retratam os dramas vividos por mulheres que sofreram violência doméstica.
AzMina	V2: Pra gente não funciona – Mulheres indígenas e a Lei Maria da Penha	4m:56s 04/03/2020	Além dos motivos tradicionais que toda mulher que sofre violência enfrenta para denunciar a agressão, como o medo, vergonha e falta de acolhimento, as mulheres indígenas ainda enfrentam a desinformação sobre seus direitos, barreiras do idioma e grandes distâncias para chegar até a delegacia e pontos de atendimento mais próximos. Confira a reportagem, que foi produzida pela repórter Maria Fernanda Ribeiro, selecionada pelas Bolsas de Reportagem 2019 d'AzMina em parceria com o Volt Data Lab.

Câmara dos Deputados	V3: "Trajetórias Marcadas pela Violência", de Jackeline Soares Lima [2013]	10m:02s 17/08/2020	Em 2013, a Lei Maria da Penha completou sete anos de existência. Para comemorar o feito e lembrar a importância da norma, a Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados e a Procuradoria Especial da Mulher, com o apoio do Banco Mundial, promoveram o 1º Concurso de Curta Documentário sobre a Lei Maria da Penha, que premiou as cinco melhores produções audiovisuais com histórias relacionadas ao tema. O concurso, que selecionou 22 produções inéditas para a fase final, recebeu documentários produzidos em todo o Brasil. São filmes que retratam os dramas vividos por mulheres que sofreram violência doméstica.
Diário Digital MS	V4: Cidade Alerta - Penha neles: a eficácia da lei	12m:52s 05/09/2017	A violência contra a mulher. Um problema que não escolhe idade, classe social ou escolaridade. Acompanhe depoimentos emocionantes de pessoas que já viveram essa violência dentro de casa e que demoraram para reunir forças para denunciar e sair desse círculo vicioso de culpa e de vitimização. O agressor ameaça. Coage. Quem é que não tem uma situação parecida de violência na família ou tem uma amiga vítima de agressões verbais ou corporais. Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006, conhecida como lei maria da penha, que visa punir e coibir a prática de violência doméstica contra as mulheres. Maria da penha sofreu duas tentativas de assassinato por parte do marido.
Câmara dos Deputados	V5: "Sílvia", de Guilherme Silva da Cruz [2013]	9m:48s 17/08/2020	Em 2013, a Lei Maria da Penha completou sete anos de existência. Para comemorar o feito e lembrar a importância da norma, a Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados e a Procuradoria Especial da Mulher, com o apoio do Banco Mundial, promoveram o 1º Concurso de Curta Documentário sobre a Lei Maria da Penha, que premiou as cinco melhores produções audiovisuais com histórias relacionadas ao tema. O concurso, que selecionou 22 produções inéditas para a fase final, recebeu documentários produzidos em todo o Brasil. São filmes que retratam os dramas vividos por mulheres que sofreram violência doméstica.

Fonte: Tabela elaborada pela autora da pesquisa, a partir dos dados coletados no *Youtube*.

Como visto na tabela 1, os vídeos selecionados foram escolhidos devido aos critérios citados e, também, devido às condições de produção deles. V1, V3 e V5, por exemplo, foram publicados, somente a partir de 2020, no canal da Câmara de Deputados, principal órgão legislativo do país, e contam narrativas gravadas por participantes do 1º concurso de curta documentário em homenagem aos sete anos de Lei Maria da Penha completados em 2013. A iniciativa partiu da Secretaria de Comunicação Social da Câmara de Deputados e da Procuradoria Especial da Mulher com apoio do Banco Mundial, visando premiar os cinco melhores filmes produzidos dentro do aspecto da violência contra a mulher.

Já no V2, tem-se uma reportagem, que foi produzida pela repórter Maria Fernanda Ribeiro, selecionada pelas Bolsas de Reportagem 2019 *d'AzMina* em parceria com o *Volt Data Lab*. À título de curiosidade, o Instituto é uma organização sem fins lucrativos que luta pela igualdade de gênero, sendo uma das principais fontes de jornalismo independente existente na atualidade. E o *Volt Data Lab* é uma agência de pesquisas, análises e estudos orientados por dados que atua no setor de jornalismo, mídia e comunicação.

Por fim, no V4, tem-se depoimentos transmitidos por um telejornal, do tipo polêmico e sensacionalista, que colocam essas falas de mulheres como sendo “depoimentos emocionantes de pessoas que já viveram essa violência dentro de casa e que demoraram para reunir forças para denunciar e sair desse círculo vicioso de culpa e de vitimização” (MARCAÇÃO NOSSA).

A partir destes vídeos, foram feitas as transcrições (ver apêndices e anexos), conforme normas NURC (Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta) (PRETI, 1997) e ABNT²⁹ (Associação Brasileira de Normas Técnicas). A partir de Coracini (1991), esse processo de pesquisa é permeado e articulado pela subjetividade do pesquisador(a), no qual a constituição do *corpus* faz parte da construção da própria enunciação. Dessa forma, a transcrição funciona como agente transformador da materialidade linguística, incorrendo em interpretação (DA ROSA, 2013) em conjunto com a análise; a interpretação, portanto, é subsidiada pelo dispositivo teórico da interpretação e pelo dispositivo analítico. Este último orienta a observação do funcionamento discursivo que, por sua vez, é pelo dispositivo teórico.

Após a transcrição dos vídeos (ver apêndice A), para melhor organização da pesquisadora, como parte da proposta metodológica para encontrar as regularidades do discurso e facilitar as estratégias de análise, as falas das mulheres e outras personagens dos vídeos foram organizadas em três partes: 1- falas de si; 2- falas sobre o outro; 3- falas do outro, o que não significa que a análise seguiu esse direcionamento, uma vez que as regularidades de temas que demarcaram a análise foram: discursos do medo e do silenciamento. Cada tema nesta etapa contou com determinado número de recortes/trechos, sendo 36 para falas de si, 37 para falas sobre o outro e 27 para falas do outro, somando 100 trechos recortados ao todo. Contudo, para análise, não foram utilizados todos esses trechos, em virtude dos objetivos propostos nesta dissertação.

Outrossim, foi desenvolvida por mim, uma tabela (ver tabela 4 em apêndice B) para descrever os sujeitos do *corpus*, levando em consideração fatores estimados/dedutivos de gênero, raça/etnia, faixa etária, classe socioeconômica, escolaridade, profissão, papel social

²⁹ Normas ABNT. Disponível em: <<https://www.normasabnt.org>>. Acesso em: 19 de agosto de 2021.

estigmatizado, credo/crença, dentre outras questões pertinentes para esta análise. Tais questões se fazem importantes, uma vez que cabe à pesquisadora o gesto subjetivo de interpretação tanto do discurso quanto de todo o emaranhado de interdiscursos advindos da memória discursiva. Este exercício e necessidade de organização se faz presente também como uma marca da personalidade da pesquisadora, traços que escapam ao longo da pesquisa e que delineiam o fazer analítico-discursivo.

Dentre as características que foram possíveis de serem identificadas ou deduzidas, o que mais chama a atenção, de modo geral, é que todas as mulheres lobas já sofreram pelo menos um tipo de violência de gênero, sendo citadas, principalmente, violências físicas e psicológicas, motivadas por sentimentos de ódio, posse e ciúmes. A principal reflexão que remete aos objetivos da análise desta pesquisa, a partir da caracterização desses sujeitos, é acerca do agressor, que na grande maioria das vezes é o companheiro amoroso, justamente aquele que, em tese, deveria amar, acolher e apoiar.

A pesquisa tem como objetivo central analisar os processos discursivos presentes em documentários/vídeos-depoimentos que abordam a temática e o problema social da violência contra as mulheres, investigando se há a presença de formação discursiva e discursos patriarcais, misóginos, hegemônicos e/ou perpetuadores do *status quo* no que tange à violência contra a mulher, a partir de distintas concepções e questões de gênero, além do rastreamento dos efeitos de sentido que emergem dos discursos.

Conforme já mencionado, pautamos-nos pela abordagem discursiva e arqueogenealógica foucaultiana, sempre visando pela ética profissional/acadêmica e pelo compromisso com a ciência e seus efeitos de sentido. Neste viés, Orlandi (1999; 2001) mostra que “a relação do sujeito com a linguagem nunca é inocente. Pelo contrário, falar é tomar partido, é identificar-se com”. Sendo assim, entende-se que as subjetividades humanas, materializadas na linguagem, ressoam a ideologia enquanto estrutura-funcionamento, criando assim a ilusão da transparência dos sentidos.

Ao tratar dos dispositivos de análise, Orlandi (1999) também mostra que o dispositivo analítico elaborado deve fazer emergir o como se fala a mesma língua, mas, ainda assim, são falados diferente(s) sentido(s), isto é, nesta pesquisa, entende-se que a pesquisadora não é meramente uma observadora, mas também se situa como agente transformador, uma vez que o ato de transcrever, interpretar e analisar é “colocar-se em uma posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições” (ORLANDI, 1999, 2001).

Ainda sobre o processo analítico desta pesquisa, vale lembrar que o que se busca é o levantamento e organização das regularidades discursivas, e não o esgotamento temático de um discurso. Já no que diz respeito à seleção e organização do *corpus*, utilizar-se-á a noção de recorte de acordo com Orlandi (1989). Segundo a autora, o recorte refere-se a “uma unidade discursiva entendida como fragmentos correlacionados de linguagem e situação”. Para ela, “cada texto é um conjunto de recortes discursivos que se entrecruzam e se dispersam”, em outras palavras, trata-se de um fragmento da situação discursiva e a análise empreendida se dá por meio de seleção dessas unidades discursivas extraídas do *corpus*, ou mesmo de recortes de recortes, em consonância com os objetivos da pesquisa.

Os procedimentos de análise trazidos por Orlandi (2003) evocam a analisar “o que” e “como” se diz, levando em consideração o jogo de imagens; esclarecer e observar as articulações presentes nos discursos frente as diversas formações discursivas, que fazem descolar os sujeitos; pensar sobre as relações entre essas formações discursivas e as ideologias presentes. “Feita a análise, no entanto, o analista prescinde dos textos. Uma vez atingido o processo discursivo este é que dá ao analista as indicações de que ele necessita para compreender a produção de sentidos. Os textos deixam de ser seus objetos” (ORLANDI, 2003, p. 73). A autora pontua que o que interessa ao analista não são as marcas em si e sim o funcionamento dos discursos.

Deste modo, a análise se deu por meio dos construtos teóricos da pesquisa no viés discursivo, ou seja, um tipo de análise que visa compreender determinado evento ou fenômeno, dentro dos limites da subjetividade do pesquisador(a). Neste viés, não se faz essencial o estudo dos números, como estatísticas, ou até mesmo, em se tratando de um estudo linguístico, a análise do núcleo duro da língua. Pelo contrário, são feitas análises e descrições de caráter subjetivo, sendo, portanto, elementos de análise mais amplos e menos controláveis, que atuam em interação com o (a) pesquisador(a) a fim de orientar os rumos dos efeitos de sentido presentes na materialidade do *corpus*, como no trecho a seguir, em que emerge do dizer o efeito de silenciar a voz de quem estava em situação de violência.

“durante todo o relacionamento ela sofreu em silêncio” (M, Repórter de telejornal)

Para engendrar na análise, faz-se mister contextualizar melhor o *corpus*, partindo do que é tratado em cada um dos cinco vídeos analisados, conforme se pode observar em conteúdo transcrito, localizado nos apêndices dessa dissertação. Vale dizer ainda, que três desses vídeos

são fruto de um concurso realizado pela Secretaria de Comunicação Social da Câmara de Deputados, com o objetivo maior de homenagear e lembrar um marco na luta contra a violência contra a mulher, que é a criação da Lei nº 11.340/2006, conhecida como Maria da Penha. Essa lei visa garantir a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

Em relação ao concurso mencionado, foram selecionadas 22 produções para a fase final, as quais retratam os dramas vividos por mulheres que sofreram violência doméstica. Acerca dos outros dois vídeos dos cinco vídeos selecionados para a análise de *corpus* desta pesquisa, um trata-se de uma reportagem telejornalística de cunho sensacionalista, que exhibe depoimentos de mulheres que sofreram violência; e o outro de uma reportagem independente a respeito de mulheres indígenas que ainda enfrentam a desinformação sobre seus direitos, barreiras do idioma e grandes distâncias para chegar até a delegacia e pontos de atendimento mais próximos, denotando que a Lei Maria da Penha nem sempre funciona para todas as mulheres.

Sendo assim, tem-se no primeiro vídeo (V1), intitulado "Uma Lei para Todas", de Ana Patrícia Nassar (2013), a história de mulheres de uma comunidade indígena, que mesmo com a lei Maria da Penha, marcada no título do vídeo como uma lei para todas, se viram em meio a dificuldades em seus respectivos contextos de violência, pois existem problemáticas com relação ao atendimento e suporte da mulher indígena no que tange a essas questões de violência. Representantes governamentais da FUNAI, da prefeitura de Campo Grande e da Defensoria Pública também participaram do vídeo, trazendo informações e orientações de como a mulher indígena deve proceder para que o Estado possa ajudar essas mulheres em situações de violência de forma mais efetiva.

Já no vídeo 2 (V2), intitulado *Pra gente nao funciona – Mulheres indígenas e a Lei Maria da Penha* há uma perspectiva mais clara de que a Lei Maria da Penha não funciona para todas as mulheres, sobretudo quando se trata de mulheres indígenas, que são, muitas vezes, socialmente e geograficamente isoladas pela sociedade. Na sequência, o terceiro vídeo (V3), intitulado "Trajetórias Marcadas pela Violência", de Jackeline Soares Lima (2013), conta a história de duas mulheres, ambas marcadas pela violência de gênero, relatando suas histórias de superação.

O quarto vídeo (V4), intitulado *Cidade Alerta - Penha neles: a eficácia da lei*, é uma reportagem que narra e dá ênfase na importância da lei Maria da Penha, apontando dados estatísticos e colocando a mulher como vítima. Nota-se, neste vídeo, que parte da intenção do

*mise en scène*³⁰ da reportagem outorga o apelo emocional ao telespectador, daí a impressão dita sensacionalista, ou seja, conforme verbete do dicionário online Michaelis³¹ (2022), o sensacionalismo é o “uso, efeito e divulgação de notícias exageradas ou que causem sensação, que choquem o público, sem nenhuma preocupação com a verdade.”

Por fim, no quinto vídeo (V5), intitulado "Sílvia", de Guilherme Silva da Cruz (2013), os depoimentos dizem respeito a uma única mulher que foi assassinada pelo genro. No vídeo toda a narrativa gira em torno dessa mulher, entretanto, vale ressaltar que todas as mulheres que contribuíram com seus depoimentos têm duas características em comum: a primeira é que todas eram próximas da mulher morta, e a segunda, é que todas elas também já sofreram algum tipo de violência de gênero. Essas características foram muito marcadas ao longo do curta-metragem, conferindo ao vídeo autenticidade e poder enquanto instrumento de denúncia social. Aliás, esta última se faz significativa por estar presente em todos os cinco vídeos analisados, todos constituídos a partir de falas de mulheres que estiveram em situações diversas de violência de gênero, e, que, só foi possível recuperá-la no interdiscurso a partir dos pressupostos teóricos discutidos no próximo capítulo.

³⁰ Segundo o site Wikipedia, *mise-en-scène* é a cenografia e arranjo de atores em cenas para uma produção teatral ou cinematográfica, tanto nas artes visuais por meio de *storyboard*, tema visual e cinematografia, quanto na narrativa por meio de direção. A expressão francesa está relacionada à encenação. No audiovisual, tudo aquilo que aparece no enquadramento, por exemplo: cenário, atores, iluminação, decoração, adereços, figurino, maquiagem etc., constitui a *mise en scène*.

³¹ Disponível em <<https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=sensacionalismo>> Acesso em 25 de julho de 2022.

2 CAPÍTULO II – DOS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: IDENTIDADE, DISCURSO, SABER-PODER E RESISTÊNCIA

[...] teve uma noite que eu tive um estresse muito grande... eu disse você precisa de me ajudar...porque eu não estou conseguindo dormir...eu preciso me recuperar [...] (V3, M Loba-do-Himalaia)

A partir do trecho, o sujeito mulher Loba-do-Himalaia reforça, por meio de “você precisa de me ajudar” a relação de poder desigual entre ela, mulher, e o companheiro, homem. Relação esta em que ela era, de acordo com trecho completo (ver apêndices), oprimida e violentada. Sendo assim, neste capítulo, em um gesto de interpretação, discutindo a hipótese desta pesquisa, realiza-se, discursivamente, uma discussão teórico-metodológica afim de contribuir com a problematização constituída pelo dizeres representativos e identitários do sujeito mulher. Dessa maneira, a partir de um olhar transdisciplinar, têm-se conceitos sob a égide da Análise do Discurso de linha francesa (AD) que dialogam com conceitos e estudos outros, inclusive a metodologia foucaultiana da arqueogenealogia. Vale ressaltar, que neste campo do saber, tais conceitos trazidos à tona pela materialidade linguística ajudam a constituir a identidade do sujeito mulher, por meio da análise das regularidades enunciativas. Coracini (2010) corrobora esta visão quando afirma que as diferentes visões teóricas são necessárias para “puxar os fios (...) para, com eles, tecermos a teia de nossa rede teórica, transformando assim, esses fios, ao mesmo tempo em que nosso olhar é transformado por eles”; e lembra que “é preciso que alguns aspectos sejam respeitados: que as noções de sujeito e de linguagem assumidas por cada disciplina não sejam incompatíveis entre si”. A autora ainda reforça a ideia de que tais teorias são justificadas por suas singularidades e deslocamentos de sentidos (FOUCAULT, 1990) que atuam no discurso promovendo processos normais/anormais dos corpos, ora objetivando-os, ora subjetivando-os, conforme as relações de poder e de resistência estabelecidas.

2.1 Identidade, discurso e silenciamento

[...] o que eu passei parece que eu ia ficar isolada... por isso que eu demorei muito, né? pra tomar uma providência (V1, M Loba-Guará).

Da materialidade, no trecho acima, emerge a voz, antes silenciada, da mulher Loba-Guará, que foi constituída e atravessada por esse silenciamento e pela violência de gênero.

Assim, antes de adentrar nos conceitos de identidade, discurso e silenciamento, faz-se necessário compreender o que é Língua e sua relação com a AD, bem como alguns termos e conceitos outros que se tornam complementares, perpassando pelo processo de compreensão de sujeito a que se destina essa leitura. Língua, para a AD, de acordo com seu precursor, Pêcheux (1997), constitui um dos aspectos materiais do discurso, representando o não-todo, a incompletude, a capacidade do equívoco, do deslize e da falha. Nessa concepção, a língua deixa de ser considerada transparente e passa a ser observada sua opacidade, funcionando como um pressuposto para a análise material do discurso e encarando-a como um objeto de investigação principal. Neste campo do saber, a língua é instrumento ou pano de fundo para algo muito maior e transcendente: o discurso. Língua para a AD, portanto, é acontecimento e não estrutura (PÊCHEUX, 1988).

Orlandi (2003; 2004; 2007) trata acerca do que é linguística e discurso, destacando que o papel da AD consiste em considerar a relação da linguagem com tudo aquilo que é externo a ela, as chamadas condições de produção do discurso que envolvem falante, ouvintes e contextos tanto comunicacionais como histórico-sociais. Para a autora, a AD permite o deslocamento de sentidos para além da própria língua/fala, no qual não há discurso desprovido de ideologia, neutro ou vazio de intenções. (PÊCHEUX, 1997). Outrossim, entende-se aqui que a AD como uma disciplina que se constitui “no meio de”, deslocando sentidos, (des)construindo e interpretando o objeto de análise desta pesquisa a partir do diálogo com outros campos do saber.

Conforme Foucault (2007, p. 56), práticas discursivas é “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. Tal definição empregada por Foucault reforça a ideia de Pêcheux (1997), de que um enunciado é um acontecimento, permitindo a abertura para sua inscrição na memória discursiva e sendo suscetível à repetição e à transformação, isto porque está em relação atemporal com o interdiscurso. Interdiscurso, para tanto, nada mais é do que o lugar dos “já ditos”, de toda enunciação proferida em qualquer lugar do tempo-espaço. Cabe então dizer que o discurso é determinado pelo interdiscurso, ou seja, pela memória discursiva que permite resgatar e reutilizar discursos pré-construídos, já cristalizados (ORLANDI, 2012).

A interdiscursividade, ao atravessar os discursos, permite que estes dizeres estejam sempre em formação, em “curso de/para”, fazendo aparecer, a partir da subjetivação, os efeitos de sentidos. Sendo assim, discurso pode ser “resumido” a um efeito de sentido entre os sujeitos interlocutores. E o que se tem a dizer sobre esses sujeitos? Para a Análise do Discurso, o sujeito

não está no centro das relações discursivas, pois ele é determinado sócio historicamente, descentrado, cindido, atravessado pelo inconsciente, afetado pelas ideologias presente nos discursos. Este sujeito, portanto, é assujeitado, não sendo ele capaz de controlar os efeitos de sentido.

Nessa discussão sobre o sujeito, trazemos a contribuição de Coracini (2007, p. 6), que assevera que o sujeito é “marcado pelo inconsciente e pela impossibilidade de controlar a si e aos efeitos de sentido dos dizeres”; o que para Pêcheux (1997), evidencia o que se chama “esquecimentos”: o primeiro, acerca da ilusão do sujeito imaginar ser a origem de tudo que diz, e o segundo, o sujeito crer escolher as palavras ditas, conferindo assim uma falsa impressão de controle entre pensamento, linguagem e mundo. Logo, para compreensão do sujeito discursivo, se faz mister compreender quais são as vozes que ecoam por trás de uma aparente linearidade e da emissão ilusória de uma única voz (AUTHIER-REVUZ, 1990).

É coerente afirmar que, a partir do que foi dito, anteriormente, o que confirma o assujeitamento do sujeito é presença da ideologia, normalmente dominante e sulbaternadora, levando o sujeito a pensar e agir segundo às práticas ideologizantes pré-instauradas. Sobre isso, Althusser (1985), em *Aparelhos Ideológicos do Estado*, diz que o mecanismo pelo qual a ideologia leva o agente social a reconhecer o seu lugar é o mecanismo da sujeição. Em continuidade a isso, conforme Brandão (2004, p. 49):

O conceito de formação discursiva regula, dessa forma, a referência à interpelação/assujeitamento do indivíduo em sujeito de seu discurso. É a formação discursiva que permite dar conta do fato de que sujeitos falantes, situados numa determinada conjuntura histórica, possam concordar ou não sobre o sentido a dar às palavras, “falar diferentemente falando a mesma língua”. Isso leva a constatar que uma FD não é “uma única linguagem para todos” ou “para cada um sua linguagem”, mas que numa FD o que se tem é “várias linguagens em uma única” (Grifos da autora).

A partir do ponto de vista de Brandão, é percebido que a formação discursiva possibilita o assujeitamento ao sujeito, uma vez que é a partir dessas formações que ocorrem as articulações entre discurso e ideologia, componentes de uma formação ideológica, revelando as formações discursivas (FDs). Foucault (2013, p. 86) considera FD como sendo:

[...] um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal conceito, para que organize tal ou qual estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um

discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática (FOUCAULT, 2013, p. 86).

As formações discursivas, a partir das relações com os sujeitos, determinam a partir de que lugar o sujeito “X” ou “Y” fala (posição-sujeito), ou seja, a que lugar social eles pertencem e o que pode e deve ser dito mediante o lugar ocupado por eles, que, por sua vez, está interligado às malhas do poder-saber (ORLANDI, 1999). Para Coracini (2007, p. 17), “o sujeito é uma construção social e discursiva em constante elaboração e transformação”. Um sujeito que se constitui socialmente e, por isso, é também alteridade, carregando em si o outro que transforma e é transformado por ele. Esse jogo identitário se configura, então, a partir do que o outro diz sobre “o que e quem sou, como e por que sou”.

Ainda sobre sujeito, Coracini (2007) aponta o conceito de interdiscurso e/ou memória discursiva. A memória discursiva, ou seja, o interdiscurso, diz respeito às inúmeras vozes oriundas de textos e experiências do outro, que se entrelaçam numa rede em que os fios se mesclam. Essa rede é composta por valores, crenças, ideologias e culturas que permitem aos sujeitos ver o mundo de uma determinada maneira e não de outra, permitindo-lhes ser, ao mesmo tempo, semelhantes e diferentes. Essa rede, tessitura, ou melhor dizendo, escritura, se faz no corpo do sujeito, revelando marcas indelévels de sua singularidade/subjetividade.

Pelo sujeito, perpassam saberes, verdades e símbolos que constituem sua subjetividade por meio da língua e da linguagem. Manifestados pelas materialidades, é possível observar os efeitos de sentidos que perturbam e resultam no processo por meio do qual se constituem as identificações dos sujeitos. Por conseguinte, a identidade não é natural, é naturalizada por processos inconscientes sempre em (tras)formação. Construída pelo imaginário social, a identidade é problematizada via discurso de si e do outro, pelo qual perpassam momentos de identificação que possibilitam “a ilusão da permanência de uma certa identidade” (CORACINI, 2007, p. 23). O processo de instauração do sujeito é denominado por Lacan (2003), a partir dos estudos freudianos, como identificação. Ela (a identificação) acontece via traço, como traço distintivo, um traço do Outro, de discursos outros, considerando o sujeito como efeito da linguagem. Logo, concordamos com Coracini (2007) ao afirmar que o sujeito se constrói por múltiplas identificações que, como fios, se entrelaçam a fim de construir uma rede de subjetividade.

Em suma, dada a interdisciplinaridade marcada pela abordagem discursiva desconstrutivista, trabalhamos com o conceito de linguagem por uma visão não estruturalista, ou seja, opaca, dinâmica, instrumento de significação na/pela diferença (DERRIDA, 1991) e

representação da realidade. É por meio da linguagem que os discursos são produzidos, ainda que estes não se restrinjam apenas ao uso da linguagem (FOUCAULT, 2001). A linguagem, portanto, segundo uma concepção lacaniana, não simboliza o real, pois o real é o inapreensível. “O real é da ordem do impossível, do inapreensível, irrepresentável - aquilo que não pode ser representado através de significantes, ou seja, simbolizado” (DIAS, 2016. p. 27). Dessa forma, o simbólico é constituído/marcado pela falta. Essa falta é fundamental para a compreensão da concepção de sujeito trazida por Coracini (2005), no qual o sujeito é cindido, fragmentado, sujeito do desejo sempre constituído pelo outro. Neste sentido, sendo este sujeito, marcado pela incompletude, sua identidade não se dá de forma completa e acabada, mas ao contrário, estará sempre em processo de constituição, o que Coracini (2005) traz como processo de identificação.

A influência da psicanálise lacaniana na AD leva a uma interpretação de um sujeito clivado; não apenas como posição, como função. Ele (o sujeito) é disputado pelo consciente e inconsciente, se constitui na relação com o outro, não como origem do sentido, mas como uma posição destinada a significar e perpassada pela incompletude, pela falta, assim como define Coracini (2007, p. 95):

[...] sujeito do inconsciente, do desejo, de prazer, aquilo que nos dá satisfação, aquilo que é desejável, desejo que resulta da castração, da impossibilidade de ‘gozar’, porque as normas nos barram, os cerceamentos se fazem no papel da lei (pai) que impede a completude.

Lacan (1998) estudou e entendeu que o desejo tem momentos de alienação ligados à projeção do desejo sobre o outro e ao estranhamento do desejo como o desejo do outro. Esse desejo é alienado na linguagem, nos significantes. Nesse sentido, o desejo marca a linguagem e está associado aos significantes. Essa alienação do desejo é chamada de demanda, que ainda não é um processo metonímico da falta, mas um retorno de si em que se tem um pedido, negação ou recusa. O desejo não é pré-biológico, não é um instinto, ocorre na linguagem, provém do simbólico, é a relação do sujeito consigo mesmo (LACAN, 1998).

Nessa linha de significação, o sujeito se relaciona com os objetos de desejo por meio de uma rede de significantes, e isso decorre de uma falta que é produtiva porque faz com que o sujeito busque a completude (completude esta que não existe, é ilusória). Portanto, o desejo também é ilusório, ele constrói uma fronteira entre o real e o simbólico, sempre remetendo a outro lugar, onde há um resíduo ou marca, onde se encontra a relação do sujeito com o Outro (LACAN, 2005).

A fixação é ilusória, o sujeito passa por momentos de identificação. Lacan (1998, p. 98) a entende como “a transformação que ocorre no sujeito quando ele assume uma imagem -

cujas predeterminações segundo esse efeito de fase é indicada pelo uso bastante antigo do termo *imago*”, a relação entre o organismo (mundo interno) e a realidade (o mundo circundante).

À luz lacaniana (1998), uma criança se imagina como um reflexo em um espelho, tanto literal como figurativamente, como um espelho do olhar do outro que dá identidade por meio dessa identificação. A imagem do eu pelo olhar do outro, inconscientemente, possibilita a relação com os sistemas simbólicos constitutivos do sujeito. Destarte, a identificação se constitui como traço, torna-se uma característica que é uma espécie de ligação com o outro. Conseqüentemente, o “eu” emerge de uma nova identificação quando o sujeito se reconhece na imagem e a une sob a função simbólica. A partir desse processo, a identificação, movimento básico de nossa relação com o outro, é associada à projeção. Projetar no outro o que não quero de mim, as introjeções, receber o que falta ao outro e a idealização são os movimentos pelos quais se cria um ideal do outro a partir do que não se reconhece em mim.

Nesse sentido, a identificação é compreendida como uma imagem do outro, que não está completa, pronta. O sujeito se articula com as características (traços) do outro, não com o outro como um todo (em sua totalidade). O que se apresenta como “eu” sempre tem sinais (marcas) do “outro” que permitem a captura de si (autoimagem, reflexo). A ligação com o outro surge de uma falta, ela preenche uma falta, e no processo de análise essa identificação deve ser abalada, desmontada, desconstruída.

Com base no exposto, o sujeito consegue traçar uma identidade porque tem o outro, a identidade surge da relação com a alteridade, acontece sempre na diferença. Conforme Coracini (2007, p. 23), o imaginário social é construído a partir de “momentos de identificação que possibilitam a ilusão de certa identidade”. Esse processo inconsciente constitui as estruturas da subjetividade do eu. Assim, o sujeito se identifica com o que é construído discursivamente para si, a partir de imagens do olhar do outro. Em seu enunciado, o sujeito se insere no discurso, no dizer, ocupando uma posição nele; quando escolhe as palavras, se singulariza, se subjetiva a partir desse dizer. É nesse momento que produz suas verdades e seu dizer, orientados pelo desejo do outro (LACAN, 2003): Recorte 30 (ver apêndice C): [...] hoje eu sou mulher super feliz meus filhos tão criados...tenho dois filhos...e:...eu curto a vida maravilhosamente bem [...] (V3, M Loba-do-Himalaia).

No entanto, por mais que queira e esteja condicionado por este outro, de forma inconsciente, sua identidade, seus desejos, sua falta, se faz notar nos equívocos, nos silêncios, nos “não-ditos”. Os desejos do sujeito, inconscientes, permeiam e atravessam seu dizer sem que o sujeito tenha o controle, portanto, tais desejos escapam no dizer (por meio do discurso), dada

a opacidade da linguagem. A partir da visão de Lacan (1998), o sujeito é efeito (produto) da linguagem, pois é constituído na relação com o Outro por meio dela. A partir desse entendimento, compreende-se que a função simbólica da linguagem e suas convenções acontecem pela memória discursiva que constitui o dizer. Desta maneira, o sujeito é a posição da ordem do simbólico e imaginário, materialidade do discurso, construtor de enunciados como a reverberação da verdade, da vontade de verdade, que pressiona os discursos em uma luta pela verdade, produzindo relações de poder (FOUCAULT, 1979).

A partir das noções de sujeito abordadas, podemos discutir a questão da constituição identitária, como ilusória; na qual o sujeito, embora heterogêneo, tem a ilusão de totalidade, pois se constitui às expensas do poder disciplinar, sofre o efeito do controle das instituições legitimadas que visam a homogeneizá-lo (CORACINI, 2007). O sujeito é, assim, perpassado pela incompletude, constituindo-se na relação da linguagem e da história e a partir de variadas identificações com o outro, ocupando diversas formações discursivas. É na relação com o outro que a identidade do sujeito é definida, na construção imaginária baseada no outro e no discurso-outro (LACAN, 1998).

Por meio do imaginário do sujeito é que ele se constitui, se vê e acredita que é visto. A partir deste processo dá-se a identidade, os momentos de identificação entre o eu e o espelho (LACAN, 1998). As formações discursivas, portanto, são elementos constitutivos da identidade, contribuindo na formação das relações de poder. O discurso possui o poder porque é produzido nas relações entre os sujeitos (FOUCAULT, 1979), tal como em Recorte 23 (ver apêndice C): [...] pulei do primeiro andar...eu disse ou eu faço isso ou eu vou morrer [...] (V3, M Loba-do-Himalaia), em que colocar a vida em risco para escapar da morte ocorre como forma de resistência à violência sofrida. Nesta toada, cada sujeito também tem poder sobre o outro, pois é nas relações de poder que se encontra a resistência que também é uma forma de poder, sendo ela uma demonstração de poder que contradiz e se impõe em relação a um outro poder já institucionalizado.

O poder existe porque nesta relação dos sujeitos, via linguagem, há produção de saberes e verdades (FOUCAULT, 2007). A relação poder-saber é impulsionadora, pois o poder é capaz de tecer relações, tramas e saberes, permitindo a ilusão da identidade, da individualidade, da completude e do controle. Além disso, onde há poder há possibilidade de resistência (FOUCAULT, 1979). O sujeito tem a possibilidade de se (des)identificar e resistir produzindo outras identidades, desconstruindo o que já fora fixado. Assim, o nosso sujeito (mulher em situação de violência), constrói suas relações no embate de forças: deseja o diferente,

configurado pela diferença de gênero (as relações de poder), porém, ao mesmo tempo, busca a sua segurança na identidade acolhedora do ser mulher, a partir da figura do ser mãe (figura imaginada no social como sendo maternal e acolhedora, o oposto do ser homem): é o diferente no mesmo (CORACINI, 2007). E são nesses conflitos que se constituem as tentativas de (des)identificação desse sujeito mulher, é nessa ordem das coisas que a heterogeneidade se materializada em práticas discursivas.

Identidade vem da palavra *identicus* (em latim), que significa “semelhante” e que é derivada do termo *idem*, cujo significado é “o mesmo”, o substantivo ‘identidade’ também é utilizado para atribuir qualidades e características que podem individualizar uma pessoa (UYENO, 2013, p. 159). A identidade é construída pelo imaginário social e pode ser discutida ou problematizada a partir do discurso de si e do outro, no qual se observam “momentos de identificação que permitem criar a ilusão da permanência de uma determinada identidade” (CORACINI, 2007, p. 23).

A identidade não é natural, mas sim naturalizada por meio de processos do inconsciente, estando em contínuo processo, em constante formação. Dessa forma, entende-se que o sujeito é resultado de múltiplas identificações que carregam traços do outro se entrelaçando como fios e constroem uma rede do inconsciente e da subjetividade (CORACINI, 2007). Segundo Coracini (2007, p. 61), a identidade só existe no imaginário do sujeito, é construída “pelos e nos discursos imbricados” que constituem o imaginário e a partir da inscrição em determinadas Formações Discursivas por meio de identificações, o que atribui sentido às palavras. Consoante a essa questão, de acordo com Orlandi (2007), o sentido existe porque o silêncio significa, uma vez que é elemento constitutivo do sentido.

Sendo assim, na análise, em capítulo posterior, usa-se este conceito para identificar na materialidade linguística o lugar de onde se relacionam ideologia e discurso; as marcas ideológicas e sociais. Ao citar as relações de poder, no caso das mulheres em situação de violência, tema tratado nesta pesquisa, não é possível deixar de falar sobre silenciamento e subalternidade, decorridos justamente dos mecanismos de dominação e opressão da sociedade castradora e patriarcal a qual perpassa por todos os sujeitos mulheres em suas mais diversas histórias e experiências de vida (e morte).

Spivak (2010), em sua obra *Pode o subalterno falar?*, tece importante argumentação a respeito de como os sujeitos considerados intelectuais silenciam os sujeitos subalternos, refletindo sobre como isso se dá, inclusive, ao falar do outro subalternizado, ainda que a intenção não seja lhe calar. Por isso, nesta pesquisa, é preciso esse cuidado ao “dar voz” para

as mulheres citadas, de forma a não reproduzir esse comportamento de silenciamento e invisibilidade. Tal reflexão possibilita questionar se a mulher em situação de violência é uma mulher subalterna, se ela tem voz na sociedade contemporânea ou ainda, se ela é subalterna mesmo ou se é marginalizada. Isso porque, o sujeito subalterno difere do sujeito marginalizado, uma vez que o primeiro implica relação de dependência, ao passo que o segundo, traduz a exclusão. Indivíduos que estão à margem da sociedade, estão lá para satisfazer a necessidade do sistema opressor em invisibilizar esses sujeitos.

As mulheres, por exemplo, são seres marginalizados e, a partir da visão de Spivak (2010), se tornam também subalternas ao machismo opressor. Suas identidades são ofuscadas, confundidas e subjugadas, excluindo essas mulheres dos diferentes espaços político-sociais e silenciando-as. “A construção ideológica do gênero mantém a dominação masculina. Se no contexto da produção colonial o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2010, p. 67). Sob essa ótica, é preponderante que a análise aqui descrita, ao se debruçar sobre a questão de gênero, tente não corroborar para a que a mulher seja silenciada, mas sim que possa falar e assim assumir seu protagonismo. Incorrendo sobre o silêncio do discurso, Orlandi (2013) entende que o silêncio nada mais é do que a capacidade do indivíduo explorar sua contradição constitutiva, sua relação com o “outro”. Sendo assim, Orlandi (2013, p. 24) aponta que existem algumas formas de interpretar o silêncio:

Distinguimos entre: a) o silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significativo, produzindo as condições para significar; b 1) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras” palavras); e b 2) o silêncio local, que se refere à censura propriamente (àquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura)

Ora, silenciar nem sempre significa calar ou censurar, como no sentido **b2** da citação acima, ao contrário, segundo o sentido **b1** e **a** implica no significar das palavras não ditas. Esse último sentido diz respeito à postura, regulada pela ordem social, na qual o não-dizer é o mais-dizer. Trata-se de uma complexa tarefa em que o analista do discurso deve desvendar o que não —está dito e que, ainda assim, está presente no discurso. Nessa complexidade, cabe também o conceito da contradição, em que negar uma informação é como afirmar outra, dizer e não-dizer em um jogo de oposições. A respeito disso, Orlandi (2013) entende que o silêncio nada mais é do que a capacidade do indivíduo explorar sua contradição constitutiva, sua relação com o “outro”.

2.2 As relações de saber-poder e resistência

[...] eu não queria viver com um homem que eu a todo momento pensava que ele poderia me agredir... não queria isso pra minha vida [...] (V3, M Loba-do-Himalaia).

Foucault, por vezes, no mundo acadêmico, é reconhecido por teorizar as relações de poder. Por isso, é fundamental trazer para perto desta pesquisa tais conceitos, uma vez que as relações de poder, dos micropoderes, podem ser mobilizadas nos discursos analisados pela pesquisadora, a fim de que traços identitários das mulheres em situação de violência possam emergir. Ainda, no tocante a importância desses conceitos para a análise engendrada nesta pesquisa, vale dizer que o sujeito mulher deixa marcas, no discurso, de medo e silenciamento, constituintes de seus movimentos identitários de submissão e assujeitamento, assim como os de resistência aos poderes hegemônicos vigentes. Desse modo, o autor defende que:

[...] o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede (FOUCAULT 1990, p. 183).

Destarte, quando Foucault afirma que o poder se dá em rede, isso evidencia sua marcação pela dimensão do saber-poder, em que as relações de poder não são fixas. Para exemplificar, o poder “está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares, [...]” (FOUCAULT, 1990, p. 103). Em outras palavras, deve-se entender que o poder não é uma dádiva ou um presente em que um indivíduo ou instituição é contemplado, mas, ao contrário disso, o poder é movente, proveniente de diversos lugares. Em consonância com esse pensamento, Foucault abarcou também a questão da “revanche” em que mesmo em relações de poder asfixiantes – como citado em “vidas infames” –, os poderes se chocam, escapando e fazendo ver e falar, concedendo, ainda que por pouco tempo, o poder ao então subordinado/marginalizado; o poder acontece em rede, advém de diversas posições-sujeito.

Nesta toada, não há uma dissociação entre poder e resistência, uma vez que o movimento das relações de poder não estaciona nem se cristaliza, mas é modificado constantemente, como no caso das mulheres que em uma sociedade patriarcal, na qual os homens exercem grande poder, produziram novas formas de (re)existir. Neste viés, a história feminina pode ser vista e

entendida como uma “história outra”, dotada de movimentos de resistência frente a práticas excludentes, o que possibilita, sobretudo atualmente, a desestabilização dos discursos misóginos e patriarcais de dominação do sujeito-mulher. As “mulheres infames”, espancadas, que agora denunciam seus agressores, modificam seu papel nas relações de poder; de “fragilizadas e submissas”, as chamadas “vítimas” passam a exercer papel de poder ao se chocarem com o poderio masculino de dominação e transgredi-lo na busca por punição e justiça social. Dessa forma, resistência se constitui em um outro dispositivo de poder, no qual o sujeito reage na contramão do que está posto como norma de ação, podendo despertar espaços de lutas e transformações sociais (relações de poder-saber) (FOUCAULT, 1999).

Ao lembrar dos escritos de Foucault, Deleuze (2013) pontua que o questionamento e a queixa de normas pré-estabelecidas e até de valores sociais, “tem uma grande importância não só poética, mas histórica e social, porque exprime um movimento de subjetivação [...]. O sujeito nasce nas queixas tanto quanto na exaltação” (DELEUZE, 2013, p. 193). A partir do pensamento de Deleuze (2013), citando o exemplo das mulheres, não é incomum que a consistência dos questionamentos por elas demonstrados, sobretudo quando unidas em um movimento como o feminismo, denunciem um aglomerado de formas de viver, sentir e de ser, que regulam seus corpos, controlados, principalmente, pelos discursos religioso, político e médico.

A força desses questionamentos abre portas para desnaturalização de conceitos até então enraizados, possibilitando a visibilidade da subjetividade do ser mulher – elas se tornam transgressoras³², rebeldes e insubmissas, “donas de si”. É nesse processo que ocorre a “virada de chave”, a libertação da mulher, como na música da cantora, Rita Lee: “[...] minha força não é bruta, não sou freira, nem sou puta. Porque nem toda feiticeira é corcunda, nem toda brasileira é bunda [...]”. Essas mulheres “infames” que passaram a dominar seus corpos, por meio de práticas de resistência, criaram outros modos de existir, produzindo um devir político e, em seus desvios, promovem uma “onda” que abala velhas práticas da colonialidade de gênero (SEGATO, 2012; DELEUZE; PARNET, 1998).

Para Foucault (1990), no lugar da inscrição de acontecimentos – a história desses sujeitos femininos – o corpo é “lugar de prática de controle social”, resistência e, por conseguinte, lugar de poder, no qual. Esses corpos femininos, segundo Butler (2000), são

³² Os registros históricos do Brasil apontam muitos exemplos de mulheres que (re)existiram e (re)criaram papéis sociais diferentes daqueles a que foram submetidas: Patrícia Galvão, Chiquinha Gonzaga, Tarsila do Amaral, Leila Diniz, Nízia Floresta, dentre inúmeras outras personas. Mulheres que ocuparam ambientes “proibidos”, desconhecidos, e se fizeram visíveis em um outro existir.

corpos que pesam, que irrompem questionamentos ao sistema estruturante que as aprisionam em uma vida que não as contempla, que não fora pensada para elas. Sendo assim, o sujeito, dentro das relações de poder, é constantemente deslocado para um não-lugar, de fragmentação, constituindo-o, posteriormente, de várias identificações.

É importante frisar que a noção de identidade é entendida aqui no sentido de processo identificatório, que segundo Coracini (2003, p. 198) é um “processo complexo e heterogêneo, do qual só é possível capturar momentos de identificação”. Prosseguindo, a estudiosa afirma ainda que “apesar da ilusão que se instaura no sujeito, a identidade permanece sempre incompleta, sempre em processo, sempre em formação” (CORACINI, 2003, p. 243). Quando isso ocorre, percebe-se que a identidade una e fechada não passa de uma criação ilusória, que, inclusive, podem produzir contradições, o que pode acarretar uma crise de identidade.

O que se constata, na prática, é a ocorrência das várias performances que o indivíduo exerce em seus diversos papéis sociais, como uma mulher que é mãe, esposa, professora, jovem, negra etc. Esse sujeito estabelece múltiplas relações de poder, oscilando entre dominado e dominante, a depender do papel social e dos dispositivos de poder constitutivos. Assim, dado o exposto neste subitem, é possível inferir que ser mulher em si já é um ato de resistência e poder. E discutir isso durante a análise do *corpus* é um dos propósitos dessa pesquisa.

2.3 O efeito *backlash* à luz de um olhar discursivo

[...] como faz, você já é agredida fisicamente lá:: dentro da sua aldeia, e você chega na cidade pra você fazer uma denúncia você é totalmente agredida de novo, e cê tem que voltar a sua aldeia de origem pra fazer seus documentário lá na aldeia, ai como que a mulher volta ao seu ser de mulher...mã::e de encarar a realidade outra vez, mais uma vez, hoje eu vejo que colho o fruto disso ((arranha a garganta) (V1, M Loba-Vermelha)

Quando Loba-Vermelha comenta a respeito da inacessibilidade ao dispositivo da lei, ela também faz ecoar um pedido de apoio para que as mulheres indígenas recebam o amparo necessário para que possam pôr um fim no ciclo da violência a que são submetidas. Em outras palavras, é preciso que as autoridades deslegitimem discursos oriundos do efeito *backlash*. A seguir, temos um entendimento maior sobre esse fenômeno.

A palavra inglesa *backlash* pode ser entendida, a partir da tradução livre do termo, como sendo um ato de rejeição de decisões judiciais. Há indícios de que este termo foi utilizado pela primeira vez em ambiente jurídico, mais precisamente em um caso constitucional americano

em que se discutiu a legalização do aborto³³. O caso em questão deliberou acerca de um tema polêmico, o que causou uma reação contrária por parte da sociedade pró-vida³⁴ da época. Neste sentido, ocorreu o que se chama *backlash* a partir do momento em que se instaurou uma desaprovação pública de uma decisão judicial, acompanhada de medidas agressivas para resistir a esta decisão, buscando retirar sua força jurídica. Para complementar este entendimento, SIEGEL e POST (2015) trazem à baila que o *backlash* desafia a presunção de que os cidadãos devem concordar com as decisões judiciais.

A priori, é preciso compreender do que se trata este fenômeno *backlash*. Segundo a autora, o Efeito *backlash* funciona, para além do âmbito do direito, como um comportamento hostil contra o ideal político de igualdade de gênero e direitos das mulheres. Para ela, culpar o feminismo pelos problemas da mulher em sociedade pode significar uma corrente que vai na contramão do entendimento do que é o movimento feminista. Em outras palavras, o feminismo prossegue, apesar das investidas do efeito *backlash*, sendo um movimento que visa a igualdade de gênero, sobretudo no tocante aos direitos da mulher. Acerca disso, Rebecca West³⁵ escreveu em 1913: “Eu mesma nunca cheguei a entender direito o que quer dizer feminismo: só sei que as pessoas me chamam de feminista toda vez que expresso sentimentos que me diferenciam de um capacho.” Logo, como cita Faludi (2001, p. 22), “o sentido do termo feminista permanece o mesmo desde quando foi visto pela primeira vez em uma resenha literária publicada na Athenaeum³⁶, em 27 de abril de 1895, descrevendo uma mulher que ‘tem nela a capacidade de lutar para chegar à sua própria independência’”.

Na verdade, o sentido da palavra “feminista” nada mudou desde que apareceu pela primeira vez numa resenha literária publicada na Athenaeum, em 27 de abril de 1895, descrevendo uma mulher que ‘tem nela a capacidade de lutar para chegar à sua própria independência’. É a proposta básica feita por Nora, há um século, em Casa de bonecas, de Ibsen ‘antes de mais nada, eu sou um ser humano’. É simplesmente o cartaz que uma mocinha segurava em 1970 durante a Greve das Mulheres pela Igualdade: EU NÃO SOU UMA BONECA BARBIE. O feminismo pede que o mundo finalmente reconheça que as mulheres não são elementos decorativos, biscuits preciosos, membros de um ‘grupo de particular interesse’. Elas são merecedoras de direitos e de oportunidades, tão capazes de participar dos acontecimentos mundiais quanto

³³ Caso Roe versus Wade, julgado em 1973. Informações disponíveis em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_Roe_v._Wade> Acesso em 18 de agosto de 2022.

³⁴ Movimento político-social que defende a criminalização do aborto, ou seja, que se opõe à prática do aborto.

³⁵ Segundo o site Wikipédia, Rebecca West, pseudônimo de Cecily Isabel Fairfield foi uma escritora inglesa. Autora do livro "Black Lamb and Grey Falcon" em que faz o relato de uma viagem de um mês e meio, em 1937, pela Croácia, Dalmácia, Bósnia e Herzegovina, Sérvia, Montenegro e Kosovo. Acesso em 18 de agosto de 2022.

³⁶ Segundo o site Wikipédia, Athenaeum foi uma revista literária semanal publicada em Londres entre 1828 e 1921. Tinha a reputação de incluir as crônicas e críticas dos melhores escritores da época. O seu fundador foi James Silk Buckingham. Acesso em 18 de agosto de 2022.

os homens. O programa feminista é muito simples: pede que as mulheres não sejam forçadas a ‘escolher’ entre justiça pública e felicidade privada. Pede que as mulheres sejam livres para definir a si mesmas - em lugar de terem a sua identidade definida pela cultura e pelos homens que as cercam (FALUDI, 2001, p. 22).

Ainda de acordo com Faludi (2001, p. 17), os anos 80 vivenciaram um contra-ataque aos direitos da mulher, o que levou a um retrocesso e a uma tentativa de minimizar as conquistas femininas junto ao movimento feminista. A autora afirma que por meio do efeito *backlash* é possível identificar a existência de um discurso que propõe que as mesmas iniciativas que levaram a mulher a uma posição superior foram responsáveis pela sua ruína. Assim, tal qual apontado por Susan Faludi (2001) em sua análise sobre os processos políticos engendrados nos anos 80 contra a liberdade conquistada pelas mulheres, o histórico-social deixa claro que, quanto mais direitos conquistados pelas mulheres, mais “as forças conservadoras” (agentes) fazem uso do *backlash*, reforçando a teoria do quanto os papéis de homens e mulheres são “tradicionais ou naturais” (MCDONALD; WHITE, 2018).

Para dar continuidade a esse raciocínio, é importante frisar a partir de onde se fala: um período atravessado por incertezas (pós-modernidade; sociedade líquida), no qual uma avalanche de ideais conservadores assola a nação brasileira, sobretudo na política. Ideais estes que subsidiam a perpetuação de ideologias patriarcais e eurocêntricas em solo brasileiro, que se inscrevem, basta ver, a partir de narrativas do atual presidente, Jair Bolsonaro, como nos trechos a seguir, retirados do site da revista Exame.

Trecho 1³⁷: “Pela primeira vez na vida o número de ministros e ministras está equilibrado em nosso Governo. Temos 22 ministérios, 20 homens e duas mulheres. Somente um pequeno detalhe, cada uma dessas mulheres que estão aqui equivalem por dez homens” e completou dizendo “A garra dessas duas transmite energia para os demais” (EXAME, 2019)

Trecho 2³⁸: "O Brasil não pode ser um país do mundo gay, de turismo gay. Temos famílias" e acrescentou que "Quem quiser vir aqui fazer sexo com mulher, fique à vontade. Agora não pode ficar conhecido como paraíso do mundo gay aqui dentro" (EXAME, 2019)

Os trechos acima citados, proferidos por um presidente da república, um líder político, não surpreendem, mas ainda assim podem gerar para aqueles e, principalmente, para aquelas

³⁷ EXAME, ESTADÃO (2019). Bolsonaro e Doria se manifestam contra “ideologia de gênero” nas escolas[online]. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-diz-preparar-pl-que-proibe-ideologia-de-genero-em-escolas/>. Acesso em: 21 agosto de 2021

³⁸ EXAME; AGÊNCIA DE NOTÍCIAS (2019). “Brasil não pode ser o país do mundo gay; temos famílias”, diz Bolsonaro [online]. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-nao-pode-ser-pais-do-mundo-gay-temos-familias-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 21 de agosto de 2021.

que buscam a igualdade de gênero na sociedade, sentimento de frustração e desânimo. Isso porque tais narrativas se apoiam em torno de um discurso universalmente masculino, constituinte de normas hegemônicas regentes. Devido a consolidação desse discurso, os corpos que não se encaixam no *ethos* ocidental de homem cis, caucasiano e heteronormativo são postos à margem da sociedade. Importante destacar que o padrão cis, caucasiano e heteronormativo³⁹ citados são formas de compreender e narrar os sujeitos e grupos sociais aos quais pertencem, sendo a questão da identidade de gênero parte deste processo.

Como afirma Butler (2002, p. 163), os discursos “habitam corpos. Eles se acomodam em corpos; os corpos na verdade carregam discursos como parte de seu próprio sangue.” Neste sentido, Perrot (2007), traz que o convencimento de uma suposta identidade sexual feminina ou masculina adequada está relacionado à produção discursiva heteronormativa. A partir disso, Weeks (2010) destaca que a significação do que seria normalidade e, por conseguinte, a definição de anormalidade em relação às identidades sexuais foram elementos importantes para o estabelecimento da heterossexualidade no século XIX.

O termo cis, por sua vez, a partir de um determinismo biológico, remete àquela pessoa cujo gênero e órgão sexual se equivalem. Já com relação ao termo caucasiano, oriundo de uma cultura eurocêntrica e que, a partir da etimologia da palavra, desemboca em questões como do belo e do feio, tem-se concepções inscritas no sócio-histórico. Para exemplificar, a origem da palavra caucasiano remonta ao termo Cáucaso, nome atribuído a uma região localizada entre Europa Ocidental e Ásia Ocidental (abrangendo territórios como Rússia, Turquia, Armênia, entre outros), e que, segundo Christoph Meiners, filósofo e historiador alemão falecido em 1810, a partir de suas crenças poligênicas, está ligado a povos de pele mais clara, considerados por sua teoria como sendo mais belos. O termo caucasiano constitui-se assim uma forma de racismo, que, inconscientemente ou não, é muito utilizado atualmente.

A partir desse lugar, sob à luz dos conceitos da Análise do Discurso e da obra “*Backlash – O Contra-Ataque na Guerra Não Declarada Contra as Mulheres*”, de Susan Faludi (2001), tecemos á um olhar discursivo a respeito de tal fenômeno social. Em outras palavras, esse fenômeno viabiliza narrativas e *corpus* da lei que minimizam as conquistas femininas, como o direito de liberdade de escolha, na tentativa de reverter este processo contra as mulheres, fazendo-as crer e, também, toda a sociedade, que não existem argumentos válidos para compor a natureza de gênero da violência.

³⁹ Conceitos disponíveis em: <<https://www.gazetavargasfgv.com/post/a-origem-racista-da-classifica%C3%A7%C3%A3o-caucasiano-e-o-que-o-c%C3%A1ucasiano-tem-a-dizer>> Acesso em 16 de agosto de 2022.

Isto posto, retoma-se os trechos 1 e 2, do presidente da república, dados como exemplos, que evidenciam esse efeito *backlash*, comportamento reproduzido, principalmente, por discursos políticos de direita, advindo de homens e, também, de mulheres. Quando este homem, o presidente, em situação de poder, anuncia que “Quem quiser vir aqui fazer sexo com mulher, fique à vontade”, ele passa a mensagem de objetificação da mulher brasileira, e mais, dessa mensagem ecoa a contradição de seu discurso político em defesa do nacionalismo e do homem de bem, do homem de família, uma vez que um homem que respeita e preza pela família não poderia utilizar seu poder enquanto presidente de uma nação para objetificar mulheres, sejam elas quem fosse, nem mesmo se fosse em tom de humor. Nesta toada, emerge dos dizeres do presidente a noção de que as mulheres brasileiras tem seus corpos privados de liberdade, cuja finalidade se converte em meros objetos sexuais. Ou ainda, em “A garra dessas duas transmite energia para os demais”, referente ao trecho 2, a memória discursiva traz à tona um elogio travestido de preconceito de gênero, onde as mulheres, para ocuparem lugares de poder, devem ser figuras extraordinárias, “como os homens”, a figura do herói.

Tais questionamentos remontam à realidade da mulher, hoje, em 2022, no qual elas precisam se dividir entre jornadas diversas (mãe, trabalhadora, esposa, dona do lar etc.), como as super-heroínas do cinema, para serem reconhecidas como mulheres de sucesso, algo que os homens cis gênero obtém automaticamente somente pelo nascerem com um “falo⁴⁰” entre as pernas.

Como citado em nota de rodapé, é válido lembrar o conceito de “poder do macho”, da obra de Heleieth Saffioti, publicada em 1987, em que a autora aborda sobre os papéis sociais desempenhados pelas diferentes categorias de sexo biológico e, também, acerca dos privilégios masculinos frente a relação de dominação da mulher pelo homem. Cabe, aqui, questionar se tais privilégios são o abismo que afasta o sujeito homem, machista, das problemáticas femininas. Discutir esse assunto é justamente o que nos faz trazer à tona o efeito *backlash*. Efeito este produto de discursos carregados de mitos que geram inseguranças na ânsia pela libertação e independência feminina, além da minimização do movimento feminista como um todo e certa dose de ridicularização desse movimento relacionando-o à problemas sociais.

⁴⁰ Aqui, uso o termo “falo”, para representar o órgão reprodutor masculino, devido a seu significado carregado de “poder do macho”. O falo simboliza o poder gerador da natureza, imagem de um pênis ereto erguida em homenagem a Baco, mas que em sua origem também remete ao clitóris da mulher, ou seja, representa o órgão embrionário que dá origem ao pênis e ao clitóris, ainda não diferenciado pelo viés biológico dos sexos. Questiona-se, aqui, do porquê seu significado de poder remete ao homem e não a mulher. Tal reflexão faz lembrar dos ícones turísticos presentes na maioria das cidades, o Obelisco, que possui formato fálico e mais uma vez representa o “poder do macho” em um falocentrismo sem medidas. (SAFFIOTI, 1987)

Em suma, como é possível observar, por exemplo, no Recorte 12: “*eu:: acho que tem bastante, ainda mulher que tem medo ainda de denunciar...*” (VI, M Loba-Guará), o efeito *backlash* acontece devido a uma inversão de valores que implica em uma visão estereotipada do feminismo e da ideologia de gênero, implicando em sentimentos de medo, exclusão e culpa. Pautado no discurso de que o feminismo é fonte de todos os problemas das mulheres, o conceito *backlash* é uma forma de contra-ataque ao movimento. Segundo Faludi (2001), trata-se um ataque de prevenção às vitórias femininas, bloqueando conquistas antes mesmo de elas serem alcançadas. Beauvoir (1980) aborda o distanciamento de mulheres e as movimentações tímidas em prol de mudanças. O que se percebe atualmente é que, mesmo distantes, essas movimentações existem. Entretanto, sempre que surge um coletivo formado por mulheres (nas redes ou nas ruas), as críticas surgem como consequência e isso não por acaso, como vimos acima sobre o *backlash*.

A fim, não de completar, mas de incrementar os conhecimentos a respeito desta questão, é válido questionar, assim como Faludi (2001), até que ponto que a mulher realmente conquistou a equidade de gênero, já que o discurso antifeminista (*backlash*) declara que a mulher nunca foi tão livre e tão infeliz ao mesmo tempo como agora. Tais discursos são comprovados à medida que se percebe na mídia, de modo geral, falas que culpabilizam as conquistas feministas da infelicidade do sujeito mulher e até de problemas sociais como a violência de gênero, tirando o foco dos agentes de tais agressões físicas e psicológicas.

Tal questionamento se dá, principalmente, devido a fatores socioeconômicos-culturais como salários desiguais, jornadas triplas de trabalho, assédios, maiores responsabilidades com relação ao trabalho doméstico e de educação dos filhos, ausência de políticas públicas, falta de vagas em creches e escolas para os filhos, preconceitos e violências de gênero diversos, culpabilização da mulher em casos de estupro, dentre outras inúmeras situações que ainda são vivenciadas pela maioria das mulheres e que demonstram uma não-equidade entre gênero masculino e feminino.

É comum rotular as mulheres como agentes de suas próprias desgraças, a partir de escolhas ditas feministas: “apanha porque gosta/apanha porque quer”; “essa é mulher de malandro, gosta de apanhar”; “foi caçar pra cabeça, podia estar muito bem quieta em casa cuidando dos filhos, mas não, inventou de achar que dava conta de tudo”; “lugar de mulher é em casa, pilotando fogão”; “vai, quem mandou ser feminista, estupro é consequência”; “política não é lugar pra mulher”; “abortar é coisa de feminista, comunistas de merda, isso não é coisa de Deus”; “o marido dela é homem bom, até ajuda com as coisas de casa, lava louça e tudo”

etc. São frases assim, do cotidiano popular (e que toda mulher já escutou por aí), que revelam o quanto o machismo, o patriarcalismo e o efeito *backlash*, ou seja, o contra-ataque às conquistas femininas, ainda estão enraizados em nossa sociedade. Evidentemente, a necessidade de reverter essa manobra se faz urgente.

3 CAPÍTULO III – UM OLHAR NOS DIZERES DAS MULHERES LOBAS: MEDO E SILÊNCIO

[...] as mulheres não são ouvidas, não tem oportunidade de falar, sobre:: essa::s agressões físicas, agressões verbais, agressões de tudo quanto é tipo que vocês pode imaginar... uma mulher sofre né? eu vi isso...é.. relatado ... por elas próprias, índias Guarani Kaiuá em Terenos, então existe, só não alguém que possa ajudar, acabar com essa violência nas aldeias (M, Representante Governo do Estado de MS).

Neste capítulo, trata-se a respeito da análise, de forma a interpretar, a partir da subjetividade da pesquisadora e dos interdiscursos que se entrelaçam, as falas das mulheres lobas, fazendo emergir discursos ideologizantes que compõem o simbólico e o imaginário social, bem como agem como constituintes do ser mulher, significando e ressignificando os dizeres de si e do outro. E para uma sistematização mais corpulenta, conforme as perguntas de pesquisa, a análise é engendrada, a partir da contextualização do *corpus*, seguida de dois eixos: a voz do medo e os sinais do silêncio. O capítulo foi organizado em dois subitens, assim as divisões que seguem adiante dos itens 3.1 e 3.2 se deram a partir das regularidades na materialidade linguística, de modo que é possível rastrear na materialidade linguística efeitos de sentido de medo e de silêncio como constitutivos de fagulhas identitárias das mulheres lobas. Esses efeitos de sentido foram possíveis de serem flagrados nos seus dizeres sobre si e nos seus dizeres sobre o outro.

3.1 A voz do medo

[...] maria da penha... ela é eficaz...desde que as mulheres consigam trazer e fazer a denúncia... trazer alguns argumentos porque muitas vezes a mulher se cala por N fatores inclusive é... como já dito que nas reportagens anteriores culturais e não denunciam não juntam as provas necessárias mas sim a lei é eficaz e ela é tida pela ONU com uma terceira melhor lei no mu::ndo no combate a violência doméstica [...] (M, Advogada).

A partir do dizer da mulher advogada, que evoca em seu discurso o estatuto da lei como lugar de poder legitimado, tem-se a interpretação que a lei funciona, bastando a mulher denunciar, o que nos permite inferir desse trecho um viés de responsabilização da própria mulher pela violência sofrida, ou ainda, pela perpetuação do ciclo desses comportamentos violentos por parte do agressor.

Recorte 1: [...] o que eu passei parece que eu ia ficar isolada... por isso que eu demorei muito, né? pra tomar uma providência, eu:: acho que tem bastante, ainda mulher que tem medo ainda de denunciar [...] (V1, M Loba-Guará).

Neste recorte 1, a mulher Loba-Guará relata que se sentia amedrontada pela ideia de estar sozinha, ou mais precisamente, *isolada*. Sobre o adjetivo *isolada* tem-se um ato de silenciamento desse sujeito, no qual a voz do medo se traduz em silêncio, ao passo que esse sujeito mulher, muitas vezes, é isolado dentro da “sagrada família”, carente de auxílio ou apoio, o que resulta na ação de se calar (ou ser calada), a favor de si ou de outros, como de seus filhos, quando o ser mãe também lhe constitui. A partir disso, entende-se que o medo a constitui, agindo como um fator de aprisionamento, convertendo-se como justificativa para ficar refém de um relacionamento abusivo.

Desse modo, a identidade de mulher atende ao estereótipo marcado de gênero, mantendo a subordinação feminina para a prática de abusos. O que chama atenção nessa fala é que o sujeito mulher se culpabiliza por sua situação, quando na verdade a culpa nunca foi dela. Quando Loba-Guará diz que demorou muito para tomar uma providência, cabe o questionamento: a providência e o amparo que mulheres em situação de violência precisam cabe a quem? Interessante que o vídeo foi gravado por meio de um concurso, de iniciativa governamental, justamente o responsável pela manutenção e implementação de leis e políticas públicas em favor de nós, mulheres.

A partir de um olhar gramatical, o verbo cognitivo (opinativo; que expõe a subjetividade do falante) “achar”, no recorte 1, tem função de um modalizador epistêmico, no qual, conforme Castilho (1992, p. 222), o posicionamento expresso é de dúvida ou incerteza, indicando que o falante considera o que foi dito como uma hipótese que depende de confirmação, mas que é bem próxima da verdade. Ainda nessa perspectiva sobre a modalização, Coracini (1991, p. 113) apresenta que a “modalidade é a expressão da subjetividade de um enunciador que assume com maior ou menor força o que enuncia, ora comprometendo-se, ora afastando-se, seguindo normas determinadas pela comunidade em que se insere”. Para a autora, “as modalidades constituem verdadeiras estratégias discursivas, não podendo ser isoladas do ato de fala em que estão inseridas” (CORACINI, 1991, p. 120).

Neste sentido, a informação veiculada pela mulher Loba-Guará de que *ainda mulher que tem medo ainda de denunciar* traz em si sua subjetividade, modificando a informação e não se comprometendo completamente com ela. Transformando esse olhar em uma visão discursiva, pode-se afirmar que o sujeito mulher Loba-Guará, ao utilizar tal construção em sua fala, se coloca como parte do imaginário social que a mulher não tem, ainda, a coragem para

denunciar o agressor. Dessa forma, faz emergir o discurso do medo, advindo de formações discursivas patriarcais em que a mulher não pode reagir ao ato violento, reforçando a identidade de mulher frágil e oprimida, constituída e atravessada pelo discurso machista e misógino em que o homem é tido como superior a mulher, o que resulta na forma como o sujeito se vê enquanto mulher e como ocorre a constituição do seu “sujeito feminino” dentro de uma sociedade cheia de padrões e estereótipos.

Para exemplificar a questão do medo da mulher em fazer a denúncia contra seu agressor, trazemos Saffioti (2004), “a violência doméstica atinge, também, pessoas que, não pertencendo à família, vivem, parcial ou integralmente no domicílio do agressor”. Neste sentido, pode se considerar que o cenário dessa violência ocorre em um ambiente que se estabelece relações afetivas em maior ou menor grau, e para romper os vínculos com o agressor, na grande maioria dos casos, a mulher necessita de um amparo externo, alheio a esse ambiente (supostamente) “afetivo”.

A partir disso, entende-se que a violência se constitui em um cárcere dentro dessa relação conflituosa. O próprio gênero feminino, neste caso, se constitui como a questão chave para a compreensão de como o patriarcado está latente na sociedade, o que auxilia no processo de naturalização dos atos violentos e da performance do agressor, indicando assim, que mulheres, desde crianças, dificilmente sofrem violência por parte de um anônimo ou completo desconhecido. Tais agressores e abusadores atuam em ambientes domésticos, espaços em comum e que deveriam ser seguros para esses sujeitos mulheres em situação de violência. Consoante a esta explicação, tem-se que o espaço público é ainda muito “do macho”, estando as mulheres mais suscetíveis a uma vida mais reclusa, e portanto, mais expostas à violência doméstica. E, destoante da violência urbana, a violência doméstica incide sempre sobre as mesmas vítimas, tornando-se habitual (SAFFIOTI, 2004).

Na sequência, analisando a ênfase dada pelo advérbio de intensidade “bastante”, entendemos que a Loba-Guará acredita que são muitas as mulheres em situação de violência e que não fazem denúncias por terem medo de serem punidas e violentadas novamente, além da exposição, do sentimento de vergonha e culpa. Esse último sentimento pode ser, inclusive, o principal vilão na luta de combate à violência contra a mulher, tornando a mulher, mais uma vez, responsabilizada por sua situação, como se dependesse dela a solução em relação ao agressor. Nesta interpretação, pode-se então retomar o conceito de *backlash*, citando conforme Faludi (2001), que o discurso feminista se torna o responsável pela infelicidade feminina, uma vez que o sujeito mulher em situação de violência quando toma consciência disso encontra-se

em região fronteiriça⁴¹ entre o medo de denunciar às agressões e o discurso patriarcal de submissão que a constitui desde o nascimento.

Já, ao analisar o uso do “ainda” que se repete na fala do recorte 12, pode-se observar uma possível ênfase dada ao advérbio de tempo, que se inicia no passado até o momento presente, mesmo que a frase esteja no tempo verbal do presente, ou seja, esse recurso utilizado na fala da mulher loba-Guará passa um sentido de continuidade de algo que se iniciou faz tempo, o que leva a crer que esse sujeito presencia o medo de denunciar, típico das mulheres em situação de violência, já há algum tempo. Sob à luz dessa interpretação, é possível resgatar, por meio da interdiscursividade, que a violência de gênero, conforme Bergesch (2004) e Faludi (2001), é um problema social que persiste e que, devido aos embates ideológicos dos discursos feminista e patriarcal, o efeito *backlash* surgiu como uma arma, ou como o nome da obra de Susan Faludi (2001) sugere: um contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres.

Essa guerra é considerada pela autora como não declarada, principalmente, porque o discurso patriarcal se tornou constitutivo da identidade da mulher, fazendo-o parecer inexistente ou natural, como sugere as artimanhas do efeito *backlash* ao tentar dissuadir a ideologia feminista, fazendo-o parecer uma frivolidade desnecessária na sociedade contemporânea e culpando o movimento de todos os problemas sociais enfrentados pela figura feminina. Esse olhar reflexivo se faz importante, uma vez que a sociedade está em movimento transitório e, conforme Scofield (2007), é a partir da participação efetiva de pautas com viés feminista em produtos midiáticos que os conceitos atrelados à luta das mulheres têm a possibilidade de serem apropriados pelos sujeitos.

Recorte 2: [...] a gente muitas vezes é barrada constrangida [...] (V1, M Loba-Vermelha).

Loba-Vermelha recebeu essa espécie de lobo como parte de sua caracterização/descrição, ou melhor, descrição, devido esse sujeito ser uma mulher que representa uma liderança política de esquerda dentro do movimento indígena na aldeia em que vive. Sendo assim, quando ela diz ser constrangida, isso se refere à questão dos direitos da mulher indígena frente ao problema social da violência de gênero. É válido lembrar que esse constrangimento e até humilhação, são produzidos pelas próprias práticas de violência que ultrapassam as paredes do lar, perpassando, inclusive, os órgãos governamentais que têm, por

⁴¹ A região de fronteira é tida como um lugar de conflitos, fruto de inter-relações constantes, também é periférica e composta por sujeitos subalternos, que são negados e silenciados historicamente (SPIVAK, 2010).

obrigação, ajudar mulheres indígenas que estão ou estiveram em situações de violência, sejam elas físicas ou psicológicas.

A partir desse entendimento, a mulher, sobretudo a mulher indígena, neste caso, sofre um duplo constrangimento: o de ser acometida por atos de violência vindos de alguém que ela supostamente ama e/ou por essa pessoa é amada e, também, o constrangimento devido a censura social dos que ficam sabendo da sua situação, inclusive das autoridades competentes, que, em muitas das vezes, ao invés de se mostrarem indignados com o agressor, transferem essa indignação à mulher violentada. Quando isso acontece, há uma minimização da violência em si, ou pior, instaura-se a naturalização (BOURDIEU, 2003) da atitude do agressor, resultante de discursos constituintes do ser mulher *versus* do ser homem. De acordo com Bourdieu (2003), “as relações entre os gêneros são constituídas a partir de uma ordem social em que simbolicamente a dominação masculina pode ser ratificada como um *habitus* masculino”. Dessa forma, a partir de discursos de supremacia, a legitimidade do domínio do masculino sobre o feminino, por meio do uso da violência, confere aos homens, que partilham dessa visão hegemônica de que a dominação é uma pertença da masculinidade, o direito de usá-la.

Ao retomar os conceitos de saber-poder (FOUCAULT, 1987), deste enunciado podem emergir dois possíveis efeitos de sentido: o primeiro é de que a mulher, devido a presença da formação discursiva vinda da sociedade patriarcal, exerce papel subalterno ao homem; já o segundo seria um sentido contrário àquilo que foi denotado primariamente, no qual a mulher, frente às práticas excludentes e opressoras de gênero, subverte tais práticas a partir da desestabilização dos discursos misóginos e patriarcais de dominação do sujeito-mulher, o que confere a classe feminina certa dose de poder e resistência. Nesta toada, as mulheres oprimidas encontram na resistência um dispositivo de poder, passando a exercer seus direitos enquanto mulher e ocupando espaços antes preenchidos apenas pelos homens.

Recorte 3: [...] eu não queria viver com um homem que eu a todo momento pensava que ele poderia me agredir... não queria isso pra minha vida [...] (V3, M Loba-do-Himalaia).

Recorte 4: [...] eu cansei de... sabe.. de urinar...de xixi... de vir espontaneamente.... assim... entendeu... de medo dele [...] (V3, M Loba-Etíope).

Recorte 5: [...] ele chegou lá ele falou que ele era um ótimo pra mim...que ele sempre tinha sido um bom marido... e eles arquivaram... porque eu não tinha nenhuma prova material na verdade não tinha nenhum roxo pra fazer corpo de delito...a agressão já tinha acontecido há bastante tempo até eu consegui ter... reunir forças para ir lá [...] (V4, M Loba-da-Tundra).

Recorte 6: [...] ela sentia muito medo dele porque ele ameaçava de matar ela [...] (V5, M Loba-Dingo).

Recorte 7: E eu tenho dois filhos, sou:: nascida em aldeia cachoeirinha, no município de Miranda, e::: ...Eu vim morar na aldeia, né? Na aldeia de Água Bonita (V1, M Loba-Guará).

Recorte 8: [...] até nesse ponto eu vejo assim...enconto mãe.. encontro mulher a gente tá fazeno um futuro diferente pros nossos filhos, hoje nós estamos plantando uma sementinha que amanhã eles vão colher fruto disso aqui, acredito assim, numa cultura sem violência, entendeu? (V1, M Loba-Vermelha).

Quando a mulher Loba-Guará, recorte 7, diz *eu tenho dois filhos* e a mulher Loba-Vermelha, recorte 8, diz *enconto mãe.. encontro mulher a gente tá fazeno um futuro diferente pros nossos filhos*, há marcas linguísticas aí relacionadas a questão da identidade desses sujeitos, à forma como esses sujeitos mulheres e mães se constituem. O termo “mãe” produz efeito de sentido de reafirmação enquanto mulher protetora do lar, em que mesmo diante de uma situação abusiva, esse sujeito altere suas práticas em prol da segurança da família, passando uma visão de submissão para quem olha de fora, mas que na verdade se instala como um ato de amor aos filhos, colocando a segurança deles em primeiro lugar. Isso corrobora com o ambiente autoritário imposto pelo agressor, dificultando que a mulher em situação e violência tome decisões no seio familiar que não estejam relacionadas ao discurso do medo e do silenciamento.

Recorte 9: [...] não somos diferentes de ninguém, somos igual. nós somos a mesma mulher de qualquer lugar temos o mesmo sentimento, o mesmo direito (V1, M Loba-Vermelha).

O enunciado do recorte 9, dito pela mulher Loba-Vermelha, possui tom de igualdade, em que as mulheres são iguais entre si e tem os mesmos direitos que os homens, discurso que se contrapõe ao discurso que as colocam como inferior. Assim, por meio do interdiscurso, é possível recuperar um discurso, aparentemente, machista que permeia a sociedade. Dessa forma, o enunciado proferido é produzido como resposta a esse movimento machista. Por outro lado, um possível efeito de sentido, a partir de tal enunciado, é a existência de um feminismo plural e inclusivo, sustentando a ideia de que todas as mulheres são iguais entre si e com relação aos homens, isto é, ressoa “efeitos de sentido de igualdade, liberdade e fraternidade – (três palavras de grande amplitude na Revolução Francesa e que sintetizam a natureza humana)” (DIAS, 2016, p. 94) – muito presentes no discurso da modernidade e que ainda ecoa fortemente no discurso da pós-modernidade como ideais a serem perseguidos pela humanidade, na ânsia de alcançá-los.

3.2 Sinais do silêncio

[...] há onze anos desde que foi criada as mulheres têm recorrido a lei maria da penha em busca de garantir a própria defesa e a punição do agressor...mas

a fragilidade provocada pela violência que as impede de quebrar os () imediatamente pode fazer com que as provas desapareçam...ainda mais quando a agressão não é física [...] (M, Repórter de telejornal).

Recorte 10: (Trilha sonora) É muito tristi falar, eu procurei delegacia, aí...aí num quiseram me atende. Falaram pra mim que sou índia, mandaram eu pra aldeia, procurar o cacique né? () ((vozes sobrepostas de mulheres)) (V1, M Loba-Guará).

Recorte 11: [...] ai eu namorei... casei mais rápido porque a cultura não permiti::te as menina ficar namorando outra pessoa... para não ficar:: falado... aí eu casei... e o meu esposo... o meu esposo anterior ele me batia muito [...] (V2, M Loba-Árabe).

Ao retomar Orlandi (2001), tem-se que o silêncio constitutivo indica que para dizer é preciso não-dizer. Dessa forma, ao dizer algo, apaga-se outros sentidos possíveis, talvez indesejáveis, em uma dada situação discursiva. É, portanto, esse silêncio constitutivo que atua no limiar da constituição das formações discursivas (regiões de sentidos), determinando assim os limites do dizer. Isso mostra que o silenciamento e o próprio dizer são indissociáveis, no qual, a partir da materialidade linguística e histórica, a censura produz efeitos de falar e de silenciar, tornando o sujeito coagido. No recorte 11, a mulher Loba-Árabe, como um produto das relações sociais, aprende a enxergar o mundo a partir das crenças as quais foi submetida (discursos ideologizantes), o que nos leva a questionar que lugar seria esse.

Como sujeito da falta, ao enunciar *aí eu namorei... casei*, o sujeito Loba-Árabe faz ecoar uma possível busca pela manutenção familiar enquanto instituição sagrada, ideologia advinda de discursos religiosos, fazendo emergir o discurso da segurança e da estabilidade do casamento, o que pode ser fator que dificulta os caminhos da mulher em situação de violência a se libertar das amarras e do desequilíbrio da relação afetiva, tornando-a dependente emocionalmente, fragilizada e “cega” por uma idealização do casamento e da família “perfeita”, como comumente se vê na mídia em que a família perfeita é retrata em comerciais de margarina.

Ao afirmar *casei mais rápido porque a cultura não permiti::te as menina ficar namorando outra pessoa... para não ficar:: falado... aí eu casei...* admite-se a presença de um discurso patriarcal em que a mulher é privada de escolhas, ela não é livre para escolher quando e com quem se casar. Trazendo essa passagem para os dias mais atuais, percebe-se que ainda hoje, 2022, há um embate discursivo que vai contra os direitos da mulher. Dado o exposto, entende-se que a formação ideológica impõe um modo de pensar e de compreender o mundo, enquanto a formação discursiva impõe o que dizer, o que não dizer e ainda, determinados efeitos de sentido (FOUCAULT, 1987). Logo, são esses efeitos de sentido oriundos do discurso que

servirão de suporte e determinação da identidade tanto para o sujeito discursivo quanto para a sociedade onde ele é produzido.

Recorte 12: [...] a minha história começa eim::... oite::nta e::...dois quando eu tive meu primeiro filho...teve uma noite que eu tive um estresse muito grande... eu disse você precisa de me ajudar...porque eu não estou conseguindo dormir...eu preciso me recuperar... e aí eu peguei a criança...e coloquei no colo dele e quando eu fiz isso ele me bateu...com a criança no colo... e aí depois ele ficou arrependido né? pediu desculpa... aquilo que os homens fazem né...e a gente acaba acreditando [...] (V3, M Loba-do-Himalaia).

A identidade da mulher Loba-do-Himalaia, que é perpassada pela caracterização do ser mãe, vem à tona a partir deste recorte. Tem-se, a priori, a palavra *começo* que é proveniente do termo em latim *comenitium*, cujo sinônimo é o termo início. Em *a minha história começa eim::... oite::nta e::...dois quando eu tive meu primeiro filho* há uma marcação temporal em que o sujeito se entende como alguém a partir do momento que se tornou mãe. A origem ou a raiz de sua constituição faz ecoar uma ruptura com o passado, provavelmente um passado de violências, medo e silêncios.

Assim, pode ser interpretado, a partir dos fios discursivos que se entrecruzam, que durante a permanência no relacionamento ou, mesmo, após terem deixado a relação abusiva, muitas das mulheres lobas que também se constituem a partir da identidade de sujeitos mães, assim como a mulher Loba-do-Himalaia, só são capazes de se enxergarem dessa forma, sendo o ambiente autoritário, imposto pelo agressor, fator que impossibilita que essa mulher em situação de violência tome decisões acerca de sua relação abusiva, em partes devido ao receio de perder a única coisa que lhe importa: o papel de mãe. Papel este que lhe confere estatuto de “mulher digna”, advindo de discursos misóginos e patriarcais.

Neste entendimento, incorre sobre essas mulheres a violência psicológica oculta advinda da discursivização de que a mulher tem o papel de cuidar do lar e dos filhos sob qualquer custo, o que implica em opressão e silenciamento sobre a mulher na sociedade. É possível que esse sujeito mãe mude seu comportamento, internalizando e praticando a submissão como um mecanismo de proteção para si e para seus filhos, o que afeta a capacidade de ser mãe, conforme se espera em sociedade, levando esse sujeito a um sentimento de culpa e fracasso. Nesse sentido, a decisão de tentar sair de um relacionamento abusivo pode estar relacionado a sua vontade de poder exercer seu papel de mãe em plenitude, o que na verdade corrobora para com o discurso machista e misógeno, já citado anteriormente.

Recorte 13: [...] eu vítima de violência...fui vítima de abuso não só por parte é:::...de um homem que me agrediu o rosto... não só por...pelo padrasto ou ente...eu sofri vários tipos de violência...mas a violência mesmo que mais marcou mesmo foi a do meu marido [...] (V3, M Loba-Etíope).

O silêncio produzido nas pausas do recorte 13 desloca o sujeito, fazendo destacar não mais a transparência da linguagem e a linearidade do enunciado, mas sim a ruptura com o laço sintático por intermédio da inscrição do inacabado, espaço da incompletude e das incertezas. Em virtude do tudo dizer, levado pela necessidade de narrar o trauma, o sujeito se depara com palavras que faltam (esquecimento) e com um corpo incerto, colocando-se em modo *offline*. Esse silêncio, por sua vez, funda a incompletude da linguagem e não deve ser compreendido como um acaso, mas sim como o núcleo de seu funcionamento. O silêncio funciona em um lugar essencial de significação, para fazer sentido aquilo que se diz, possibilitando o deslocamento do sujeito (AUTHIER-REVUZ, 1990).

Por meio do silêncio é possível entender que, para dizer, é preciso não-dizer, tese que colabora para reafirmar o caráter de incompletude da linguagem, citado anteriormente nesta análise. Dessa forma, o sujeito Loba-Etíope é o não-um, afetado pelo inconsciente. Não são mais tempos de sujeito livre, mas de “livre” assujeitamento. Em *eu sofri vários tipos de violência*, ao falar sobre os traumas, surgem os interditos, as pausas e o silêncio que as compõem e significam, convergindo para o efeito de sentido de mulher violentada, tal como ele é interpretado pelos sujeitos do discurso. Reforça-se, então, o imaginário da mulher em situação de violência como um espaço de silenciamento: ser mulher, parafrasticamente, pode ser interpretado como um lugar de injustiça, de medo e de censura.

Recorte 14: [...] eu sofri basicamente agressão psicológica porque e::le tinha muito me::do de que eu pudesse contar para alguém então eu nunca tinha um roxo era uma coisa que ele prestava muita atenção sabe ele falava assim a sua sorte essa maria da penha senão eu ia te bater...porque ele sabia que quando a mulher... ela tem algo para mostrar partes do corpo de delito aí ela tem algum respaldo... quando é só falar que.. que.. é pressionada que é xinga::da que é persegui::da sabe? não tem....é:::... muito:: o que fazer com essa pessoa (V4, M Loba-da-Tundra).

O sujeito mulher Loba-da-Tundra afirma ter sofrido *basicamente agressão psicológica*, produzindo o efeito de sentido de que a violência psicológica não possui o mesmo peso de uma violência física. Os sentidos são que o sujeito mulher se encontra dentro de uma relação desigual de poder com relação a seu agressor, tornando-a obrigada a se submeter à violência em virtude dessa falta de poder. O clima de medo, por sua vez, faz com que o sujeito mulher se sinta ameaçada constantemente, tanto com relação a si como com relação aos filhos, por exemplo,

fazendo-a associar os abusos sofridos a sentimentos de paralisia, impotência, culpa e submissão. Tais sentimentos se intensificam, psicologicamente, deixando marcas mais profundas do que a violência física, e, ao mesmo tempo, sendo mais complexa a tarefa de avaliar sua dimensão. Além disso, a violência psicológica possui relação direta com a subjetivação desse sujeito, a forma como é constituído, afetando, principalmente, sua autoestima.

Recorte 15: [...] que eu tinha meu esposo né? que era usuário de droga e ele me agredia... comecei a enfrentar ele... daí a gente se separou... mas () ninguém nunca mais chegou a levantar a mão pra mim....mudou daí... porque começou eu a enfrentar ele [...] (V5, M Loba-Ibérica).

Neste trecho, parece que para o sujeito mulher Loba-Ibérica, o fato de o companheiro ser violento se justifica pela ingestão de drogas, trazendo assim um elemento exterior como possível causa do comportamento de seu parceiro. Além do discurso de justificativa da violência contra ela, é possível também identificar um discurso de afetividade, de ligação emocional, no qual a mulher ainda se refere ao agressor como esposo, palavra que traz em sua memória, sentidos nos quais há uma relação entre ela e o agressor, ex-companheiro. A partir do verbo ‘ter’ conjugado no passado e do pronome possessivo ‘meu’, quando o sujeito mulher se refere ao esposo os sentidos são da noção de posse que foi perdida, na qual ela sente que perdeu e sente falta de seu esposo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, de caráter discursivo, teve como objetivo discutir questões que constituem a identidade do sujeito mulher que esteve em situação de violência e, mais especificamente: i. discutimos as principais regularidades como discursos, relações de saber-poder e resistência que constituem a identidade do sujeito mulher; e, ii. analisamos as práticas discursivas que atravessam as noções do medo e do silenciamento. Assim discutimos a problemática que se constitui a partir desse olhar e das condições de produção, bem como das relações de saber-poder e resistência que perpassam o sujeito mulher na sociedade. Sendo assim, problematizamos: quais são os efeitos de sentido dos discursos patriarcais/misóginas, sobretudo em relação à constituição identitária do sujeito mulher? E ainda: As mulheres são, de fato, silenciadas?

Diante disso, no primeiro capítulo, tratamos a respeito das condições de produção, traçando um panorama sócio-histórico acerca do papel da mulher na sociedade e dos aspectos constitutivos desse sujeito, perpassando pelo histórico do feminismo, questões de gênero e tipos de violência sofridas ao longo da história até os dias mais atuais. Além disso, fizemos uma necessária contextualização da escolha do *corpus* de pesquisa, e, escavamos articulações e rupturas que propiciam a produção do sujeito que constitui nossa pesquisa: a mulher em situação de violência. Logo, para sanar tais questões, recorreremos a Butler (2015), Ribeiro (2017), Saffiotti (1987; 1995; 2004), Spivak (2010) e Faludi (2001), dentro das quais esta última autora traz o conceito de *backlash*; além de muitas outras vozes que embasam nossa reflexão, e possibilitam uma compreensão menos opaca da sociedade atual, marcada por corpos violentados e vozes silenciadas. Mais adiante, no segundo capítulo nos preocupamos em dar um panorama de alguns estudos tomados como base teórica-metodológica a teoria do filósofo Foucault (1987; 2013), para as noções de discurso, formação discursiva, saber-poder; da analista do discurso francês Orlandi (2003), essencial para as questões relativas às condições de produção, da Linguística Aplicada desconstrutiva representada aqui por Coracini (2007, 2015) para as noções de sujeito e identidade, numa interface com Lacan (1998), acerca do sujeito psicanalítico.

Finalizando nosso arcabouço teórico-metodológico, em nosso terceiro capítulo tratamos a respeito da análise, de forma a interpretar, a partir da subjetividade da pesquisadora e dos interdiscursos que se entrelaçam, as falas das mulheres lobas, fazendo emergir discursos ideologizantes que compõem o simbólico e o imaginário social bem como agem como

constituintes do ser mulher, significando e ressignificando os dizeres de si e do outro. E para uma sistematização mais corpulenta, conforme as perguntas de pesquisa, a análise foi engendrada a partir da contextualização do *corpus* seguida de dois eixos: a voz do medo e os sinais do silêncio. Assim, o olhar dessa dissertação recai sobre constituição identitária do sujeito mulher em situação de violência, constituído a partir de cinco vídeos depoimentos disponíveis na plataforma de domínio público *Youtube*, sendo três deles gravados em 2013, um em 2017 e outro em 2019, mas praticamente todos publicados em 2020 no site.

Nossa dissertação se debruçou na hipótese de trabalho de que a violência é parte constituinte do sujeito mulher, implicando em desdobramentos e fazendo com que a mulher assumira papel de subalterna, conforme a própria sociedade lhe impõe, o que, de acordo com a análise discutida, a partir das condições de produção e dos pressupostos teóricos, se confirmou. Deste modo, “a luta: vozes que ecoam, corpos que renascem” seria o título “ideal” para as considerações da pesquisa, uma vez que foi possível constatar nos discursos das mulheres lobas o sentimento de esperança; renascimento, tal qual a Fênix, o pássaro que ressurgiu das cinzas em sagas mágicas e mitológicas. Contudo, antes do renascimento há a morte, a ruína. E assim, nesse jogo entre vida e morte, sem saber se (sobre)viverá mais um dia para continuar, mulheres em situação de violência são culpabilizadas, esquecidas, violentadas, não só pelo agressor, que na grande maioria das vezes é alguém próximo e afetivo, mas também pela sociedade, entidades governamentais e agentes da lei, justamente aqueles que deveriam, primariamente, proteger, cuidar e amparar.

Por meio das análises foi possível perceber que os sujeitos mulheres em situação de violência não estão nessas situações porque desejam, mas sim porque foram assujeitados a tal, desde a infância, a partir do discurso patriarcal vigente na sociedade até hoje. Destarte, discutir o assunto da violência de gênero e o efeito *backlash* se faz mister para que se reconheça quais são as tradições políticas, socioculturais e jurídicas que permeia a sociedade, no intento de escutar ativamente o que essas mulheres em situação de violência têm a dizer, sobretudo mulheres em condição de subalternidade, que não tem acesso ao dispositivo da lei, como é caso das mulheres indígenas que tiveram seus discursos analisados aqui. Assim, a partir das vozes que ecoam na análise, foi possível perceber que os sujeitos mulheres em situação de violência não estão nessas situações porque desejam, mas sim porque foram assujeitados a tal, desde a infância, a partir do discurso patriarcal vigente na sociedade até hoje.

Discutir o assunto da violência de gênero e o efeito *backlash* se faz mister para que reconheçamos quais são as nossas tradições políticas, socioculturais e jurídicas, na busca de

ouvir a voz e escutar ativamente essas mulheres em situação de violência têm a dizer, sobretudo mulheres em condição de subalternidade, que não tem acesso ao dispositivo da lei, como é caso das mulheres indígenas que tiveram seus discursos analisados aqui. Por fim, o gesto analítico engendrado aqui não está pronto e acabado, ao contrário disso, pois não cobre toda a temática, mas apresenta uma tentativa de inserir o meu eu pesquisador para desafiar tal discussão teórico-metodológica, conferindo importância em dar seguimento a esses estudos e auxiliar nas discussões acerca do papel da mulher na sociedade.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, M., RUGGI, L., SANTANA, M. G. de. *The beautiful and the abject: gender, sexuality and constructions of the body in contemporary Brazilian culture*. Durban. Trabalho apresentado no ISA World Congress of Sociology, Jul. 2006.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos do Estado*. Tradução: V. J. Evangelista; Maria L. V. 2. ed. Rio de Janeiro, 1985.

ARENDT, H. *A Condição Humana*. 12ª edição revisada. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.

AUTHIER-REVUZ, J. *Heterogeneidade(s) enunciativa(s)*. Tradução: Celene Cruz e W. Geraldi. Caderno de Estudos Linguísticos, n. 19. Campinas: Editora Unicamp, 1990, p. 25-42.

AZEVEDO, M. A. *Mulheres espancadas: a violência denunciada*. Editora Cortez, Rio de Janeiro, 1985.

BARRETO, N. *A Nudez como arma política: um estudo comparativo do nu feminino na mídia*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Ouro Preto, v. XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, p. 1-17, 30 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2012/resumos/R33-1508-1.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2022.

BERGESCH, K. *Violência contra a mulher: uma perspectiva foucaultiana. À flor da pele: ensaios sobre gênero e corporeidade*/Organizadores Marga J. Ströher; Wanda Deifelt; André S. Musskopf. Rio Grande do Sul: Sinodal; CEBI, 2004, p. 206.

BAUER, C. *Breve história da mulher no mundo ocidental*. São Paulo: Xamã, 2001.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução de Sérgio Lilliet. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, P.; DARBEL, A. *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo: Edusp/Zouk, 2003.

BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRANDÃO, H. N. *Introdução à análise do discurso*. 2. ed. São Paulo: UNICAMP, 2004.

BRIGNOL, L. D. *Recepção midiática na construção de imaginários do Brasil como país de migração*. In: Revista Chasqui, nº 125, 2014.

BUTLER, J. LOURO, G. L. (Org.). *Corpos que pesam. O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.153-171.

BUTLER, J. *Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler*. Rev. Estud. Fem. vol.10 nº.1 Florianópolis Jan. 2002.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMARGO, B; DAGOSTIN, C.G.; COUTINHO, M. *Violência denunciada contra a Mulher: visibilidade via Delegacia da Mulher de Florianópolis*. Cadernos de Pesquisa,78, 1991, p.51-57.

CARNEIRO, A. A. ; FRAGA, C.K. *A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: Da violência denunciada à violência silenciada*. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 369-397, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n110/a08n110.pdf> data de acesso: 22-07-2021>. Acesso em 12 agosto de 2021.

CORACINI, M. J. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. Campinas: Pontes, 1991.

CORACINI, M. J. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade*. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

CORACINI, M. J. *Representações de professor: entre o passado e o presente*. Revista Reflexão e Ação. Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 1, jan/jun. 2015, p. 132-161.

DA ROSA, M. *O discurso universitário-científico na contemporaneidade: marcas e implicações na constituição identitária do pesquisador em formação*. 2013. 233 p. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2013.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo e Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta,1998.

DELEUZE, G. *Um retrato de Foucault*. 3. ed. In: Conversações. São Paulo: Editora 34, 2013. p. 131-151.

DIAS, M. B. *A lei maria da penha na justiça: a efetividade da lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

DIAS, S. C. *Simulacros desterritorializados: uma análise do discurso sobre as novas tecnologias em materiais didáticos de LI*. Campinas: UNICAMP, 2016. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

ESTÉS, C. P. *Mulheres que correm com os lobos*. Tradução: Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 142-143.

ESCOSTEGUY, A. C.; BRAUN, H.G. *Histórias de mulheres como narrativas identitárias: considerações teóricas e metodológicas*. V. 1, Revista Rizoma. Santa Cruz do Sul, jul. 2013, p. 46-55.

FALUDI, S. *Backlash*. O contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres. Tradução: Mario Fondelli. Rio de Janeiro, Rocco, 2001.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Roberto Cortea de Lacerda. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade*. A vontade de saber. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FRANCISQUETTI, P. S. *Saúde mental e violência: Considerações acerca do atendimento em saúde mental a mulheres em situações de violência*. Saúde das Mulheres, São Paulo, p. 61-64, 8 jul. 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/981/55.pdf?sequence=1#page=67>. Acesso em: 19 jan. 2022.

FREUD, S. (1930 [1929]). *O mal-estar na civilização*. In: FREUD, S. Edição Standart Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. 21.

GARBIN, A. J., DOSSI A. P.; DOSSI M. O. *Violência doméstica: análise das lesões em mulheres*. Cad. Saúde Pública 2006; p. 2567-73.

GARCIA, C. C. *Breve história do feminismo*. 3. Ed. São Paulo: Editora Claridade, 2015.

HJARVARD, S. *Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural*. Matrizes, 2008, p. 53-91.

KELLNER, D. *A cultura da mídia*. São Paulo: EDUSC, 2001.

LASCH, C. *A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em Declínio*. Tradução: Emani Pavaneli. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LACAN, J. *O estádio do espelho como formador da função do eu*. In: LACAN, Jacques. Escritos. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. *A identificação: seminário 1961 – 1962*. Trad. Ivan Correia e Marcos Bagno. Recife: Centro de estudos freudianos do Recife, 2003.

LE BRETON, D. *A sociologia do corpo*. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1953.

LÉVY, P. *O que é o Virtual?* São Paulo: Editora 34, 2009.

LÉVY, P. *Cibercultura*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação*. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997. p. 14-36

MARTIN-BARBERO, J. MORAES, D. (Org.). *Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século*. Sociedade midiaticizada. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MARTINS, J.S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, C. H. B. *Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva de empoderamento*. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2003. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6190/000438203.pdf?sequence=1>> Acessado em 24 de agosto de 2022.

MCDONALD, P.; WHITE, D. *Backlash against gender equality is arising in new forms*. LSE Business Review, [S.l.], 08 nov. 2018. Disponível em: <<https://blogs.lse.ac.uk/businessreview/2018/11/08/the-backlash-against-gender-equality-is-arising-in-new-forms/>>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

MICHAELIS: *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. [S. l.], 16 ago. 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 25 fev. 2022

MURARO, R. M.; BOFF, L. *Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, 5. ed São Paulo: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4. ed., Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, E. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed., Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

PÊCHEUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução: Eni P. de Orlandi. Campinas, São Paulo: Ed. da Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni P. de Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2006.

PERROT, M. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

POST, R SIEGAL, R. B.; ROE R: *Democratic Constitutionalism and Backlash*. Harvard Civil Rights-Civil Liberties Law Review, 2007; Yale Law School, Public Law Working Paper, n. 131. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=990968>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

PRETI, Dino. *Entre o oral e o escrito: a transcrição de gravações*. In: PRETI, Dino. (Org.). *Oralidade em textos escritos*. São Paulo: Editora Humanitas, 2009.

PRETI, Dino (Org.). *O Discurso Oral Culto*. São Paulo, Humanitas. Publicações - FFLCH/USP, 1997, 17p. (Núcleo NURC/SP-Projetos Paralelos V.2)

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Justificando, 2017.

ROSÁRIO, N. *Imagens midiáticas em corpos eletrônicos*. Intexto, 2008.

ROSALDO, Z. M; LAMPHERE, L. *A mulher: cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SAFFIOTI, H. *O Poder do Macho*. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H.; ALMEIDA, S. S. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 1995.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência*. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTIN J. R., GUAZZELLI, M. P., CAMPANA, J. B., CAMPANA, L.B. *Violência doméstica: como legislar o silêncio: estudo interdisciplinar na realidade local*. Revista Justiça do Direito, 2002, p. 79-97.

SCOFIELD, T. H. *Possibilidades do feminino: as telespectadoras de Ponta Porã e as mulheres do Mais Você*. Dissertação de mestrado (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais). Belo Horizonte, 2007.

SENNETT, R. *O declínio do homem público*. As tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCOTT, J. W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade. VI: 20º, Porto Alegre, jul./dez. 1995. Original: SCOTT, Joan. *Gender: a useful category of historical analysis*. The American Historical Review, Chicago, v. 91, n. 5, 1986.

SEGATO, R. L. *Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial*. E-cadernos ces, n.18, 2012. p. 106-131.

SILVEIRA, B. R. *Entre a vitimização e a divinização: a pessoa com deficiência em Viver a Vida*. Dissertação de mestrado (Faculdade de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, 2012.

SPIVAK, G. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

SPROVIERO, M. O. *Ocidente: demarcação*. Mirandum. Pamplona: Mandruvá, v. 4, p. 49-58, 1998. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/18099554/Oriente-e-Occidente>>. Acesso em 30 de agosto de 2021.

TEIXEIRA, N. R. B; VALÉRIO, M. S. A "*nova*" mulher: o estereótipo feminino representado na revista Nova/Cosmopolitan. Vl. 22. Verso & Reverso: revista da comunicação. UNISINOS., n. 49, 2008

TORRES, I. C. *As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder*. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

WEEKS, J. LOURO, G. L. (Org.) *O corpo e a sexualidade*. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 35-82.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TRANSCRIÇÃO DOS VÍDEOS

Vídeo 1

a. (Trilha sonora) É muito tristi falar, eu procurei delegacia, aí...aí num quiseram me atende. Falaram pra mim que sou índia, mandaram eu pra aldeia. () ((vozes sobrepostas de mulheres)) Meu nome é (Lucília), eu sou moradora da Água Bonita. Eu morei aqui, na: Água Bonita ... desde que começou, né? E eu tenho dois filhos, sou:: nascida em aldeia cachoeirinha, no município de Miranda, e::: ...Eu vim morar na aldeia, né? Na aldeia de Água Bonita.

b.hum

a. e eu tive um problema no casamento, meu ex-marido fez abuso, () essa minha filha teve uma menina, é muito tristi falar, eu procurei a delegacia lá no município de Terenos, e não quiseram me atender, disseram que sou índia e mandaram eu pra aldeia, procurar o cacique né? da aldeia cachoeirinha, então eu falei pro meus patrão, vocês vão ter que me levar pra aldeia que aqui não vai ter condições, né? De lá o Cacique me trouxe pra ...pra...Terenos, nós fomos fazer denúncia. nós fomos fazer denuncia, aí que fizeram denuncia, aí começou o trabalho lá, ai foram lá... e pegaram ele lá na...

FUNAI

c. (Música de fundo) Daiane Amaral dos Santos, eu acredito que quando se trata de uma agressão na aldeia, é porque aquele universo da aldeia é muito fechado, e a mulher que viveu a vida inteira na aldeia, ela não sabe, muita das vezes, () elas não procuram a delegacia justamente, porque a fala recorrente é que a questão de índio é questão da polícia federal, isso não é verdade, a polícia federal atua exclusivamente quando a questão é de demarcação de terra indígenas e ingresso em terras indígenas, pra conflitos domésticos, violência de toda ordem e:: a segurança em geral dessa população, () eles são sim munícipes e precisam ser atendidos pela delegacia.

a. o que eu passei parece que eu ia ficar isolada... por isso que eu demorei muito, né? pra tomar uma providência, eu:: acho que tem bastante, ainda mulher que tem medo ainda de denunciar...

d. Silvana Dias de Souza Albuquerque: a gente assim... sabe que existe, as mulheres não são ouvidas, não tem oportunidade de falar, sobre:: essa::s agressões físicas, agressões verbais, agressões de tudo quanto é tipo que vocês pode imaginar... uma mulher sofre né? eu vi isso...é.. relatado ... por elas próprias, índias Guarani Kaiuá em Terenos, então existe, só não alguém que possa ajudar, acabar com essa violência nas aldeias.

A promotoria

e. Dr^a Ana Lara de Castro: em relação a aplicação da Lei Maria da Penha, ao atendimento as mulheres indígenas, o que nós detectamos aqui na promotoria de justiça, é que muito pouco chega de registro de ocorrência, muitas... é... é... poucas ações penais, são encaminhadas ao que se refere às comunidades indígenas. temos algumas mães, é... é... pelo...percentual da população indígena na capital de mato grosso do sul, e no estado inteiro de mato grosso do sul, o acesso das mulheres indígenas, nós detectamos que ainda é muito pequeno.

b. () quem se declarou indígena nas entrevistas do setor psicossocial é apenas 0,51% das entrevistadas.

A dificuldade

f. (trilha sonora) () a gente muitas vezes é barrada constrangida..() aqui dessa cidade..pra fazer as denúncias eles manda retornar pra sua aldeia de origem. como faz, você já é agredida fisicamente lá:: dentro da sua aldeia, e você chega na cidade pra você fazer uma denúncia você é totalmente agredida de novo, e você tem que voltar a sua aldeia de origem pra fazer seu documentário lá na aldeia, ai como que a mulher volta ao seu ser de mulher...mãe::e de encarar a realidade outra vez, mais uma vez, hoje eu vejo que colho o fruto disso. ((arranha a garganta)) até nesse ponto eu vejo assim...encontro mãe.. encontro mulher a gente tá fazendo um futuro diferente pros nossos filhos, hoje nós estamos plantando uma sementinha que amanhã eles vão colher fruto disso aqui, acredito assim, numa cultura sem violência, entendeu? aí eu acredito... num cultura sem violência, por que ela com violência não é cultura. () uma cartilha escrita na língua terena né? nossa língua né? e que vai dar um destaque bom, mas uma cartilha trabalhado com as mulheres indígenas, um gráfico que pode chamar atenção delas...() essa aqui tá eu

A dependência

b. (trilha sonora) a dependência é uma causa, [é uma causa e muito forte], muito forte para que a mulher se cale, como que ela vai revelar [uhum] como que ela vai falar [uhum] sobre... a violência se ela é dependente do marido, se ela denunciar, ela vai fazer como, como ela vai comer, [uhum] onde que ela vai morar [uhum exato]

d. muitas vezes elas casam muito cedo, né? a partir do momento que elas casa, a família, isso é cultural, entrega ela pro marido, então automaticamente, eles não vão querer ela de volta, casou você vai ter que viver. isso daí é:: verídico em vários lugares.

O caminho

g. (trilha sonora) Luiza Ribeiro- FUNSAT: e nessa ocasião tivemos a oportunidade de perceber que a qualificação profissional melhora a vida da mulher indígena e a refo::rça naquele convívio familiar, social, do ponto de vista é::... da... da.. sua autonomia financeira e isso mesmo sem uma medida científica a gente sente que pode ser um elemento que a afa::sta a mulher da situação de violência ou que lhe dê mais a capacidade de reagir as () que ela sofreu.

d. então a gente tem que sabe como é que a gente vai entrar nesse assunto que é muito delicado a gente só precisa achar uma mulher corajosa para abrir o espaço pra gente né? porque tem, às vezes você não sabe, mais tem.

a. um recado que eu dou é pras muié não tê medo de procurar seus direito, de andá sozinha. eu acho que (o lei) se tem que chegar nas comunidade na aldeia né? porque é muito difícil a gente procurar uma lei, e eu tenho que procurar a FUNAI primeiro pra eu poder chegar a ser atendida então é... nós tem que ter pelo meno né...apoio pela autoridade que não fica colocando a gente [repete o ciclo de violência].

e. Não se esqueça violência se faz por ciclos, procure alguém que te ajude, ajude esse ciclo terminar na primeira etapa.

d. quando a mulher indígena procurar uma delegacia e for negado o registro da ocorrência em razão da... da.. é... desse argumento é.. equivocado ela deve procurar sim a.. a sua liderança na própria comunidade, ela deve buscar é... é... a própria FUNAI para que faça o contato com o ministério público ou vir diretamente ao ministério público nós estamos dispostas

c. e essas atitudes não vai trazer benefício somente pra ela, vai trazer benefícios a família toda e sua rede sociais

f. não somos diferentes de ninguém, somos igual. nós somo as mesma mulher de qualquer lugar temos os memo sentimento, o mesmo direito, e nós queremos que através dos que ((gaguejou)) que vai ver

esse vídeo de coração mesmo olha com carinho pro movimento de mulheres indígenas que precisamos de apoio que o município não... queria dizer muito obrigado para ((dois nomes indígenas))

Vídeo 2

a. A lei Maria da Penha ela ... criou um impacto... assim:: um pouco de impacto na:: mas não foi criada... pensando em nós mulheres indígenas... né... ela... ele deveria ter trabalhado mais a questão... da da mulher indígena porque muitas vezes a mulher quando é violentada... ela tem::... ela quer denunciar mas ela não se sente segura... como é (quando você vai tentar a aldeia)... se vai pra onde?...né... cadê a assistência? mesmo da mulher que chegar...como é que... da própria aldeia como é que você vai ter aquela medida preventiva né... do homem não chegar perto da mulher... tantos metros e você estar ali dentro da comunidade ... não funciona... pra gente não funciona...

b. ai eu namorei... casei mais rápido porque a cultura não permiti::te as menina ficar namorando outra pessoa... para não ficar:: falado... aí eu casei... e o meu esposo... o meu esposo anterior ele me batia muito... () Muito obrigada (aplausos)...

c. nós estamos:: dentro da ilha do bananal... na aldeia fontoura... povo karajá... (chega ser meu povo né)... a gente veio pra uma reunião né... reunião di:: de saúde né... mais na... mais na atuação da área da saúde... mas a gente não deixa de te falar sobre a violência contra a mulher::... o contexto da mulher...indígena né...

b. as mulher tem que representar o povo dela porque nós mulhere temos a voz também...

d. o homem pensa que a mulher somente pode cozinhar... cuidá das casa, cuidá dos filho, mas nós não temo a força física né? () por algumas coisas mas a gente tem sabedoria suficiente pá pode administrá.() é... a mulher pode ser tudo...

(Trilha sonora)

d. muitas aldeias, muitas mulheres sofre essa questão de violência doméstica né?

e. () aqui ele me bateu lá na aldeia dele, tudo inchada, bateu meu braço, bateu minha perna, bateu meu rosto... tudo... e ... ele me bateu muito....

f. ((tradução de uma língua indígena em legenda)) ele me batia por ciúmes de mim bebia e na cabeça dele... ele achava que eu o traía... eles falam que é cultura... cultura? é ciúme, pra mim isso não é normal, mas acontecia comigo, ele até ameaçou com arma de fogo que ia me matar.

e. ele falou que quando eu for denunciá ele... se ele vai dá prisão... ele vai saí da prisão, ele vai me matar, que ele falou pra mim, por isso que eu não denunciei ele, por que eu tenho medo.

c. ai.. eu falava muito quando a (apichana) chegou com a questão maria da penha, eu assisti algumas palestra dela achei interessante e eu quis trazer pra que as mulheres começasse a conhecer a realidade da:: dá... da questão da:: violência contra as mulheres na cidade né? mas que não era realidade de de.. nós mulheres pobres indígenas...

d. muitas mulheres tão... tão com o rosto incha::do com os zolhos ro::xo...isso não é normal é::: como pode falá uma coisa dessa, que é normal..isso não é normal... que é questão cultural...() que no outro dia as coisa () tivesse tá tudo bem... não é assim... acho que tem que procurar ajuda memo realmente tem que procurar ajuda.

(trilha sonora)

Vídeo 3

a. boa tarde eu sou a Verônica...tenho 39 anos...sou mãe de três filhos já sou avó de um netinho...moro com a minha mãe...

b. a minha história começa eim::... oite::nta e::...dois quando eu tive meu primeiro filho...teve uma noite que eu tive um estresse muito grande... eu disse você precisa de me ajudar...porque eu não estou conseguindo dormir...eu preciso me recuperar... e aí eu peguei a criança...e coloquei no colo dele e quando eu fiz isso ele me bateu...com a criança no colo... e aí depois ele ficou arrependido né? pediu desculpa... aquilo que os homens fazem né...e a gente acaba acreditando...

a. então assim... eu vítima de violência...fui vítima de abuso não só por parte é:::...de um homem que me agrediu o rosto... não só por...pelo padrasto ou ente...eu sofri vários tipos de violência...mas a violência mesmo que mais marcou mesmo foi a do meu marido...depois a gente vê aquela pessoa que a gente jurou amar pra sempre...vem:::....abusa da gente... bate na gente...né..

b. eu tinha condições de me manter eu e o meu filho... eu ajustei as minhas contas...pra poder tomar coragem...e aí eu fiz a mala dele... e disse que não queria mais viver com ele...

a. e aí eu casei...e na noite do meu casament... na noite de núpcia do meu casamento.... eu tive meu vestido... o vestido que não era meu....tava no meu nome, mas que a menina me emprestou...hum..

com todo amor...pro grande dia...eu tive o vestido rasgado... porque:: eu pedi pra ele... com calma né...afinal de contas era a minha primeira vez....ele simplesmente não me ouviu...

b. eu não queria viver com um homem que eu a todo momento pensava que ele poderia me agredir... não queria isso pra minha vida...criei coragem nesse dia...ele foi me visitar em casa por uma razão qualquer...e eu abri a porta pra ele...então a hora que eu abri a porta pra ele...porque eu nunca ia imaginar que ele ia na minha casa pra me agredir...né... a gente já tinha separado...ele encheu cara e quando eu abri a porta ele.. ele foi me dando tapas... tapas... tapas...foi tanto tapa que eu não consegui me desvendar daqueles tapas...tentei () a porta ele tirou as chaves...e eu no desespero... meu filho acordou...meu filho tinha um ano e meio...tava dormindo com a empregada no quarto... quando ele chorava era uma criança né...e aí o que que eu fiz...pulei do primeiro andar...eu disse ou eu faço isso ou eu vou morrer...

a. se ele chegasse e não encontrasse comida pronta ele me batia...se ele chegasse e me encontrasse é:: não banhada...é:: tudo era motivo...pra ele me bater...e aí eu moro aqui há vinte e três anos e:: a minha vida:: não foi muito fácil aqui...tanto que eu achava assim que o lugar era amaldiçoado...e:: tanto que eu casei pra ser feliz e não fui feliz...

b. e aí eu chamei uma irmã minha que era polícia federal...e:: falei pra ela que a gente ia fazer uma ocorrência e tive coragem de fazer e ela me encorajou também...ai eu falei uai, eu nunca imaginei que ele ia entrar dentro da minha casa só pra me agredir...e aí ele foi agressivo comigo...o delegado, e aí eu enfrentei ele...e eu falei espera AÍ...eu SOU a vítima...eu não sou vilã...e ele me tratou super mal...e minha irmã me cutucou e disse fica quieta...se não tu vai acabar sendo presa...e aí é óbvio que eu não queria ser presa né...mas eu fiz a ocorrência...

a. ele me batia sem dó nem piedade...eu tenho vaso... eu tenho vaso sanguíneo estourado nas minhas perna... entendeu...ele me batia de chute... de butina... de pau eu apanhei de facão... ele me batia de cinto... com aquela parte da fivela do cinto....((voz de choro)) ele cortou os fio de energia... ele me pegou pelo pescoço...e me jogou na parede.....((choro)) e começou a me dar choques assim... ele entrava... ele aparecia na porta....entendeu...era motivo sim pra.... eu mesmo.. eu cansei de... sabe.. de urinar...de xixi... de vir espontaneamente.... assim... entendeu... de medo dele...

b. eu não acredito que isso seja amor... é por medo...com certeza muito medo....eu tive uma crise emocional terrível não dormia.... não dormia... dia e noite eu ficava com aque::la... eu sonhava...com e... com... ele me agredindo... então assim...tive que fazer um tratamento...que foi muito doloroso psicologicamente.... quando eu fui fazer o boletim de ocorrência a minha expectativa era de que ele

fosse punido...claro...e não foi isso que aconteceu...eu fui induzida inclusive a tirar a denúncia pra que não sofresse penalidade de perda de emprego... e aí eu::...tirei... mas ele me agrediu com palavras na própria delegacia e o delegado não disse nada...o delegado foi horrível comigo...

a. mas deixo claro... nem um órgão da justiça enquanto eu estava sendo agredida e os que eu procurei... nenhum me ajudou...nenhum...muito pelo contrário... eu fui na delegacia próxima da minha casa...que não me estenderam a mão...nem os B.Os quiseram registrá certo...

b. né... então eu acredito que trinta anos depois... talvez...os delegados estejam pensando diferente...muitas vezes a gente não tem o apoio familiar...nem dos amigos... mas se a gente for corajosa a gente segue em frente...eu segui e eu venci... hoje eu sou mulher super feliz meus filhos tão criados...tenho dois filhos...e::...eu curto a vida maravilhosamente bem...perdoei ele sim...não esqueci...mas perdoei...

a. hoje eu me considero uma pessoa... uma mulher vencedora...né... tenho meu trabalho...né... cuido da minha filha do modo como a família humilde pode dá né...() aquilo que eu posso dar... eu trilho meus caminhos...eu faço meus caminhos...e que se chegar lá no final e eu.. é... não alcançar o meu objetivo...foi eu...não quero... e não aceito intromissão...lição de homem nenhum na minha vida... hoje em dia é assim ... e eu sou uma mulher feliz...muito feliz....

Vídeo 4

a. a partir de hoje nós vamos viver uma série de reportagens policiais... pra mostrar histórias diferentes que retratam um só problema a violência contra mulher... um problema que não escolhe idade...classe social ou escolaridade... a partir de hoje você acompanha depoimentos emocionantes viu...de pessoas que já viveram essa violência dentro de casa e que demoraram... demoraram pra reunir forças e denunciar o agressor...sair de um círculo vicioso de culpa e também de vitimização o agressor ameaça coage... quem é que não tem uma situação parecida de violência na família ou de uma amiga da vítima de lesões verbais ou corporais... em reportagem exclusiva penha neles por ()

b. os hematomas marcados no corpo de muitas mulheres traduzem a violência doméstica só que mais do que isso há agressões que não marcam só a pele e deixam feridas eternas na alma foi desse tipo de violência que esta médica veterinária de 39 anos sofreu durante os treze permaneceu casada a agressão cometida pelo marido era psicológica

c. eu sofri basicamente agressão psicológica porque e::le tinha muito me::do de que eu pudesse contar para alguém então eu nunca tinha um roxo era uma coisa que ele prestava muita atenção sabe ele falava assim a sua sorte essa maria da penha senão eu ia te bater...porque ele sabia que quando a

mulher... ela tem algo para mostrar partes do corpo de delito aí ela tem algum respaldo... quando é só falar que.. que.. é pressionada que é xinga::da que é persegui::da sabe? não tem...é::... muito:: o que fazer com essa pessoa.

b. durante todo o relacionamento ela sofreu em silêncio

c. ele era um controlador então ele sempre me dizia que eu podia ou não podia mas de uma forma muito sutil tanto que demorou muitos anos para perceber que eu era uma pessoa controlada.

(trilha sonora)

c. usava também é a questão financeira o controle fina::nceiro da... da... relação então ele sempre tinha qui...tá sabendo que estava acontece::ndo... ele que dizia o que podia e o que não podia fazer com o dinheiro...então era uma maneira de.... controlar a minha vida como um todo....

b. em uma das brigas do casal em dois mil e treze o marido chegou a cortar as roupas dela...quebrou o celular... cartões de crédito e depois cometeu o estupro....

c. ele num..num admitia que eu queria me separar porque a gente vivia mal.... porque me sentia mal naquela relação então ele começou a me acusar de ter outra pessoa baixou um aplicativo no meu celular para me monitorar ele me seguia ele ficava repetindo a frase das minhas conversas com as pessoas ...pra:: ...como dizendo assim... eu sei tudo que você faz... era para aterrorizar mesmo...

b. a denúncia do crime foi feita em dois mil e quinze...um ano após a separação do casal... ela fez dois boletins de ocorrência um referente ao rastreador que ele instalou o celular dela e outro em relação ao abuso...os dois processos foram arquivados por falta de provas....

c. foi ridículo porque ele chegou lá ele falou que ele era um ótimo pra mim...que ele sempre tinha sido um bom marido... e eles arquivaram... porque eu não tinha nenhuma prova material na verdade não tinha nenhum roxo pra fazer corpo de delito...a agressão já tinha acontecido há bastante tempo até eu consegui ter... reunir forças para ir lá...eu não levei as coisas que tinha cortado quebrado rasgado essa...essa vez eu fiz a denúncia... e aí eu comentei que tinha essas peças eles não me disseram para levar não analisaram.... na::um fizeram nenhum tipo de investigação desses... desse... desses...material sabe só contei o que aconteceu...

b. há onze anos desde que foi criada as mulheres têm recorrido a lei maria da penha em busca de garantir a própria defesa e a punição do agressor...mas a fragilidade provocada pela violência que as impede de quebrar os () imediatamente pode fazer com que as provas desapareçam...ainda mais quando a agressão não é física...

d. quanto mais próximo da data do fato mais fácil reunirmos prova né..no bojo dos autos de inquérito policial para indiciar esse agressor no caso da violência doméstica muitas vítimas.... narram esses fatos ao seus familiares...é... já se reporta a situação de violência que vem acontecendo então essas te... testemunhas referenciais são de grande de grande valia e:... com certeza a palavra da mulher na violência doméstica têm mais peso

b. além disso essa juíza ressalta... mesmo que não caiba a denúncia a mulher tem direito a medida protetiva...

e. a gente precisa parar com esse tipo de comportamento que culpabiliza mulher pelos crimes sofridos...a vítima nunca culpada né? e a mulher às vezes até a própria mulher se culpabiliza porque acha que... porque... isso está intrínseco com esse comportamento né? está inserido na sociedade e ela acha que ela poderia ter feito diferente da gente tem que parar com isso a mulher nunca é culpada culpado o agressor é o que pratica um crime inadmissível hoje em dia qualquer tipo de crime contra o ser humano e a mulher tem os mesmos direitos.... ela é um ser humano e ela precisa ter o seu direito fundamental respeitado

b. as denúncias de violência doméstica em Campo Grande dão entrada por esta porta aqui na delegacia especializada de atendimento à mulher.... por dia são registrados em média neste espaço vinte boletins de ocorrência... desde o início do ano até agora já somam quatro mil quatrocentos e sessenta casos registrados....

d. o que a gente percebe aqui com os dados da capital é que as mulheres não tão tolerando () a gente percebe que cresceram os números de ameaça e injúria que é violência psicológica e moral e diminuíram os casos de violência física nem que são as vias de fato que aquela agressão que não deixa lesões e as lesões corporais que é a violência doméstica e isso é muito positivo mostra que a mulher tem rompido o silêncio tem buscado a delegacia a o menor sinal de violência.....

b. no caso das prisões em flagrante o número de presos que passam por audiência de custódia e permanecem detidos por violência doméstica também é considerado alto e mato grosso do sul de acordo com o tribunal de justiça foram realizadas este ano duzentas e nove audiência de custódia...

dos agressores noventa tiveram o flagrante convertida em prisão preventiva o que representa mais de quarenta por cento dos casos

e. esses índices são altos porque é necessário para a proteção da vítima por isso é decretada sua prisão e é também monitorado o agressor nos casos nos casos de violência doméstica...

b. e isso infelizmente não acontece em todo o país... o vídeo gravado pela própria maria da penha que deu nome à lei expõe essa fragilidade...

f. no município estão carentes dessa política pública que faz com que a lei maria da penha saia do papel e funcione de verdade...então eu solicito que homens e mulheres cheguem até o prefeito da sua cidade e solicite a criação do centro de referência da mulher que é o equipamento de grande importância que faz com que a lei saia do papel...

b.mais do que a estrutura quem lida com as situações de violência contra a mulher diariamente esteja no judiciário ou na delegacia... afirma a lei maria da penha precisa prever ações preventivas...

e. precisamos implementar o que na lei nós vamos implementar a primeira parte da lei que fala em prevenção porque só com a repressão a gente não consegue é... chegar modificar uma lei por si só não modifica o comportamento e a gente sabe que a violência contra a mulher ela é cultural... então nós só vamos conseguir reduzir os índices de violência contra a mulher se a gente reduzir a desigualdade de gênero e isso se faz através da educação é isso que é importante...

d. a lei maria da penha por si só não tem o condão de mudar a cultura de uma sociedade... a violência doméstica ela tem seu fundamento nessa sociedade patriarcal que vê a mulher em segundo plano que a mulher como objeto que.. ao.. aquele homem que não aceita o não dessa mulher.... então a lei maria da penha não vai mudar a cultura é a educação que vai mudar até essa cultura patriarcal que vai fazer o homem respeitar essa mulher e tratá-la como igual...

(trilha sonora)

a. uma dor não só física é mais psicológica e também moral lei onze mil trezentos e quarenta e sete de agosto de dois mil e seis...mais conhecida como lei maria da penha... que visa punir e coibir a prática de violência doméstica contra as mulheres maria da penha que apareceu na reportagem sofreu duas tentativas de assassinato por parte do marido...e pra debater esse assunto hoje eu conversei aqui

com a advogada Raquel Magrini ela que é a representante regional da associação brasileira de mulheres da carreira jurídica de mato grosso consultora seja bem-vinda...

f. brigada..

a. bom uma reportagem forte.. né ? ali a gente fala em agressão psicológica a primeira pergunta que eu faço a senhora é a seguinte maria da penha nos dias de hoje ela é eficaz doutora boa noite...

f. boa noite...sim a maria da penha... ela é eficaz...desde que as mulheres consigam trazer e fazer a denúncia... trazer alguns argumentos porque muitas vezes a mulher se cala por N fatores inclusive é... como já dito que nas reportagens anteriores culturais e não denunciam não juntam as provas necessárias mas sim a lei é eficaz e ela é tida pela ONU com uma terceira melhor lei no mundo no combate a violência doméstica....

a. o que preconiza essa lei doutora quando o homem passa e se enquadra na lei da maria da penha qual que é o julgamento dele...

f. é...primeiro pode acontecer essa medida protetiva que é no caso da ameaça da mulher para proteger a mulher fisicamente ou emocionalmente...psicologicamente...depois disso lá delegada () vai acompanhar e juntando essas provas...depois vai para o ministério público que vai avaliar se oferece essa denúncia ou não e depois do processo () trâmites aí é judicialmente...

a. doutora a gente viu alí () em relação à audiência de custódia quando uma pessoa é presa em flagrante e vai lá para o juiz ele pode ser solto ou permanecer preso...os índices de pessoas que agridem mulheres são mais de quarenta por cento ...teu ponto de vista como advogada um cargo importante é um percentual aí.. pequeno ou é grande quarenta por cento não é n...metade dos casos ou seja os outros sessenta por cento de agressores estão soltos...

f. sim... o que é pior...porque o agressor muitas vezes ele não demonstra a...a... gravidade do que ele pode cometer então a mulher fica ah não, ele não vai fazer... ele não vai me bater... e é aí onde mora o perigo porque nestes casos onde não tem denúncia é que é onde a gente ... é... constata a maior gravidade das lesões na sequência

a. ou seja mulher fez boletim de ocorrência siga o processo até o final... não tira a queixa...

f. é gravíssimo muitas mulheres se sensibilizam com a família dizendo ai.. não vai poder trabalhar...ah, pobrezinho... nossa foi só essa vez e é aí onde está o problema é onde o agressor cresce é onde o agressor é::... começa de fato a agressão seja verbal...seja física com a mulher pelo receio dela de que é::... não..não...não chegue até o momento final... então para todas as mulheres fica esse recado denuncie ele é capaz SIM.. de agredi vocês...

a. e mais uma vez é a lei ela é eficaz...temos que acreditar na lei maria da penha...

f. sim...como eu disse agora é a terceira melhor é::... melhor lei do mundo no combate à violência doméstica então tem mecanismos para proteção à mulher precisa é denunciar...

Vídeo 5

[superposição de vozes] e desde que eu conheci ela;; ela sempre foi a pessoa de boa assim... uma pessoa direita ela () vários projetos lá...() sempre querendo ajudar né? () é uma pessoa muito especial aqui no bairro... [superposição de vozes]

a. estatisticamente Passo Fundo é um município que tem maior número de registro de ocorrência de violência contra a mulher no estado do rio grande do sul eles levam em conta a::: o número de ocorrências registradas e e o número da população feminina da cidade.

b. eu fiquei dois anos e´:::... encostada por depressão...

c. () que eu tinha meu esposo né? que era usuário de droga e ele me agredia...

d. sofri co meu ex-marido não tem nada mais é.....

(Música de fundo)

((locutor de rádio)) a partir de agora notícias da polícia a o Fernando aqui da primeira DP... () do trigésimo sétimo homicídio do ano aqui em passo fundo trata-se do jovem Michel de Moraes Rodrigues... Michel de Moraes Rodrigues 20 anos... de acusado de ter matado a sua própria sogra Sílvia Aparecida de Miranda que foi executada com uma facada () diversas manifestações foram realizadas em frente ao fórum... em frente a primeira delegacia e também no velório da Silvia Aparecida de Miranda... e ele já tinha passagem pela polícia...a família toda já tinha registrado ocorrência contra ele envolvendo ali maria da penha devida () agressões e agora acabou a matando a Silvia Aparecida de Miranda...

d. alerta sim... fazia sete anos já venha sempre sofrendo... mas ela nunca queria que denunciasse a filha tinha denunciado ele três vez já né? mas ela sempre dava um jeito de não ir nunca queria denunciar ele porque ela sentia muito medo dele porque ele ameaçava de matar ela...

c. comentava comigo direto todos os dias que () ela era espanca::da que não denunciava.. que ela não denunciava... a guria ia lá e retirava a queixa ela não tinha como agir () porque tem que ser a pessoa agredida pra fazê a queixa né? e pedir para menina se separar porque ela () outra menina nova bonita e trabalhadora...

d. ela foi acudir a filha dela né...eu não quero ficar brigando com Juliana aí ela foi que até a casa dele né? canivetada né? tinha um canivete...

(Trilha sonora)

c. e aí quando que eu... eu... deitei já as crianças dela correndo na minha porta gritando desesperado... Vive ajuda a mãe Vive socorre a mãe o michel de uma facada na mãe gritando entendeu? e eu saltando da cama ligeiro né? Desesperada...

d. eu estava em casa daí meu neto que eu criei ele desceu correndo disse mãe corre lá que deram... o Michel deu uma facada na Sílvia ...daí eu subi correndo quando cheguei aqui já tinham levado ela né e aí.....

(Trilha sonora)

c.() quando foi por ela no carro.. pegou na minha mão... não Vivi...tu não precisa í junto só olha o meus filhos e foi...foi a última vez que eu vi ela ()...

a. realmente assim é.. essa:: questão da Sílvia é::: o do que chama atenção é a gratuidade da morte dela em função dos motivos que estão por trás disso porque já é uma família que vem com uma situação de violência doméstica... e que esse rapaz simplesmente pega e resolve entre aspas aquilo que ele considerava o que estava incomodando a situação dele de vida eliminando a vida dessa mulher... deixando a ex-companheira dele sem a mãe... o filho sem a vó...

d. cabou perdendo a vida... a gente nunca ia esperar uma coisa dessa né?.....

e. e a gente foi aí na segunda-feira na frente da delegacia né? pedi justiça...terça-feira ele foi preso e desde ali a gente continua:: para que não seja solta né? ele tem que... o que ele fez ele tem que pagar... ele tem que ficar lá...

f. por isso que a gente tá fazendo essa vigia hoje né? desde o dia do falecimento dela... do enterro...e::... a gente luta por justiça...que a justiça continue tá sendo feita e que continue... firme e forte...

a. então acho que todas as questões de violência doméstica e tem que ser tratada de uma forma e::...bastante séria não só por parte d..dos órgãos d...do estado envolvidos mas principalmente pela vítima a vítima não deve chegar e desprezar a... a situação de que foi...se ela sofreu uma ameaça... se ela sofreu uma lesão... não deve desprezar isso...porquê de repente aquilo ali pode piorar...então acho que é um sinal de olha opah, só um pouquinho... isso aqui não tá certo...ninguém nasceu pra apanhar...ninguém nasceu pra ser ameaçado...então as pessoas tem que tê essa consciência para poder romper o ciclo de violência onde elas estão inseridas...

g. sei lá não tinha esperança... sempre pensei só na minha filhaeu sempre pensei nela...() esquecendo de mim pensava nela...é difícil de explicar porque... que nem eu disse... que o que acontece entre casal né só ele sabe.... sei lá deixado uma pessoa tirar autoestima porque eu acho que ninguém deve perder isso sabe....

h. chegou a registrar na... na... na...

g. sim...

h. quantas vezes?

g. três veis...

g. uma ele chegou alcoolizado...tava drogado...sei lá...daí ele pulou na cama pra me cercar eu acho...daí acabou acertando no rosto da neném...é... daí eu achei né... o fim da picada...e quis registrá... depois eu fui parar no hospital...outra foi só porque ele me ameaçou...ela era uma pessoa.... sempre foi uma pessoa legal...é que mãe e filho sempre tem o relacionamento conturbado...né... mas... apesar de todas as brigas eu sempre fui a filha que era igual a ela....sabe? a gente sempre bateu de frente....eu sempre achei legal esses projetos... essas coisas...que ela fazia...dela chegava lá as mulher já ()

falava... olha quantas mulheres são mortas pelo marido...() ela sempre falou isso pra mim...só que eu fugia não escutava...

b. a minha filha mais velha disse um dia que... na... que...quandé que ela ia ser feliz porque todo mundo era feliz só nois que não... e daí...ele disse pra mim... pra ela...que só ia ser feliz... que depois...que ele me matasse daí eu decidi dá um basta...

c. comecei a enfrentar ele... daí a gente se separou...mas () ninguém nunca mais chegou a levantar a mão pra mim....mudou daí... porque começou eu a enfrentar ele...

d. é que ele tinha muito ciúme e eu não devia nada né? daí eu resolvi () dele a polícia né?...

a. e se há uma mulher que está sofrendo violência dentro de casa por parte daquele que deveria ser o companheiro o afeto na frente dos filhos e tem que ser visto uma forma diferente porque você vai ter uma repercussão diferente depois isso eu acho assim que é a pedra de toque na lei...

(trilha sonora)

APÊNDICE B – DESCRIÇÃO DOS SUJEITOS

Tabela 4: Descrição dos sujeitos

SUJEITO	DESCRIÇÃO DO SUJEITO
V1, M Loba-Guará	Mulher, indígena (Aldeia Cachoeirinha/Aldeia Água Bonita), idade acima de 35 anos, cozinheira, mãe.
V1, M Loba-Vermelha	Mulher, indígena Terena, idade acima de 33 anos, artista, líder político na Aldeia Água Bonita, mãe.
V2, M Loba-Negra	Mulher, indígena, idade acima de 30 anos.
V2, M Loba-Árabe	Mulher, indígena (Aldeia Fontoura, Povo Karajá), idade acima de 26 anos.
V2, M Loba-Cinzenta	Mulher, indígena (Aldeia Fontoura, Povo Karajá), idade acima de 29 anos.
V2, M Loba-Dourada-Africana	Mulher, indígena (Aldeia Fontoura, Povo Karajá), sotaque e dialeto indígena, idade acima de 45 anos.
V2, M Loba-Indiana	Mulher não identificada visualmente.
V3, M Loba-Etíope	Mulher, idade acima de 39 anos, filha que mora com a mãe, mãe de três filhos, avó de um netinho.
V3, M Loba-do-Himalaia	Mulher, ruiva, idade acima de 38 anos, assalariada, mãe, irmã.
V4, M Loba-da-Tundra	Mulher, idade acima de 28 anos, médica veterinária.
V5, Loba-Dingo	Mulher, idade acima de 65 anos, mãe de Silvia.
V5, Loba-Ibérica	Mulher, idade acima de 28 anos, amiga de Silvia.
V5, M Loba-Ocidental	Mulher, idade acima de 30 anos, vizinha de Silvia.
V5, M Loba-Europeia	Mulher, idade acima de 20 anos, filha de Silvia.
V1, M Representante FUNAI	Mulher, idade acima de 28 anos, funcionária pública Indigenista Especializada da FUNAI.
V1, M Representante Governo do Estado de MS	Mulher, indígena, idade acima de 30 anos, funcionária pública Subsecretária da Subsecretaria Estadual de Políticas Públicas para a População Indígena.
V1, M Representante Promotoria de Justiça do MS	Mulher, idade acima de 30 anos, funcionária pública Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
V1, M Representante FUNSAT, Fundação Social do Trabalho, órgão vinculado à Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS	Mulher, idade acima de 35 anos, funcionária pública Vereadora e Ex-Presidente da FUNSAT.
V2, M, Representante ASIVA - Associação Indígenas Vale do Araguaia	Mulher, indígena (Aldeia Fontoura, Povo Karajá), idade acima de 34 anos, líder político representante da Associação Indígena Vale do Araguaia.
V4, H Apresentador de telejornal	Homem, idade acima de 36 anos, apresentador de telejornal.
V4, M Repórter de telejornal	Mulher não identificada visualmente.
V4, M Delegada DEAM	Mulher, idade acima de 27 anos, delegada da Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher de Campo Grande – MS.
V4, M Juíza 3ª vara	Mulher, idade acima de 37 anos, juíza da 3ª vara.
V4, M Advogada	Mulher, idade acima de 35 anos, advogada e representante da Associação Brasileira de Mulheres da Carreira Jurídica de Mato Grosso do Sul.

V4, M Farmacêutica	Maria da Penha, inspiração ao nome da lei. Mulher, acima de 45 anos, cadeirante devido violência sofrida, farmacêutica bioquímica, palestrante e militante pelos direitos da mulher.
V5, M Manifestante pela vítima 1	Mulher, branca, idade acima de 35 anos, colega de Silvia no Mulheres da Paz.
V5, M Manifestante pela vítima 2	Mulher, idade acima de 30 anos, colega de Silvia no Mulheres da Paz.
V5, M Delegada	Mulher, idade acima de 35 anos, delegada da Delegacia de Polícia para Mulher.

Fonte: Tabela elaborada pelo viés de percepção da autora da pesquisa, a partir dos dados coletados nos vídeos e posterior transcrição dos mesmos

APÊNDICE C – ORGANIZAÇÃO DOS RECORTES EM TEMÁTICAS

EIXO 1: FALAS DE SI (MULHERES)

V1: Uma Lei para Todas”, de Ana Patrícia Nassar [2013]

Recorte 1: “Meu nome é (Lucília), eu sou moradora da Água Bonita. Eu morei aqui, na: Água Bonita ... desde que começou, né?” (V1, M Loba-Guará)

Recorte 2: “E eu tenho dois filhos, sou: nascida em aldeia cachoeirinha, no município de Miranda, e::: ...Eu vim morar na aldeia, né? Na aldeia de Água Bonita.” (V1, M Loba-Guará)

Recorte 3: “e eu tive um problema no casamento” (V1, M Loba-Guará)

Recorte 4: “o que eu passei parece que eu ia ficar isolada... por isso que eu demorei muito, né? pra tomar uma providência” (V1, M Loba-Guará)

Recorte 5: “eu: acho que tem bastante, ainda mulher que tem medo ainda de denunciar...” (V1, M Loba-Guará)

Recorte 6: “a gente muitas vezes é barrada constrangida..()” (V1, M Loba-Vermelha)

Recorte 7: “ até nesse ponto eu vejo assim...enconto mãe.. encontro mulher a gente tá fazeno um futuro diferente pros nossos filhos, hoje nós estamos plantando uma sementinha que amanhã eles vão colher fruto disso aqui, acredito assim, numa cultura sem violência, entendeu?” (V1, M Loba-Vermelha)

Recorte 8: “aí eu acredito... numa cutura sem violência, porque ela com violência não é cutura. () uma cartilha escrita na língua terena né? nossa língua né? e que vai dar um destaque bom, mas uma cartilha trabalhado com as mulheres indígenas, um gráfico que pode chamar atenção delas...()” (V1, M Loba-Vermelha)

Recorte 9: “um recado que eu dou é pras muié não tê medo de procurar seus direito, de andá sozinha. eu acho que (o lei) se tem que chegar nas comunidade na aldeia né? porque é muito difícil a gente procurar uma lei, e eu tenho que procurar a FUNAI primeiro pra eu poder chegar a ser atendida então é... nós tem que ter pelo meno né...apoio pela autoridade” (V1, M Loba-Guará)

Recorte 10: “não somos diferentes de ninguém, somos igual. nós somo as mesma mulher de qualquer lugar temos os memo sentimento, o mesmo direito” (V1, M Loba-Vermelha)

Recorte 11: “e nós queremos que através dos que ((gaguejou)) que vai ver esse vídeo de coração memo olha com carinho pro movimento de mulheres indígenas” (V1, M Loba-Vermelha)

V2: Pra gente não funciona – Mulheres indígenas e a Lei Maria da Penha

Recorte 12: “se vai pra onde?...né... cadê a assistência? mesmo da mulher que chegar...como é que... da própria aldeia como é que você vai ter aquela medida preventiva né... do homem não chegar perto da mulher... tantos metros e você estar ali dentro da comunidade ... não funciona... pra gente não funciona...” (V2, M Loba-Negra)

Recorte 13: “casei mais rápido porque a cultura não permi:::te as menina ficar namorando outra pessoa... para não ficar::: falado... aí eu casei...” (V2, M Loba-Árabe)

Recorte 14: “a gente tem sabedoria suficiente pá pode administrá.() é... a mulher pode ser tudo...” (V2, M Loba-Cinzenta)

Recorte 15: “por isso que eu não denunciei ele, por que eu tenho medo.” (V2, M Loba-Indiana)

Recorte 16: “eles falam que é cultura... cultura? é ciúme, pra mim isso não é normal, mas acontecia comigo.” (V2, M Loba-Dourada-Africana)

V3: Trajetórias Marcadas pela Violência

Recorte 17: “sou mãe de três filhos já sou avó de um netinho...moro com a minha mãe...” (V3, M Loba-Etíope)

Recorte 18: “minha história começa eim::... oite::nta e::...dois quando eu tive meu primeiro filho..” (V3, M Loba-do-Himalaia)

Recorte 19: “teve uma noite que eu tive um estresse muito grande... eu disse você precisa de me ajudar...porque eu não estou conseguindo dormir...eu preciso me recuperar...” (V3, M Loba-do-Himalaia)

Recorte 20: “eu vítima de violência...fui vítima de abuso não só por parte é:::...de um homem que me agrediu o rosto... não só por...pelo padrasto ou ente...eu sofri vários tipos de violência...mas a violência mesmo que mais marcou mesmo foi a do meu marido...” (V3, M Loba-Etíope)

Recorte 21: “eu ajustei as minhas contas...pra poder tomar coragem...e aí eu fiz a mala dele...” (V3, M Loba-do-Himalaia)

Recorte 22: “eu não queria viver com um homem que eu a todo momento pensava que ele poderia me agredir... não queria isso pra minha vida...” (V3, M Loba-do-Himalaia)

Recorte 23: “pulei do primeiro andar...eu disse ou eu faço isso ou eu vou morrer...” (V3, M Loba-do-Himalaia)

Recorte 24: “e aí eu moro aqui há vinte e três anos e:: a minha vida:: não foi muito fácil aqui...tanto que eu achava assim que o lugar era amaldiçoado...e:: tanto que **eu casei pra ser feliz** e não fui feliz...” (V3, M Loba-Etíope)

Recorte 25: “ e aí eu chamei uma irmã minha que era polícia federal...e:: falei pra ela que a gente ia fazer uma ocorrência e tive coragem de fazer e ela me encorajou também...” (V3, M Loba-do-Himalaia)

Recorte 27: “eu cansei de... sabe.. de urinar...de xixi... de vir espontaneamente.... assim... entendeu... de medo dele...” (V3, M Loba-Etíope)

Recorte 28: “eu não acredito que isso seja amor... é por medo...com certeza muito medo....eu tive uma crise emocional terrível não dormia.... não dormia... dia e noite eu ficava com aque::la... eu sonhava...com e... com... ele me agredindo... então assim...tive que fazer um tratamento...que foi muito doloroso psicologicamente...” (V3, M Loba-do-Himalaia)

Recorte 29: “muitas vezes a gente não tem o apoio familiar...nem dos amigos... mas se a gente for corajosa a gente segue em frente...eu segui e eu venci...” (V3, M Loba-do-Himalaia)

Recorte 30: “hoje eu sou mulher super feliz meus filhos tão criados...tenho dois filhos...e:::eu curto a vida maravilhosamente bem...” (V3, M Loba-do-Himalaia)

Recorte 31: “perdoei ele sim...não esqueci...mas perdoei...” (V3, M Loba-do-Himalaia)

Recorte 32: “hoje eu me considero uma pessoa... uma mulher vencedora...né... tenho meu trabalho...né...” (V3, M Loba-Etíope)

Recorte 33: “e não aceito intromissão...lição de homem nenhum na minha vida... hoje em dia é assim ... e eu sou uma mulher feliz...muito feliz...” (V3, M Loba-Etíope)

V4: Cidade Alerta - Penha neles: a eficácia da lei

Recorte 34: “eu sofri basicamente agressão psicológica” (V4, M Loba-da-Tundra)

V5: Sílvia

Recorte 35: “sofri co meu ex-marido () é que ele tinha muito ciúme e eu não devia nada né? daí eu resolvi () dele a polícia né?...” (V5, Loba-Dingo)

Recorte 36: “comecei a enfrentar ele... daí a gente se separou...mas () ninguém nunca mais chegou a levantar a mão pra mim...” (V5, Loba-Ibérica)

EIXO 2: FALAS DAS MULHERES SOBRE UM OUTRO (QUALQUER OUTRO)

V1: Uma Lei para Todas”, de Ana Patrícia Nassar [2013]

Recorte 1: “meu ex-marido fez abuso” (V1, M Loba-Guará)

Recorte 2: “essa minha filha teve uma menina” (V1, M Loba-Guará)

Recorte 3: “é muito tristi falar, eu procurei a delegacia lá no município de Terenos, e não quiseram me atender, disseram que sou índia e mandaram eu pra aldeia, procurar o cacique né? da aldeia cachoeirinha” (V1, M Loba-Guará)

Recorte 4: “então eu falei pro meus patrão, vocês vão ter que me levar pra aldeia que aqui não vai ter condições, né?” (V1, M Loba-Guará)

Recorte 5: “De lá o Cacique me trouxe pra ...pra...Terenos, nós fomos fazer denúncia. nós fomos fazer denuncia, aí ... que fizeram denuncia, aí começou o trabalho lá, ai foram lá... e pegaram ele lá na...” (V1, M Loba-Guará)

Recorte 6: “eu:: acho que tenho bastante, ainda mulher que tem medo ainda de denunciar...” (V1, M Loba-Guará)

Recorte 7: “aqui dessa cida::de..pra fazer as denúncias eles manda retornar pra sua aldeia de origem.” (V1, M Loba-Vermelha)

Recorte 8: “como faz, você já é agredida fisicamente lá:: dentro da sua aldeia, e você chega na cidade pra você fazer uma denúncia você é totalmente agredida de novo, e cê tem que voltar a sua aldeia de origem pra fazer seus documentário lá na aldeia, ai como que a mulher volta ao seu ser de mulher...mã::e de encarar a realidade outra vez, mais uma vez, hoje eu vejo que colho o fruto disso. ((arranha a garganta))” (V1, M Loba-Vermelha)

Recorte 9: “que precisamos de apoio que o município não... queria dizer muito obrigado para ((dois nomes indígenas))” (V1, M Loba-Vermelha)

V2: Pra gente não funciona – Mulheres indígenas e a Lei Maria da Penha

Recorte 10: “A lei Maria da Penha ela ... criou um impacto... assim:: um pouco de impacto na:: mas não foi criada... pensando em nós mulheres indígenas... né... ela... ele deveria ter trabalhado mais a questão... da da mulher indígena porque muitas vezes a mulher quando é violentada... ela tem::... ela quer denunciar mas ela não se sente segura...” (V2, M Loba-Negra)

Recorte 11: “e o meu esposo... o meu esposo anterior ele me batia muito... ()” (V2, M Loba-Árabe)

Recorte 12: “as mulher tem que representar o povo dela porque nós mulhere temos a voz também...” (V2, M Loba-Árabe)

Recorte 13: “o homem pensa que a mulher somente pode cozinhar... cuidá das casa, cuidá dos filho” (V2, M Loba-Cinzenta)

Recorte 14: “muitas aldeias, muitas mulheres sofre essa questão de violência doméstica né” (V2, M Loba-Cinzenta)

Recorte 15: “ele me bateu muito...ele falou que quando eu for denunciá ele... se ele vai dá prisão... ele vai saí da prisão, ele vai me matar, que ele falou pra mim...” (V2, M Loba-Indiana)

Recorte 16: “ele me batia por ciúmes de mim bebia e na cabeça dele.... ele achava que eu o traía... eles falam que é cultura...” (V2, M Loba-Dourada-Africana)

Recorte 17: “ele até ameaçou com arma de fogo que ia me matar.” (V2, M Loba-Dourada-Africana)

Recorte 18: “muitas mulheres tão... tão com o rosto incha::do com os zolhos ro::xo...isso não é normal é::: como pode falá uma coisa dessa, que é normal..isso não é normal... que é questão cultural...()” (V2, M Loba-Cinzenta)

V3: Trajetórias Marcadas pela Violência

Recorte 19: “e aí eu peguei a criança...e coloquei no colo dele e quando eu fiz isso ele me bateu...com a criança no colo... e aí depois ele ficou arrependido né? pediu desculpa... aquilo que os homens fazem né...e a gente acaba acreditando...” (V3, M Loba-do-Himalaia)

Recorte 20: “na noite de núpcia do meu casamento...eu tive o vestido rasgado... porque:: eu pedi pra ele... com calma né...afinal de contas era a minha primeira vez...ele simplesmente não me ouviu...” (V3, M Loba-Etíope)

Recorte 21: “criei coragem nesse dia...ele foi me visitar em casa por uma razão qualquer...e eu abri a porta pra ele...então a hora que eu abri a porta pra ele...porque eu nunca ia imaginar que ele ia na minha casa pra me agredir...né... a gente já tinha separado...ele encheu cara e quando eu abri a porta ele.. ele foi me dando tapas... tapas... tapas...” (V3, M Loba-do-Himalaia)

Recorte 22: “se ele chegasse e não encontrasse comida pronta ele me batia...se ele chegasse e me encontrasse é:: não banhada...é:: tudo era motivo...pra ele me bater...” (V3, M Loba-Etíope)

Recorte 23: “e aí ele foi agressivo comigo...o delegado, e aí eu enfrentei ele...e eu falei espera AÍ...eu SOU a vítima...eu não sou vilã...e ele me tratou super mal...e minha irmã me cutucou e disse fica quieta...” (V3, M Loba-do-Himalaia)

Recorte 24: “ele me batia sem dó nem piedade...eu tenho vaso... eu tenho vaso sanguíneo estourado nas minhas perna... entendeu...ele me batia de chute... de butina... de pau eu apanhei de facão... ele me batia de cinto... com aquela parte da fivela do cinto....((voz de choro)) ele cortou os fio de energia... ele me pegou pelo pescoço...e me jogou na parede.....((choro)) e começou a me dar choques assim...” (V3, M Loba-Etíope)

Recorte 25: “quando eu fui fazer o boletim de ocorrência a minha expectativa era de que ele fosse punido...claro...e não foi isso que aconteceu...eu fui induzida inclusive a tirar a denúncia pra que não sofresse penalidade de perda de emprego... e aí eu:...tirei... mas ele me agrediu com palavras na própria delegacia e o delegado não disse nada...o delegado foi horrível comigo...” (V3, M Loba-do-Himalaia)

Recorte 26: “deixo claro... nem um órgão da justiça enquanto eu estava sendo agredida e os que eu procurei... nenhum me ajudou...nenhum...muito pelo contrário... eu fui na delegacia próxima da minha casa...que não me estenderam a mão...nem os B.Os quiseram registrá certo...” (V3, M Loba-Etíope)

V4: Cidade Alerta - Penha neles: a eficácia da lei

Recorte 27: “e::le tinha muito me::do de que eu pudesse contar para alguém então eu nunca tinha um roxo era uma coisa que ele prestava muita atenção saber ele falava assim a sua sorte essa maria da penha senão eu ia te bater...porque ele sabia que quando a mulher... ela tem algo para mostrar partes do corpo de delito aí ela tem algum respaldo... quando é só falar que.. que.. é pressionada que é xinga::da que é persegui::da sabe? não tem...” (V4, M Loba-da-Tundra)

Recorte 28: “ele era um controlador então ele sempre me dizia que eu podia ou não podia mas de uma forma muito sutil tanto que demorou muitos anos para perceber que eu era uma pessoa controlada.” (V4, M Loba-da-Tundra)

Recorte 29: “ele sempre tinha qui...tá sabendo que estava acontece::ndo... ele que dizia o que podia e o que não podia fazer com o dinheiro...então era uma maneira de... controlar a minha vida como um todo...” (V4, M Loba-da-Tundra)

Recorte 30: “ele num..num admitia que eu queria me separar porque a gente vivia mal.... porque me sentia mal naquela relação então ele começou a me acusar de ter outra pessoa baixou um aplicativo no meu celular para me monitorar” (V4, M Loba-da-Tundra)

Recorte 31: “ele chegou lá ele falou que ele era um ótimo pra mim...que ele sempre tinha sido um bom marido... e eles arquivaram... porque eu não tinha nenhuma prova material na verdade não tinha nenhum roxo pra fazer corpo de delito...a agressão já tinha acontecido há bastante tempo até eu consegui ter... reunir forças para ir lá...” (V4, M Loba-da-Tundra)

V5: Sílvia

Recorte 32: “eu tinha meu esposo né? que era usuário de droga e ele me agredia...” (V5, M Loba-Ibérica)

Recorte 33: “ele disse pra mim... pra ela...que só ia ser feliz... que depois...que ele me matasse daí eu decidi dá um basta...” (V5, M Loba-Occidental)

Recorte 34: “a guria ia lá e retirava a queixa ela não tinha como agir () porque tem que ser a pessoa agredida pra fazê a queixa né?” (V5, M Loba-Ibérica)

Recorte 35: “uma ele chegou alcoolizado...tava drogado...sei lá...daí ele pulou na cama pra me cercar eu acho...daí acabou acertando no rosto da neném...é... daí eu achei né... o fim da picada...e quis registrá... depois eu fui parar no hospital...outra foi só porque ele me ameaçou...” (V5, M Loba-Européia)

Recorte 36: “ela sentia muito medo dele porque ele ameaçava de matar ela...” (V5, M Loba-Dingo)

Recorte 37: “cabou perdendo a vida... a gente nunca ia esperar uma coisa dessa né?” (V5, M Loba-Dingo)

EIXO 3: FALA DE ALGUM OUTRO SOBRE VIOLÊNCIA, MULHERES, LEI MARIA DA PENHA ETC.

V1: Uma Lei para Todas”, de Ana Patrícia Nassar [2013]

Recorte 1: “eu acredito que quando se trata de uma agressão na aldeia, é porque aquele universo da aldeia é muito fechado, e a mulher que viveu a vida inteira na aldeia, ela não sabe, muita das vezes, () elas não procuram a delegacia justamente, porque a fala recorrente é que a questão de índio é questão da polícia federal, isso não é verdade () eles são sim municípios e precisam ser atendidos pela delegacia” (M, Representante FUNAI)

Recorte 2: “as mulheres não são ouvidas, não tem oportunidade de falar, sobre:: essa::s agressões físicas, agressões verbais, agressões de tudo quanto é tipo que vocês pode imaginar... uma mulher sofre né? eu vi isso...é... relatado ... por elas próprias, índias Guarani Kaiuá em Terenos, então existe, só não alguém que possa ajudar, acabar com essa violência nas aldeias.” (M, Representante Governo do Estado de MS)

Recorte 3: “em relação a aplicação da Lei Maria da Penha, ao atendimento as mulheres indígenas, o que nós detectamos aqui na promotoria de justiça, é que mu::ito pouco chega de registro de ocorrência, muitas... é... é... poucas ações penais, são encaminhadas ao que se refere às comunidades indígenas.” (M, Representante Promotoria de Justiça)

Recorte 4: “muitas vezes elas casam muito cedo, né? a partir do momento que elas casa, a família, isso é cultural, entrega ela pro marido, então automaticamente, eles não vão querer ela de volta, casou você vai ter que viver. isso daí é:: verídico em vários lugares.” (M, Representante Governo do Estado de MS)

Recorte 5: “tivemos a oportunidade de perceber que a qualificação profissional melhora a vida da mulher indígena e a refo::rça naquele convívio familiar, social, do ponto de vista é::... da... da.. sua autonomia financeira e isso mesmo sem uma medida científica a gente sente que pode ser um elemento que a afa::sta a mulher da situação de violência ou que lhe dê mais a capacidade de reagir as () que ela sofreu.” (M, Representante FUNSAT, Fundação Social do Trabalho, órgão vinculado à Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS)

Recorte 6: “então a gente tem que sabe como é que a gente vai entrar nesse assunto que é muito delicado a gente só precisa achar uma mulher corajosa para abrir o espaço pra gente né? porque tem, às vezes você não sabe, mais tem.” (M, Representante Governo do Estado de MS)

Recorte 7: “Não se esqueça violência se faz por ciclos, procure alguém que te ajude, ajude esse ciclo terminar na primeira etapa.” (M, Representante Promotoria de Justiça)

Recorte 8: “e essas atitudes não vai trazer benefício somente pra ela, vai trazer benefícios a família toda e sua rede sociais” (M, Representante FUNAI)

V2: Pra gente não funciona – Mulheres indígenas e a Lei Maria da Penha

Recorte 9: “nós estamo:: dentro da ilha do bananal... na aldeia fontoura... povo karajá... (chega ser meu povo né)... a gente veio pra uma reunião né... reunião di:: de saúde né... mais na... mais na atuação da área da saúde... mas a gente não deixa de te falar sobre a violência contra a mulher::... o contexto da mulher...indígena né...” (M, Representante ASIVA - Associação Indígenas Vale do Araguaia)

Recorte 10: “ai.. eu falava muito quando a (apichana) chegou com a questão maria da penha, eu assisti algumas palestra dela achei interessante e eu quis trazer pra que as mulheres começasse a conhecer a realidade da::: dá... da questão da:: violência contra as mulheres na cidade né? mas que não era realidade de de.. nós mulheres pobres indígenas...” (M, Representante ASIVA - Associação Indígenas Vale do Araguaia)

V3: Trajetórias Marcadas pela Violência

*Não há recortes deste tipo neste vídeo.

V4: Cidade Alerta - Penha neles: a eficácia da lei

Recorte 11: “a partir de hoje nós vamos viver uma série de reportagens policiais... pra mostrar histórias diferentes que retratam um só problema a violência contra mulher... um problema que não escolhe idade...classe social ou escolaridade... a partir de hoje você acompanha depoimentos emocionantes viu...de pessoas que já viveram essa violência dentro de casa e que demoraram...

demoraram pra reunir forças e denunciar o agressor...sair de um círculo vicioso de culpa e também de vitimização o agressor ameaça coage... quem é que não tem uma situação parecida de violência na família ou de uma amiga da vítima de lesões verbais ou corporais... em reportagem exclusiva penha neles por ()” (H, Apresentador de telejornal)

Recorte 12: “os hematomas marcados no corpo de muitas mulheres traduzem a violência doméstica só que mais do que isso há agressões que não marcam só a pele e deixam feridas eternas na alma foi desse tipo de violência que esta médica veterinária de 39 anos sofreu durante os treze permaneceu casada a agressão cometida pelo marido era psicológica” (M, Repórter de telejornal)

Recorte 13: “durante todo o relacionamento ela sofreu em silêncio” (M, Repórter de telejornal)

Recorte 14: “há onze anos desde que foi criada as mulheres têm recorrido a lei maria da penha em busca de garantir a própria defesa e a punição do agressor...mas a fragilidade provocada pela violência que as impede de quebrar os () imediatamente pode fazer com que as provas desapareçam...ainda mais quando a agressão não é física...” (M, Repórter de telejornal)

Recorte 15: “quanto mais próximo da data do fato mais fácil reunirmos prova né..no bojo dos autos de inquérito policial para indiciar esse agressor no caso da violência doméstica muitas vítimas... narram esses fatos ao seus familiares...é... já se reporta a situação de violência que vem acontecendo então essas te... testemunhas referenciais são de grande de grande valia e::... com certeza a palavra da mulher na violência doméstica têm mais peso” (M, Delegada DEAM)

Recorte 16: “a gente precisa parar com esse tipo de comportamento que culpabiliza mulher pelos crimes sofridos...a vítima nunca culpada né? e a mulher às vezes até a própria mulher se culpabiliza porque acha que... porque... isso está intrínseco com esse comportamento né? está inserido na sociedade e ela acha que ela poderia ter feito diferente” (M, Juíza 3ª vara)

Recorte 17: “o que a gente percebe aqui com os dados da capital é que as mulheres não tão tolerando () a gente percebe que cresceram os números de ameaça e injúria que é violência psicológica e moral e diminuíram os casos de violência física nem que são as vias de fato que aquela agressão que não deixa lesões e as lesões corporais que é a violência doméstica e isso é muito positivo mostra que a mulher tem rompido o silêncio tem buscado a delegacia a o menor sinal de violência...” (M, Delegada DEAM)

Recorte 18: “no município estão carentes dessa política pública que faz com que a lei maria da penha saia do papel e funcione de verdade...então eu solicito que homens e mulheres cheguem até o prefeito da sua cidade e solicite a criação do centro de referência da mulher que é o equipamento de grande importância que faz com que a lei saia do papel...” (M, Maria da Penha)

Recorte 19: “mais do que a estrutura quem lida com as situações de violência contra a mulher diariamente esteja no judiciário ou na delegacia... afirma a lei maria da penha precisa prever ações preventivas...” (M, Repórter de telejornal)

Recorte 20: “precisamos implementar o que na lei nós vamos implementar a primeira parte da lei que fala em prevenção porque só com a repressão a gente não consegue é... chegar modificar uma lei por si só não modifica o comportamento e a gente sabe que a violência contra a mulher ela é cultural...” (M, Juíza 3ª vara)

Recorte 21: “a lei maria da penha por si só não tem o condão de mudar a cultura de uma sociedade... a violência doméstica ela tem seu fundamento nessa sociedade patriarcal que vê a mulher em segundo plano que a mulher como objeto que.. ao.. aquele homem que não aceita o não dessa mulher... então a lei maria da penha não vai mudar a cultura é a educação que vai mudar até essa cultura patriarcal que vai fazer o homem respeitar essa mulher e tratá-la como igual...” (M, Delegada DEAM)

Recorte 22: “maria da penha... ela é eficaz...desde que as mulheres consigam trazer e fazer a denúncia... trazer alguns argumentos porque muitas vezes a mulher se cala por N fatores inclusive é... como já dito que nas reportagens anteriores culturais e não denunciam não juntam as provas necessárias mas sim a lei é eficaz e ela é tida pela ONU com uma terceira melhor lei no mu::ndo no combate a violência doméstica...” (M, Advogada)

Recorte 23: “mais uma vez é a lei ela é eficaz...temos que acreditar na lei maria da penha” (H, Apresentador de telejornal)

Recorte 24: “e a gente foi aí na segunda-feira na frente da delegacia né? pedi justiça...terça-feira ele foi preso e desde ali a gente continua:: para que não seja solta né? ele tem que... o que ele fez ele tem que pagar... ele tem que ficar lá...” (M, Manifestante pela vítima 1)

Recorte 25: “por isso que a gente tá fazendo essa vigia hoje né? desde o dia do falecimento dela.... do enterro...e:... a gente luta por justiça...que a justiça continue tá sendo feita e que continue... firme e forte...” (M, Manifestante pela vítima 2)

Recorte 26: “se ela sofreu uma ameaça... se ela sofreu uma lesão... não deve desprezar isso...porquê de repente aquilo ali pode piorar...então acho que é um sinal de olha opah, só um pouquinho... isso aqui não tá certo...ninguém nasceu pra apanhar...ninguém nasceu pra ser ameaçado...então as pessoas tem que tê essa consciência para puder romper o ciclo de violência onde elas estão inseridas...” (M, Delegada)

Recorte 27: “e se há uma mulher que está sofrendo violência dentro de casa por parte daquele que deveria ser o companheiro o afeto na frente dos filhos e tem que ser visto uma forma diferente porque você vai ter uma repercussão diferente depois disso eu acho assim que é a pedra de toque na lei...” (M, Delegada)

ANEXOS

ANEXO A – NORMAS DE TRANSCRIÇÃO

Tabela 3: Normas para transcrição

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	sáímos com o e dizia assim olha vai custar tanto... (mas os daqui) não há problema...
Truncamento	/	sim ahn é... mas tem ge/ tem... cara que às vezes vai num restaurante é bacana né?
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	bom mas eu acho que ginástica em () deve solucionar esse problema né?
Entonação	maiúsculas	já que o ginásio vai TAN ta coisa boa...acho que não custa pôr uma banheira térmica ali
Alongamento de vogal e consoante (como s, r)	Poden::do muito sua::ve	acho bacana à beça a pantalona viu? né? calça com a boca bem larga... bem cintura::da entende?
Silabação	-	CAM pos... espetaculares não tinha deserto... mas uma COI sa assim fan-TÁs-ti-ca um negócio
Interrogação	?	e quanto a frutas verduras assim o que vocês preferem?
Qualquer pausa	...	leva todo o período de aula... só... subindo e descendo escada
Comentários descritivos do transcritor	((minúsculas))	aqui vai melhor assim... bom... eu te digo o seguinte... ((pigarro)) tu acharias que:: todas as nossas aulas...
Comentários que quebram a sequência temática da exposição; desvio temático	- -	também a comida vinha:: - era muita gente, né? muitos atletas - e a comida vinha de São Paulo
Superposição simultânea de vozes	[Ligando linhas	é difícil de explicar assim [porque tu queres ver uma coisa

Citações literais ou leitura de textos durante a gravação	“ ”	um cara... me atacou... “que que eu faço pra tirar a barriga?” eu digo pára de tomar chope...
---	-----	--

OBSERVAÇÕES:

1. Iniciais maiúsculas: só para nomes próprios ou para siglas (UPF, UFRGS, etc.)
2. Fáticos: ah, éh, eh, ahn, ehn, uhn, tá.
3. Números: por extenso
4. Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa)
5. Podem-se combinar sinais. Por exemplo: oh::... (alongamento e pausa)
6. Não se utilizam sinais de pausa típicos da língua escrita, como ponto-e-vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de pausa.

Fonte: Normas adotadas pelo Projeto NURC⁴².

⁴² PRETI, Dino (Org.). O Discurso Oral Culto. São Paulo, Humanitas. Publicações-FFLCH/USP,1997,17p. (Núcleo NURC/SP-Projetos ParalelosV.2)